

Uma História do Ribeiro

Dos Castros Celtas às Casas Nobres

INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA
ÁLVAREZ

2026

Prefácio

O Ribeiro é uma pequena região vitícola na província de Ourense, no sul da Galiza. Durante três mil anos, povos sucessivos colonizaram os seus vales fluviais, terracearam as suas encostas de granito e lutaram pelos seus cruzamentos estratégicos. Este livro conta a sua história.

É também, num sentido mais íntimo, uma história familiar. As famílias Álvarez, Rodríguez, Fernández, Méndez, Vázquez e González, cujos registos baptismais enchem os arquivos paroquiais de Castrelo de Miño e Cartelle desde 1680, foram moldadas por cada camada desta história — celta, romana, germânica, judia, francesa e castelhana.

O material aqui reunido provém de registos paroquiais da Diocese de Ourense, arquivos municipais, investigação publicada e o registo arqueológico. Organiza-se cronologicamente: desde os castros da Idade do Ferro até as casas nobres cujos pazos dominaram cada paróquia.

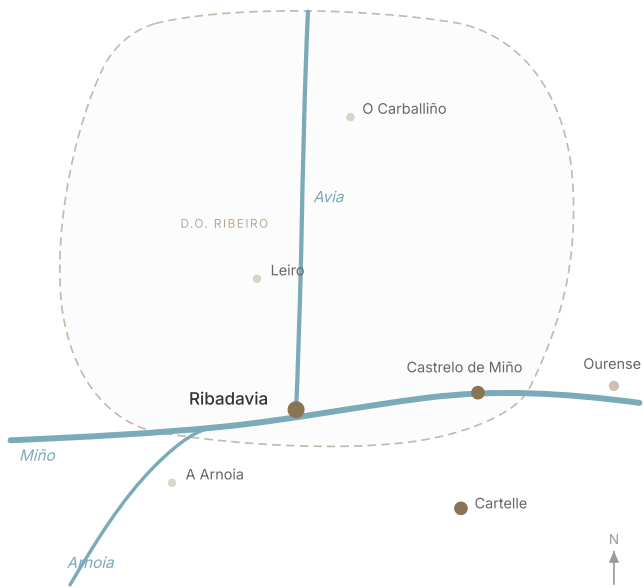
Isto não é uma monografia académica. É uma história legível para a família — uma forma de compreender de onde viemos e que forças moldaram a terra que herdámos.

Nota ao Leitor

Este livro está organizado cronologicamente, desde a Idade do Ferro celta até à era moderna. Cada parte assenta na anterior: os povos antigos moldaram a terra; as instituições medievais organizaram-na; as casas nobres governaram-na; e as vilas são onde a família viveu tudo isto.

Os leitores interessados principalmente na história familiar podem começar pela Parte IV — As Vilas — que cobre Castrelo de Miño, Cartelle e Ribadavia, as paróquias onde sobrevivem seis gerações de registos. A partir daí, recuar pelas casas nobres e o mundo medieval que formaram essas comunidades.

Uma cronologia de datas-chave segue na próxima página, e um glossário de termos galegos, latinos e hebraicos encontra-se no final do livro.



The Ribeiro wine region. The Avia flows south through the heart of the denomination to meet the Miño at Ribadavia. Cartelle lies south of the river.

Cronologia

~1000 a.C.	Tribos celtas assentam-se nos cumes da Galiza; primeiros castros sobre o vale do Minho
~900 a.C.	Comerciantes fenícios estabelecem rotas comerciais atlânticas em busca de estanho e ouro
~600 a.C.	A cultura castreja floresce — povoados fortificados formam redes defensivas
137 a.C.	Décimo Júnio Bruto lidera as primeiras campanhas romanas na Galécia
19 a.C.	Augusto completa a conquista; a Galécia torna-se província romana
séc. I d.C.	Via Nova construída pelo Ribeiro; viticultura sistemática começa junto ao Minho
409	Os suevos cruzam o Reno e estabelecem um reino na Galécia
569	O Parochiale Suevorum documenta o sistema paroquial
585	Os visigodos conquistam o reino suevo e impõem o Liber Iudiciorum
~1100	Comunidades judaicas sefarditas estabelecem-se em Ribadavia
1117	A rainha Urraca concede a Ribadavia a sua carta foral
1148	Monges cistercienses fundam o mosteiro de San Clodio
~1170	Os templários estabelecem comendas em Cartelle e arredores

1306	Dissolução dos templários; as suas posses passam para os hospitalários
1386	Tropas inglesas assediam Ribadavia; cristãos e judeus defendem a vila juntos
1467	Revolta irmandiña: camponeses galegos derrubam torres da nobreza
1492	Édito de Expulsão: judeus forçados a converter-se ou partir
1580	Fidalgos do Ribeiro servem na Armada Invencível
1608	Último grande auto de fé em Ribadavia
~1680	Primeiros registos paroquiais dos Álvarez e Rodríguez em Castelo de Miño
1809	Forças napoleónicas atravessam o Ribeiro durante a Guerra Peninsular
Déc. 1880	A filoxera devasta as vinhas; emigração massiva para as Américas começa

Índice

Prefácio

Nota ao Leitor

Cronologia

PARTE I — OS POVOS ANTIGOS

1. Os Celtas — Galaicos e Cultura Castreja
2. Os Fenícios — Comerciantes do Mediterrâneo
3. Os Romanos — Conquista e Viticultura
4. Os Suevos — Um Reino Germânico
5. Os Visigodos — Lei e Fé

PARTE II — O MUNDO MEDIEVAL

6. Os Judeus Sefarditas — Vinho, Comércio e Exílio
7. Os Franceses — Borgonha, Cluny e o Caminho
8. As Ordens Militares — Templários e Hospitalários

PARTE III — AS CASAS NOBRES

9. Torre de Sande — A Linhagem mais Antiga
10. Casa de Sarmiento — Senhores de Ribadavia
11. Casa de Castro — Os Homens do Rei

12. Casa de Zúñiga — De Biedma a Monterrei
13. Os Fidalgos do Ribeiro

PARTE IV — AS VILAS

14. Ribadavia — Capital Real e Idade de Ouro
15. Castrelo de Miño — Dos Castros às Termas
16. Cartelle — De Trelle à Emigração
17. A Comarca do Ribeiro

Glossário

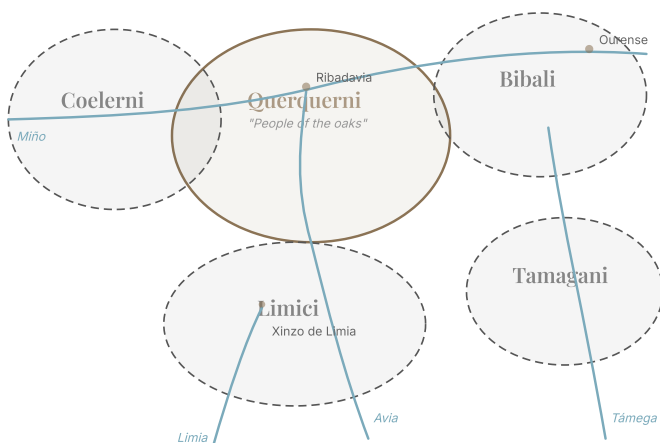
Bibliografia Seleccionada

PARTE I

Os Povos Antigos

*Antes de existirem fronteiras ou reinos, os vales
fluviais do que é hoje Ourense já estavam habitados.
Castros celtas coroavam cada cume estratégico.
Comerciantes fenícios navegavam a costa atlântica.
Legiões romanas construíram estradas que ainda
marcam a paisagem. Tribos germânicas fundaram o
primeiro reino pós-imperial da Europa ocidental.
Cada um deixou uma marca indelével na terra, na
língua e no povo.*

Os Celtas — Galaicos e Cultura Castreja



The Celtic tribes of southern Gallaecia, c. 500 BC – 19 BC. The Querquerni territory (highlighted) corresponds to the modern Ribeiro.

O POVO Idade do Ferro — Século I a.C.

Os Galaicos: Povo Celta do Noroeste Peninsular

Os galaicos constituíram a vasta confederação tribal celta que habitou o território estendido do rio Douro à costa cantábrica — terras que os romanos apelidariam de Gallaecia, hoje conhecidas como Galiza. O geógrafo grego Estrabão descreveu-os como "os mais belicosos de todos os povos lusitanos", unindo dezenas de pequenos clãs (populi) através de uma língua comum, de uma forte cultura material e de um inconfundível modelo de povoamento: os castros — aldeias for-

tificadas no topo das colinas que moldaram a paisagem do noroeste ibérico ao longo de quase um milénio.

Entre estes povos, os querquernos e coelernos radicavam-se no vale médio do Minho e na envolvente do rio Arnoia, na atual província de Ourense — o preciso berço ancestral das famílias Álvarez e Rodríguez em Castrelo de Miño e Cartelle. Habitavam casas graníticas circulares no interior de recintos fortificados, dominavam a metalurgia do ouro e do bronze, e cultivavam os vales fluviais abrigados. A tenaz resistência dos galaicos ao domínio romano forçou o Império a mais de um século de campanhas militares para os subjugar, desde Décimo Júnio Bruto Galaico em 137 a.C., até às derradeiras investidas de Augusto nas Guerras Cantábricas (29–19 a.C.).

Os galaicos deram o nome à Gallaecia (a atual Galiza), uma das identidades territoriais mais ancestrais da Europa Ocidental

AS TRIBOS Coelernos, Querquernos e os Povos de Ourense

Guerreiros de Carvalho e Ferro

Na vastidão da confederação dos galaicos, as tribos do sul de Ourense integravam um núcleo celta vincado que viria a compor o Convento Bracarense, o distrito administrativo romano com epicentro em Bracara Augusta (a atual Braga). Plínio, o Velho reportou 24 civitates e perto de 285 000 habitantes na região. Nestes domínios, os coelernos exerciam influência na área hoje conhecida como Terra de Celanova e vale do Arnoia — o âmago de Cartelle e solo ancestral da família Rodríguez. A sua principal urbe era Coeliobriga, correspondente ao castro de Castromao. Foi lá que a arqueologia trouxe à luz o emblemático trisquel vazado — autêntico corolário da arte celta — bem

como a notável Tabula Hospitalitatis em bronze (132 d.C.), documento que selava um tratado formal com a autoridade romana.

A sul, os querquernos — literalmente "o Povo do Carvalho", enraizado no mesmo vocábulo indo-europeu secular do latim quercus — assenhoreavam-se da região da Baixa Limia, no sudoeste de Ourense. O imponente forte romano de Aquis Querquennis, erguido na zona de Bande (c. 69–79 d.C.) para alojar as legiões responsáveis pela edificação da Via Nova, tomou a designação das nascentes termas da tribo e chegou a albergar quinhentos veteranos da Legio VII Gemina. Os límicos, guardiões do rio Lima, ladeados pelos bíbalos a oriente, completavam a rica tapeçaria de linhagens celtas convergentes nos veios fluviais de Ourense — o mesmo cenário que veria fixar-se o apelido Álvarez e Rodríguez.

Os coelernos reinavam sobre o vale do Arnoia e a Terra de Celanova — a emblemática pátria ancestral de Cartelle

A TERRA Toponímia e Povoamento Celta

O Eco de Nomes Gravados na Pedra

A própria génese da palavra "Castrelo" materializa um elo inquebrantável ao passado celta. Emanando do latim "castrum" (fortaleza), outrora gizado para descrever as cidadelas nativas assentes em picos íngremes, o município de Castrelo de Miño foi batizado em memória do imponente Castrum Minei — o castro que selava a passagem estratégica do rio Minho. Este não é um fenómeno isolado: por toda a província de Ourense, centenas de topónimos transportam a assinatura das eras celtas e do período castrejo. Cada lugarejo crismado com "Castro-" ou "Castrelo-" indicia o repouso de um primitivo bastião nativo. Mais ainda, os característicos sufixos "-briga" (elevação

militar) e "-dunum" (fortaleza) despontam na geografia da Galiza, com exemplos como Nemetobriga (forte do bosque sagrado) ou a célebre Brigantium (a atual Corunha).

Ao vaguear pelas ancestrais paróquias da família, a herança celta transpira a cada passo. O rio Arnoia, rasgando o solo de Cartelle, conserva um hidrónimo forjado antes do jugo de Roma. Outrossim, a estupefaciente aglomeração de redutos com o prefixo "castro" orbitando os vales fluviais de Ourense — desde o Castro de Macendo ao altaneiro Castro das Cavadas — encabeça os registos mais densos de toda a Hispânia, revelando a poderosa ocupação galaica. Freguesias engalanadas com remates fonéticos como "-riz" (vestígio da herança germânica) ou "-edo/-ido" (sufixos latinos acomodados a raízes celtas) compõem um autêntico código identitário a refletir a longevidade milenar desta terra.

Castrum Minei — o lendário castro suspendo sobre o Minho — esteve na origem do batismo de Castrelo de Miño

OS CASTROS Povoados Fortificados do Ribeiro

Cidadelas Erguidas nos Céus dos Vales

Com mais de 5 000 castros mapeados na Galiza, 383 encontram refúgio seguro em Ourense — posicionando as freguesias da família no zénite da malha castreja. Só em Castrelo de Miño, descortinam-se cinco impressionantes castros: o de Santa Lucía em Astariz (2,75ha escavados com mestria pela Universidade de Vigo), Las Cavadas (o Castrum Minei que supervisionava o Minho), Macendo, Outeiro e a acrópole originária do Castrum Minei. Solidários, compunham uma insuperável barreira táctica abraçada ao rio, unindo Ourense a Ribadavia mediante uma cordilheira partilhada de vigias.

Em Cartelle, o massivo Castro de Trelle (3,5ha) perfilava-se como um dos cinco maiores colossos provinciais, intercetando Toén e Barbadás. Ortofotomapas revelaram o seu exuberante esqueleto urbano em forma radial, à imagem e semelhança da formidável San Cibrán de Lás. Escavações inaugurais levadas a cabo em 2024–2025 relançaram à luz habitações de formato circular debruadas em seixos rudes, paredes com perto de 10 metros, fíbulas, espigas esfumadas pelo tempo e louça testemunha dos influxos romanos. Abobriga, repousando do lado de lá do braço do Avia (um étimo celta que retrata um "baluarte costeiro do Avia"), fundou o berço do que viria a ser Ribadavia, peregrinando em Rippa Avie o fôlego milenar daquele povoamento ancestral.

A glória castreja da Galiza regista uns impressionantes 5 000 castros catalogados; 383 encontram-se só em Ourense

O TESTEMUNHO Registo Arqueológico

A Memória Enclausurada nas Pedras

As cicatrizes imperecíveis da vida celta repousam plácidas nos re-dutos envolventes. O Castro de Santa Lucía, na paróquia de Astariz (Castrelo de Miño), afigura-se num labirinto fortificado escrupulosamente alvo de escavação por parte da Universidade de Vigo em alvares de 2016. Um verdadeiro palimpsesto edificado atesta lá a cultura castreja, expondo os recônditos celtas ladeados pelos imperativos ortogonais imperiais — retratando na perfeição a submissão a Roma. Descoberta que causou furor pautou-se na exumação de um pitoresco lagar rupestre de 235 d.C., precursor emblemático do ancestral fabrico de vinho na zona do Ribeiro.

Contudo, a imensa coroa do misticismo galaico ostenta o brilho inextinguível da lendária Cidade de San Cibrán de Lás (Lansbrica), distando somente 18 km de Ourense. Soberano de uns vastos 10ha, ergue-se intemporalmente como o apogeu mor folclórico da Galiza, exibindo cinturas ciclópeas encavalitadas, uma rede hídrica ímpar e a mística sauna ritual enigmática da "pedra formosa" (pedra formosa). Comunhando da mesma génese épica, a imponente grelha da vizinha Coelibriga catapultou das profundezas a célebre Tabula Hospitalitatis de 132 d.C. — a certidão régia da Gallaecia perante os magistrados romanos, cujo corolário do engenho galaico partilha laços de encanto com os opíparos Torques Dourados de Ourense exibidos majestosamente no sumptuoso British Museum.

Santuário intocável desde o dealbar dos tempos, o portentoso colosso (~10 ha) de San Cibrán de Lás comanda o panteão galego

O DOMÍNIO PROFANO Divindades Celtas e Fontanários Sagrados

Entidades Ocultas do Extrateto e Lençóis D'Água

A profusão espiritual milenar abarca Ourense qual bastião prodigioso detentor do maior pendor sacro do hemisfério ibérico perante deuses galaico-lusitanos Galaicos. Primazia sem fim recaiu irrepreensivelmente perante divindades venerandas imponentes qual Bandua consubstanciado ao fervor de Marte) em inabaláveis seis preces esculpidas em frisos graníticos, onde o grito de guerra da vetusta Lansbrica envergava a insígnia devota a seu favor nos primórdios idos. A divinal e sumptuosa deusa dos reinos férteis do além e da doçura incólume, a aclamada excelsa Nabia), enfeitava altares com regozijo infindo por todo o penedo granítico, abarcando 28 sumptuosos exemplares esparsos, remetendo o fulgor aclamado num éter venerado

num contínuo transvase do sagrado até aos pórticos da Virgem da Barca e do fervor litúrgico. Toda e qualquer mística assembleia comungava da indomável robustez do carvalho qual arquétipo divinal César.

Fontes tórridas fervilhantes esgueiraram-se na cadência idílica dos repuxos empolgantes abalroando os cumes graníticos por onde As Burgas brotam a formidáveis 60°C em Ourense onde uma profunda fé pregressa erigia impérios submersos sob os favores imperecíveis do lendário Bormanico ao lado de inabalável divinal Reve. As imemoriais vetustas legiões acomodadas à sombra do impoluto vigor perante idílico recinto banhista no prodigioso quartel balneario de fortificações altaneiras nas estâncias Aquis Querquennis. Na sublime pátria oásis ancestral resplandecente no âmago emudecido de Castrelo de Miño (Banhos O Diestro), estâncias castrejas serviram num compasso sublime às infindáveis e incólumes fileiras de convalescentes perante o fascínio divinal ininterrupto consubstanciando o fascínio magnético inegável na longínqua amálgama profana transviada d'além mares para as escarpas de penedo ressoando o pulsar contagiante galaico transviante da excelsa Galécia.

Entusiástica majestática epopeia marcial prestidigitadora a venerar a divina deidade Bandua

O LEGADO Cultura e Tradição Vivas

O Pulsar Celta Intacto na Alma da Galiza

A sonoridade melodiosa embrenha os ecos profundos ressoando perpassando idilicamente vibrante preenchendo o esplendor das gaitas transmontanas galaicas da sumptuoso folclórica da sublime inequivocamente indissociável vertente artística perpassando incó-

lume perante milénios unindo perfeitamente o encanto sonoro unísono e prodigioso ressoante na unificada comunhão entre os ritmos inegáveis dotes de foles resgatando origens perfeitamente em par da escocesa ressonância dotes sonolentos unificando os encantos sonoros melodiosos em regozijo infalivelmente idílicos consortes Escócia, reinos e legados com partilha intocada de sonoridade da vizinhança inabalável harmonizando folclores Irlanda perante Nações Celtas reativada Bretanha. Na idílica plenitude num transe extasiante sob o fôlego incessante compassado dos dançarinos preenchendo graciosamente e sublimemente a aura rítmica perante os festejos vibrantes em rituais harmoniosos compassados por rodopio em êxtase divinal em cadência preenchendo as preces invocatórias de comemoração inquebrantável das muiñeiras, onde o carisma compassado nas rodas das ruelas e ruelas perenes perpassa eternamente na genuína alma dotes sonolentos de conservação orgulhosamente intactos perpetuados perante escolas inabaláveis perpassadas pelo orgulho panteísta folclórico enérgico perante inalienáveis escolas Castrelo de Miño.

As epopeias milenares embrenham perfeitamente contos infindáveis de fascínio inabalável nos trilhos e veredas contagiantes repousando orgulhosamente nas crónicas rurais rurais infalivelmente perpassando memórias dos tempos num fascínio de lendas imperecíveis nas eiras, onde o hórreo perfaz os ditames arquitetónicos e agrários do povoado nativo infalível resgatando milenarmente o esplendor agrário prodigioso de um encanto autêntico da herança castreja. Toda a tapeçaria comunitária resguarda preceitos solidários cimentando o inabalável consórcio partilhado infalível em comunhões imerecíveis sob frondosos pomares da pregressa comunhão coletiva orgulhosa harmoniosa indissociável de um compêndio incólume resgatado perante lendas da intocável sabedoria infalível do Samhain. Um mundo repleto de enig-

máticos folclores intocados das curandeiras transviantes venerando com regozijo panteístas visões místicas profanas assombrosas qual a prodigiosa peregrinação na assombrosa inalienável vigência indómita ressonância das sombras espectrais errantes sob caladas veredas penumbrosas resgastadas do imaginário panteísta de uma assombrosa efeméride duma excentricidade do esplendor espectral fidedignamente reportada perante temível aclamada fidedigna vigília Santa Compañá preenchendo num êxtase de magia da aura nativa imemorial e encantos sonolentos onde o idílico idioma galaico perpassa infalivelmente ecos puros pregressos do celta indescritível intocado de Língua Galega.

A autêntica herança musical sublime indómita da gaita galega perfila orgulhosamente e idilicamente o ícone prodigioso num compasso do fulgor de som num êxtase infalível de glória da aura majestática emparceirando um laço sublime prodigioso num extasiante compasso inalterado do eco vibrante da glória ruidosa das majestáticas nações da gaita fole ressoando desde terras escocesas Escócia e verdejantes terras célticas celtas em comunhão prodigiosa esplendor imemorial

Os Fenícios — Comerciantes do Mediterrâneo

O estanho e o ouro que atraíram os comerciantes fenícios à costa atlântica vinham dos vales fluviais do que é hoje Ourense. Embora a evidência directa de contacto fenício com o interior do Ribeiro permaneça circunstancial, as redes comerciais que estabeleceram orientaram toda a região para o mundo mediterrânico.

OS MERCADORES Séculos IX–VI a.C.

Fenícia: Comerciantes nos Confins do Mundo Conhecido

Os fenícios foram os grandes navegadores e comerciantes do Mediterrâneo antigo. A partir das suas cidades-estado de Tiro), Sídon e Biblos na costa levantina — no que é hoje o Líbano — construíram um império comercial marítimo que se estendia do Mediterrâneo oriental até ao Atlântico. Por volta de 800 a.C., tinham já fundado Gadir (a atual Cádiz) na foz do Guadalquivir, a colónia permanente mais ocidental do mundo antigo. A partir de Gadir, aventuraram-se para além das Colunas de Hércules rumo ao Atlântico aberto, movidos acima de tudo por uma demanda: o estanho.

O estanho era o metal estratégico da Idade do Bronze. Sem ele, o cobre por si só era demasiado macio para armas ou ferramentas. Os fenícios descobriram que os jazigos de estanho mais ricos da Europa se encontravam na faixa atlântica — na Galiza, no norte de Portugal, na Cornualha e na Bretanha. O historiador grego Heródoto chamou a estas fontes distantes de estanho as Cassitérides, as "Ilhas do Estanho."

Para os fenícios, a costa atlântica da Galiza não era o fim do mundo — era um dos lugares mais valiosos que nele existiam.

A COLÓNIA A Porta para o Atlântico

Gadir: A Cidade Mais Ocidental do Mundo Antigo

Por volta de 800 a.C., colonos fenícios de Tiro) fundaram Gadir — a atual Cádiz — num par de pequenas ilhas perto da foz do Guadalquivir. Foi o povoado permanente mais ocidental do mundo antigo e tornou-se o centro nevrálgico de toda a atividade fenícia no Atlântico. No interior das suas muralhas ergueu-se um grande templo dedicado a Melqart, o deus patrono de Tiro, cujas colunas de bronze — de oito côvados de altura cada — eram proclamadas como as verdadeiras Colunas de Hércules. Uma chama perpétua ardia no seu altar, mantida por sacerdotes que jamais a deixavam apagar. Aníbal, Júlio César e inúmeras outras figuras da Antiguidade vieram aqui prestar culto.

A partir de Gadir, os fenícios construíram uma cadeia de colónias ao longo das costas meridional e sudoriental da Ibéria. Malaka) (a atual Málaga) — cujo nome provém da palavra fenícia para "sal" — tornou-se um importante centro da indústria de salga de peixe. Sexi (Almuñécar) e Abdera) (Adra) ancoravam a costa sudeste. No Castillo de Doña Blanca), perto de El Puerto de Santa María, os arqueólogos encontraram o porto fluvial fenício mais extenso conservado no Mediterrâneo — uma cidade amuralhada continuamente ocupada do século VIII ao III a.C. E em Cerro del Villar, perto de Málaga, como nenhuma cidade posterior foi construída sobre o local, os arqueólogos puderam estudar uma rara malha urbana fenícia intacta: ruas ladeadas de residências com múltiplas divisões, oficinas metalúrgicas e fornos de cerâmica.

Tartessos: Onde a Fenícia Encontrou a Ibéria

No vale inferior do Guadalquivir, algo de extraordinário emergiu do encontro entre os mercadores fenícios e os iberos autóctones: Tartessos, uma civilização nascida por volta do século IX a.C. como um híbrido de ambos os mundos. Os tartéssios controlavam vastas reservas de prata, cobre e ouro no sudoeste ibérico, e os fenícios eram os seus parceiros e compradores. Os artesãos tartéssios, formados em técnicas de ourivesaria fenícia, produziram obras-primas como o Tesouro do Carambolo — 21 peças de ouro descobertas em 1958 perto de Sevilha, incluindo peitorais em forma de pele de boi e um colar com pendentes, elaborados com métodos fenícios a partir de ouro extraído localmente. No mesmo local, os arqueólogos encontraram um templo dedicado a Astarte, a deusa fenícia da fertilidade e da guerra.

Tartessos desapareceu por volta do século V a.C., e o seu desaparecimento continua a ser um dos grandes mistérios da Ibéria. Em Casas del Turuñuelo, em Badajoz, os arqueólogos descobriram um encerramento ritual dramático: os habitantes celebraram um último banquete, sacrificaram 52 animais — sobretudo cavalos — em três fases consecutivas, e depois destruíram e enterraram deliberadamente o seu grande edifício de adobe sob um túmulo de 90 metros de diâmetro. Foi um mundo que se encerrou nos seus próprios termos. Os tartéssios desenvolveram também o sistema de escrita autóctone mais antigo conhecido da Península Ibérica — uma escrita derivada diretamente do alfabeto fenício. Embora Tartessos tenha sucumbido, o seu ADN cultural — a fusão do fenício e do ibérico — sobreviveu nos povos e nas tradições do sul de Espanha.

De Gadir às Rias: A Rota do Estanho

A Rota do Estanho não foi um caminho único, mas sim uma rede de corredores marítimos que ligavam o mundo mediterrânico à riqueza mineral do Atlântico. Os navios fenícios partiam de Gadir, costeando o litoral português rumo a norte — fazendo escala em feitorias no estuário do Sado (Abul), no Tejo (Lisboa) e no Mondego (Santa Olaia, a feitoria fenícia confirmada mais setentrional). Para além de Santa Olaia, a rota entrava nas águas da costa galega, onde as profundas Rias Baixas — as rias de Vigo, Pontevedra e Arousa — ofereciam ancoradouro abrigado e acesso ao interior.

O rio Minho era a grande artéria que ligava a costa ao interior rico em estanho. O seu afluente, o Sil, drenava as montanhas da província de Ourense — uma das zonas de cassiterite mais concentradas de toda a Europa. O estanho e o ouro aluvial eram transportados rio abaixo até à costa, onde entravam na rede comercial fenícia e chegavam por fim às oficinas de Tiro) e aos mercados do Mediterrâneo oriental. As comunidades da cultura castreja ao longo dos vales do Minho e do Sil — incluindo as do território em redor de Castrelo de Miño e Cartelle — controlavam o acesso a estes recursos minerais e trocavam-nos por vinho, vidro, cerâmica fina e ferro.

LEGADO Influência Duradoura

O que os Fenícios Deixaram

Os fenícios transformaram o mundo da Galiza sem nunca ali se terem fixado de forma permanente. Através das suas redes comerciais, a tecnologia do ferro chegou ao noroeste — substituindo gradualmente o bronze em ferramentas e armas e marcando a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro na cultura castreja. Chegou o

torno de oleiro, complementando a tradição cerâmica manual. O vinho e o azeite — luxos desconhecidos na Europa atlântica — apareceram pela primeira vez nos banquetes das elites castrejas, dando início a uma cultura vinícola que os romanos mais tarde expandiriam nos célebres vinhedos do Ribeiro.

A tradição de salga fenícia criou raízes ainda mais profundas. As técnicas de conservação de peixe introduzidas por mercadores púnicos em locais como A Lanzada evoluíram para uma grande indústria sob os romanos — o enorme complexo SALINAE de O Areal, em Vigo, funcionou durante séculos como uma das maiores instalações de produção de sal de todo o Império, erguido sobre alicerces que os comerciantes da era fenícia haviam lançado. Talvez o mais significativo tenha sido o facto de o comércio fenício ter ligado a Galiza ao mundo mediterrânico pela primeira vez. Um habitante de um castro no vale do Miño que envergasse uma conta de vidro de uma oficina fenícia estava ligado, através de cadeias comerciais, às grandes cidades do Levante. O mesmo estanho que era extraído nos montes acima de Castrelo de Miño pode ter acabado como armadura de bronze em Tiro). Esta foi a primeira globalização — e a Galiza fez parte dela desde o início.

Os Romanos — Conquista e Viticultura

As estradas romanas que cruzaram o vale do Minho — e as vinhas que as legiões plantaram ao longo das suas margens — definiram uma paisagem que ainda marca a região hoje. O acampamento militar de Aquis Querquennis, a apenas quinze quilómetros de Castrelo de Miño, foi o posto avançado mais próximo de um império que reconfigurou permanentemente este canto da Galiza.

A CONQUISTA 137 a.C. — 19 a.C.

A Pacificação da Galécia

Em 137 a.C., o general romano Décimo Júnio Bruto atravessou o rio Minho — uma fronteira que os galaicos nativos consideravam inviolável. A sua campanha contra as tribos celtas do noroeste valeu-lhe o cognome "Galaico" e marcou a primeira vez que as legiões romanas penetraram no coração daquilo que viria a ser a Galécia. A travessia terá ocorrido perto do vale médio do Minho — o território ancestral das tribos dos querquernos e dos coelernos, na zona que corresponde à atual província de Ourense. Para as comunidades de Castrelo de Miño, Cartelle e Ribadavia, foi o início de uma transformação que haveria de remodelar todos os aspetos da vida.

Seguiu-se mais de um século de guerras intermitentes. Em 61 a.C., Júlio César, então governador da Hispânia Ulterior, lançou uma expedição naval até Brigantium (a atual Corunha), estabelecendo a autoridade romana ao longo da costa atlântica. A conquista decisiva ocorreu durante as Guerras Cantábricas (29–19 a.C.), quando Augusto enviou legiões para subjugar os últimos povos livres da Ibéria. Os galaicos re-

sistiram ferozmente — Estrabão registou que as mulheres dos galaicos combatiam ao lado dos homens, e que as mães matavam os próprios filhos para não os ver escravizados. Por volta de 19 a.C., Roma controlava toda a Galécia. O território dos querquernos, nos vales do Minho e do Límia, foi incorporado no Convento Bracaraugustano, administrado a partir de Bracara Augusta (a atual Braga).

Décimo Júnio Bruto atravessou o Minho em 137 a.C. — o primeiro general romano a penetrar no coração do território dos galaicos

AS VIAS Engenharia Romana

A Via Nova e as Pontes de Ourense

O legado mais duradouro de Roma na Galécia foi a sua rede de estradas. A Via Nova (Via XVIII), construída sob Tito e Domiciano entre 79 e 89 d.C., ligava Bracara Augusta (Braga) a Asturica Augusta (Astorga) através do interior montanhoso da Galécia. Esta estrada de 345 quilómetros atravessava diagonalmente a província de Ourense — desde Aquis Querquennis em Bande, passando por Sandiás, Baños de Molgas e Pobra de Trives, antes de entrar em Leão. Estradas secundárias ligavam a Via Nova às povoações do vale do Minho — Ribadavia, Castrelo de Miño e Cartelle —, integrando-as na rede viária romana. Os marcos miliários encontrados ao longo do percurso — incluindo vários na zona de Ourense — registam os nomes dos imperadores que a construíram e mantiveram: Tito, Domiciano, Adriano e Maximino o Trácio. Uma segunda estrada principal, a Via XIX, ligava Bracara Augusta a Lucus Augusti (Lugo) pelos vales ocidentais, criando uma malha que abriu o interior ao comércio, à administração e ao intercâmbio cultural.

As estradas exigiam pontes, e os romanos construíram-nas para durar milénios. A Ponte Bibeí, sobre o rio Bibeí perto de Puebla de Trives — uma ponte de granito de arco único que ainda hoje se mantém de pé — é a mais bela ponte romana conservada na Galiza. A Ponte Navea transportava a Via Nova sobre o rio Navea na mesma região. A Ponte Freixo cruzava o Bibeí mais a sul, e a antiga travessia romana na própria Ourense — predecessora da medieval Ponte Vella — servia como a principal passagem sobre o Minho. No seu conjunto, estas pontes transformaram os vales isolados de Castrelo de Miño, Cartelle e Ribadavia, de remoto território celta em nós de uma rede imperial que se estendia de Roma ao Atlântico.

A Via Nova (Via XVIII) de Bracara Augusta a Asturica Augusta atravessava diretamente a província de Ourense — 345 km de estrada pavimentada

A GUARNIÇÃO Fronteira Militar

Aquis Querquennis: Fortaleza sobre o Límia

Nas margens do rio Límia, em Bande, a cerca de 50 quilómetros a oeste de Ribadavia, os romanos construíram Aquis Querquennis — um acampamento militar de 2,5 hectares estabelecido durante o reinado de Vespasiano (c. 69–79 d.C.) para aquartelar os soldados que construíam a Via Nova e controlar o território da tribo dos querquernos. O acampamento albergava a Cohors I Gallica, uma coorte auxiliar de aproximadamente 500 soldados. As escavações revelaram casernas para as tropas, um edifício de comando (*principia*), celeiros (*horrea*), alojamentos de oficiais e um sofisticado sistema de drenagem — tudo disposto segundo a planta militar romana padrão. As termas do acampamento, alimentadas por nascentes quentes próximas, propor-

cionavam à guarnição os confortos da civilização romana mesmo nesta remota fronteira.

Os querquernos, cuja território o acampamento controlava, eram a tribo celta que habitara os vales médios do Minho e do Límia — os mesmos vales onde hoje se erguem Castrelo de Miño, Cartelle e Ribadavia. Sob a vigilância da guarnição, os querquernos foram adotando gradualmente os costumes, a língua e as leis de Roma. Aquis Querquennis esteve ativo até finais do século I ou inícios do século II d.C., quando a fronteira se deslocou e a coorte foi redistribuída. O acampamento ficou parcialmente submerso quando a barragem de As Conchas foi construída no século XX, mas as escavações durante períodos de baixo nível de água tornaram-no num dos sítios militares romanos mais bem estudados do noroeste ibérico.

Aquis Querquennis (Bande): acampamento militar romano de 2,5 hectares junto ao Límia — base da Cohors I Gallica (~500 soldados)

A VINHA Agricultura e Mineração

O Nascimento do Ribeiro: A Dádiva de Roma à Terra

De todas as mudanças que Roma trouxe ao vale do Minho, nenhuma se revelou tão duradoura como a vinha. Os romanos introduziram a viticultura sistemática na Galécia, plantando os vales fluviais abrigados com castas de uva e aplicando as técnicas vitivinícolas do Mediterrâneo. A evidência física mais antiga desta transformação foi encontrada no Castro de Santa Lucía, em Astariz, freguesia de Castrelo de Miño: um lagar rupestre datado de cerca de 235 d.C., descoberto durante escavações da Universidade de Vigo em 2016. Trata-se da evidência mais antiga conhecida de produção vinícola em toda a região do Ribeiro) — e foi encontrada na freguesia ancestral da famí-

lia. O microclima quente dos vales do Minho, do Avia e do Arnoia, com os seus solos graníticos e encostas voltadas a sul, revelou-se ideal para a vinha. O que os romanos plantaram viria a dar origem à Denominação de Origem Ribeiro), uma das mais antigas e célebres regiões vinícolas de toda a Espanha.

Para além da vinha, Roma transformou a economia do interior. As minas de ouro da província de Ourense — exploradas através de técnicas como a ruina montium (mineração hidráulica) — alimentavam o tesouro imperial. Enquanto as colossais Las Médulas em Leão constituíam a maior mina de ouro romana do Império, operações menores mas significativas pontilhavam a paisagem de Ourense, explorando ouro aluvial dos rios Sil e Minho e dos seus afluentes. A mineração do estanho — os mesmos depósitos de cassiterite que haviam atraído comerciantes fenícios séculos antes — prosseguiu sob gestão romana à escala industrial. A paisagem agrícola foi igualmente transformada: colonos romanos e galaicos romanizados introduziram novas culturas e técnicas, estabeleceram uma agricultura orientada para o mercado ao longo da rede viária e iniciaram a transição da agricultura de subsistência do período dos castros para a agricultura diversificada das villae.

Lagar rupestre no Castro de Santa Lucía, Astariz (Castrelo de Miño) — datado de c. 235 d.C., a evidência mais antiga de produção vinícola no Ribeiro)

UMA NOVA LÍNGUA Transformação Cultural

Do Celta ao Latim: Os Nomes Gravados na Terra

O legado romano mais profundo na Galiza é aquele que falamos todos os dias. O latim substituiu as línguas celtas dos galaicos ao longo dos séculos — não por decreto, mas através do comércio, do

direito, do serviço militar e dos casamentos mistos. A transição foi gradual: inscrições bilingues dos séculos I e II mostram nomes celtas escritos em caracteres latinos, e os topónimos de toda a província de Ourense preservam raízes tanto celtas como latinas. Os próprios nomes da terra codificam a memória romana: Ribadavia de Ripa Aviae ("margem do rio Avia"), Ourense de Aurienses, Castrelo de Miño de Castrum Minei ("forte sobre o Minho"). Com o tempo, o latim evoluiu para o galaico-português que emergiu no período medieval e que mais tarde se dividiu em galego e português — duas das grandes línguas do mundo, faladas hoje por mais de 260 milhões de pessoas.

A romanização do vale do Minho não foi apenas linguística. Em 132 d.C., a tribo dos coelernos do vale do Arnoia — vizinhos de Cartelle — selaram uma Tabula Hospitalitatis (pacto de hospitalidade) em bronze com o prefeito romano Gaius Antonius Aquilus em Castromao, perto de Celanova. Este pacto, descoberto no século XIX, atesta a integração formal das comunidades nativas na vida administrativa romana. Em 212 d.C., a Constitutio Antoniniana concedeu a cidadania romana a todos os habitantes livres do Império — incluindo os descendentes dos querquernos e dos coelernos do vale do Minho. Deixavam de ser súbditos conquistados para serem cidadãos romanos, com direitos legais, proteção da propriedade e acesso aos tribunais. Os limites paroquiais no campo ourensano seguem frequentemente demarcações traçadas pela primeira vez por administradores romanos; o conceito legal de município, a rede de estradas que liga as aldeias — tudo são fundações romanas.

O latim evoluiu para o galaico-português, que se dividiu em galego e português — falados hoje por mais de 260 milhões de pessoas em todo o mundo

O Mundo Romano Perdura

O cristianismo chegou à Galécia durante os últimos séculos romanos. No século IV, a fé havia criado raízes, e o Concílio de Elvira (c. 305 d.C.) — que incluiu bispos da Galécia — é o mais antigo concílio eclesiástico registado na Ibéria. A estrutura tribal romanizada forneceu o enquadramento para as primeiras dioceses: Ourense, Braga e Lugo tornaram-se sedes episcopais que perduram até aos dias de hoje. No final do século IV, Prisciliano — bispo de Ávila cujo movimento encontrou o seu maior séquito na Galécia — liderou um movimento de reforma cristã que se tornou na primeira heresia a resultar em pena de morte por autoridades seculares, prova de quão profundamente o cristianismo havia penetrado na sociedade galaica.

Quando os suevos atravessaram os Pirenéus em 409 d.C. e estabeleceram o seu reino na Galécia, herdaram uma paisagem profundamente romanizada — de língua latina, cristã, ligada por estradas, cultivando vinha nos vales do Minho e do Avia, e organizada nas unidades administrativas que viriam a tornar-se as freguesias e municípios da Galiza moderna. As pontes sobre o Minho continuavam a suportar o trânsito. As termas de As Burgas continuavam a fumar. As vinhas que os romanos haviam plantado em redor de Ribadavia e Castrelo de Miño continuavam a dar fruto. As legiões de Roma haviam partido, mas o mundo que construíram perdurou — na língua falada nos campos de Cartelle, no vinho prensado das encostas do Ribeiro, na igreja paroquial que se ergueria onde outrora se levantava um altar romano.

O cristianismo chegou à Galécia nos séculos III-IV; Ourense, Braga e Lugo tornaram-se sedes episcopais

Os Suevos — Um Reino Germânico

Quando as tribos suevas organizaram as suas paróquias no século VI, traçaram as fronteiras eclesiásticas que governariam a vida comunitária em Castrelo de Miño e Cartelle durante os mil e quatrocentos anos seguintes.

O REINO 409–585 d.C.

O Primeiro Reino Germânico da Europa Ocidental

Em 409 d.C., os suevos — uma confederação de povos germânicos oriundos das regiões do rio Elba e da atual Boémia — atravessaram os Pirenéus rumo à Hispânia romana, juntamente com os vândalos e os alanos. Por volta de 411, os grupos bárbaros repartiram entre si as províncias ocidentais. Aos suevos coube a parte ocidental da Gallaecia — as terras voltadas para o Atlântico, desde o atual Porto até Pontevedra. Escolheram Bracara Augusta (a atual Braga) como capital, fundando aquele que os historiadores reconhecem como o primeiro reino germânico independente da Europa ocidental pós-romana — anterior mesmo aos reinos franco e visigodo.

O Reino Suevo perdurou durante 176 anos sob uma sucessão de reis. Hermerico (c. 409–438) consolidou o controlo sobre a Gallaecia e estabeleceu a paz com a população galaico-romana. O seu filho Réquila (438–448) expandiu o reino de forma notável, conquistando Sevilha e Mérida. Requiário (448–456) tornou-se o primeiro rei germânico da Europa pós-romana a converter-se ao catolicismo. Após um período de guerra civil e um "século obscuro" de registos escassos (c. 470–550), o reino ressurgiu renovado sob Ariamiro e Teodomiro, que con-

vocaram os grandes concílios eclesiásticos e reorganizaram o reino em dioceses. O rei Miro) (c. 570–583) presidiu à época de ouro do reino, antes que a conquista visigoda sob Leovigildo pusesse fim à independência sueva em 585 d.C.

A CONVERSÃO São Martinho de Dume

Do Paganismo à Cristandade: O Apóstolo dos Suevos

O percurso religioso dos suevos passou por três fases: paganismo inicial (409–449), um breve período católico sob Requiário, e depois a conversão ao arianismo por volta de 466, quando um missionário chamado Ajax foi enviado pelo rei visigodo. Durante cerca de um século, os suevos permaneceram cristãos arianos. A transformação chegou na década de 550 com a vinda de Martinho de Dume — nascido na Panónia (atual Hungria), formado na Terra Santa e um dos missionários mais notáveis da Antiguidade tardia. Martinho fundou o Mosteiro de Dume perto de Braga, tornou-se o seu primeiro bispo e acabou por ascender a Arcebispo Metropolitano da Gallaecia.

A influência de Martinho foi profunda. Participou no Primeiro Concílio de Braga (561) e moldou a conversão definitiva dos suevos do arianismo à ortodoxia católica. O seu tratado *De correctione rusticorum* ("Da Correção dos Rústicos") — escrito como carta ao bispo Polémio de Astorga — é uma janela inestimável para a vida quotidiana na Gallaecia rural, descrevendo sobrevivências pagãs entre a população camponesa: acender velas nas encruzilhadas, oferecer alimentos a fontes sagradas, adivinhações pelo voo das aves e observância de dias dedicados a deuses romanos e germânicos. Martinho recorreu à persuasão em vez da coerção, e o seu trabalho paciente transformou a paisagem espiritual de todo o reino. Morreu em 580 em Dume, tendo

moldado o cristianismo que perduraria na Galiza durante o milénio e meio seguinte.

AS PARÓQUIAS Divisio Theodemiri

O Paroquial Suevo: Um Reino Mapeado em Paróquias

Entre 572 e 582, os suevos produziram um documento único em toda a Europa alto-medieval: o Paroquial Suevo, também conhecido como Divisio Theodemiri em homenagem ao rei Teodomiro) que ordenou a sua criação. Este texto extraordinário enumera 134 paróquias — 107 *ecclesiae* e 27 *pagi* — organizadas em 13 dioceses distribuídas por duas províncias metropolitanas: Braga a sul e Lugo a norte. É o documento mais importante para localizar povos e povoações na Gallaecia pós-romana, e não tem equivalente em nenhuma outra região do antigo Império Ocidental.

A Diocese de Ourense (*Auriense*) — uma das cinco novas sedes episcopais criadas especificamente sob os suevos — dependia do Metropolitano de Lugo. As suas paróquias incluíam *Palla Aurea* (a própria Ourense), *Bibalos* (identificada com *Temes* na zona do Ribeiro), *Verugio*, *Teporos*, *Geurros*, *Pincia*, *Cassavio*, *Verecanos*, *Senabria* e *Calapacios*. A paróquia de *Bibalos* — que abrangia o coração do Ribeiro — é a unidade administrativa que com maior probabilidade englobava os territórios de Ribadavia, Castrelo de Miño e Cartelle no século VI. O Paroquial criou a estrutura que viria a evoluir para o sistema de freguesias e paróquias galegas modernas — possivelmente a estrutura administrativa de funcionamento contínuo mais antiga da Europa ocidental derivada de um ato político específico.

A VINHA Vinho e Monaquismo

O Ribeiro Sob os Suevos: Vinhas, Monges e Vinho Sacramental

Quando os suevos chegaram em 409, herdaram uma paisagem já moldada por quatro séculos de viticultura romana. Os vales abrigados do Avia, do Minho e do Arnoia — onde se situam Ribadavia, Castrelo de Miño e Cartelle — produziam vinho desde pelo menos o século III d.C., como atesta o lagar rupestre do Castro de Santa Lucía em Astariz. O historiador Orósio, escrevendo por volta de 417, observou que os bárbaros tinham "amaldiçoado as suas espadas e pegado no arado", o que sugere que adotaram as práticas agrícolas existentes, incluindo o cultivo da vinha. Embora nenhum documento específico da época sueva mencione os vinhos do Ribeiro, a viticultura quase certamente continuou: as vinhas são um investimento agrícola de longo prazo, e os suevos tinham todos os motivos para manter a paisagem produtiva que haviam herdado.

A conversão ao catolicismo acrescentou um poderoso incentivo à produção vinícola. Com 134 paróquias estabelecidas pelo Paroquial Suevo, cada uma necessitando de vinho sacramental para a Eucaristia, a procura de vinho ficou entrelaçada com a governação cristã. As fundações monásticas de Martinho de Dume precisavam de vinho para fins litúrgicos, e a tradição monástica por ele estabelecida viria a florescer no Ribeiro. O Mosteiro de San Clodio em Leiro, junto a Ribadavia — possivelmente fundado já no século VI, embora documentado com maior segurança a partir de 928 — tornar-se-ia o epicentro da produção vinícola medieval da região. Os monges beneditinos e, mais tarde, os cistercienses de San Clodio foram pioneiros no cultivo da vinha, produzindo vinhos que chegavam ao norte da Europa através de mercadores no Caminho de Santiago.

Espadas em Arados: Um Povo Renascido

A integração dos suevos com a população galaico-romana existente é uma das histórias mais notáveis de fusão cultural na Europa alto-medieval. Ao contrário de muitas migrações germânicas marcadas pela deslocação e pelo conflito, a fixação dos suevos na Gallaecia caracterizou-se por uma assimilação relativamente rápida. O historiador Orósio, natural da Gallaecia e escrevendo apenas oito anos após a chegada dos suevos, relatou que estes "amaldiçoaram as suas espadas e pegaram no arado" depois de se estabelecerem. Não está registado qualquer conflito entre a população local e os suevos entre 411 e 430, embora as incursões de Hermerico a partir de 430 tenham provocado uma feroz resistência galaica antes de a paz ser restabelecida em 438. Os suevos fixaram-se sobretudo em zonas urbanizadas — Braga, Porto, Lugo, Astorga — dispersando-se gradualmente para zonas rurais como o vale do Minho, onde se situam Ribadavia, Castrelo de Miño e Cartelle.

Os suevos adotaram rapidamente o latim vulgar local, abandonando a sua língua germânica em poucas gerações. Abraçaram o cristianismo — primeiro católico, depois ariano, depois novamente católico — e fundiram a sua governação com a estrutura administrativa romana existente. No campo, os padrões de povoamento alteraram-se: a população deslocou-se gradualmente das villae romanas de planície para terrenos mais elevados, e as práticas funerárias transitaram dos cemitérios extramuros romanos para sepultamentos junto a basílicas recém-construídas. O rio Minho funcionava como o principal corredor de comunicação dentro do reino, fazendo das comunidades ribeirinhas de Castrelo de Miño e Cartelle parte integrante da geografia in-

terna do reino. O carácter essencial da cultura galega — a sua vida rural centrada na paróquia, a sua orientação atlântica, a sua fusão do cristianismo latino com tradições mais antigas — foi moldado de forma decisiva na confluência dos mundos ibero-romano e suevo.

Os Visigodos — Lei e Fé

O código legal visigodo — que regulava o casamento, a herança e a posse de terras — lançou as bases do sistema de fidalguia que definiria a ordem social do Ribeiro durante séculos. O Liber Iudiciorum permaneceu como lei vigente na Galiza durante boa parte da Reconquista, e os seus princípios sobre propriedade e estatuto nobre moldaram as instituições que cada geração posterior encontraria.

A CONQUISTA 585 d.C.

A queda dos Suevos: Gallaecia torna-se província goda

O fim da independência sueva não resultou de um choque de civilizações, mas de uma crise dinástica que deu a Leovigildo o pretexto de que necessitava. Quando o rei Miro) morreu em 583 — segundo Gregório de Tours, por doença contraída durante a campanha — após uma expedição militar desastrosa perto de Sevilha, o seu jovem filho Eborico herdou o trono. Em menos de um ano, Audeca, cunhado de Eborico, apoderou-se do poder, casou com Sisegúncia, viúva de Miro, e encerrou o rei legítimo num mosteiro. A usurpação proporcionou a Leovigildo — o mais formidável rei visigodo do seu tempo, que passara uma década a cercar metodicamente o reino suevo — exactamente a justificação de que precisava.

Em 585, Leovigildo lançou uma campanha decisiva sobre Gallaecia. As suas forças devastaram a região, derrotaram os Suevos em campo aberto e avançaram sobre Braga. A Crónica de João de Biclano, fonte contemporânea, relata que Leovigildo privou Audeca «da totalidade do reino», capturando o último rei suevo, o tesouro real e os principais

nobres. Audeca foi tonsurado e exilado em Beja. No mesmo ano, um homem chamado Malarico sublevou-se e reivindicou o trono suevo, mas foi rapidamente derrotado e capturado pelos generais de Leovigildo. O reino suevo — que perdurara durante 176 anos como o primeiro reino germânico da Europa ocidental pós-romana — tornou-se a sexta província do reino visigótico de Toledo.

O GOVERNO A Província

A província distante de Toledo: duques, bispos e continuidade

A conquista visigótica não destruiu a sociedade galega — absorveu-a. A organização territorial e administrativa herdada dos Suevos foi integrada na nova estrutura provincial. As dioceses católicas suevas continuaram a funcionar normalmente: Braga, Dúmio, Porto, Tui, Iria, Britónia, Lugo, Ourense, Astorga, Coimbra, Lamego, Viseu e Idanha. As elites culturais, religiosas e aristocráticas locais aceitaram os novos monarcas, preservando as instituições que governavam as suas vidas há gerações.

A Galiza) era governada por um *dux provinciae* — governador militar nomeado por Toledo — enquanto a administração quotidiana da justiça e dos assuntos civis recaía cada vez mais sobre o *comes civitatis* (conde) de cada cidade principal e sobre os bispos, que exerciam enorme influência tanto no plano espiritual como no temporal. Braga manteve o estatuto de sé metropolitana, ao passo que Lugo ficou reduzida a bispado sufragâneo. Com as reformas de Recesvinto, as dioceses lusitanas que os Suevos haviam anexado à Galiza foram restituídas à Lusitânia, e o número de casas da moeda galegas foi reduzido a três: Lugo, Braga e Tui.

Leovigildo impôs inicialmente o arianismo ao território conquistado, instalando bispos arianos em Lugo, Porto, Tui e Viseu ao lado dos católicos. Este sistema episcopal duplo durou poucos anos, terminando definitivamente no III Concílio de Toledo (589). Nos últimos anos do período visigótico, o estatuto especial da Galiza ficou patente quando o rei Egica enviou o seu filho Vítiza para governar a província a partir de Tui, por volta de 701, como sub-rei — um eco notável do passado independente da região.

A CONVERSÃO 589 d.C.

Do arianismo à ortodoxia: Recaredo e o III Concílio de Toledo

A conquista de Leovigildo trouxe de volta o arianismo a uma terra que Martinho de Braga havia convertido pacientemente ao catolicismo poucas décadas antes. O rei visigodo reinstalou clero ariano pela província, colocando bispos arianos em cidades como Lugo, Porto, Tui e Viseu ao lado da hierarquia católica existente. Para os habitantes de Gallaecia, que tinham assistido em vida à conversão paciente de Martinho, esta inversão deve ter sido profundamente perturbadora. Mas a restauração ariana revelou-se breve.

A 8 de Maio de 589, Recaredo convocou o III Concílio de Toledo — um dos concílios eclesiásticos mais decisivos da história da Europa ocidental. Perante uma assembleia de setenta e dois bispos da Hispânia, Gália e Gallaecia, o rei renunciou publicamente ao arianismo e proclamou a sua conversão ao catolicismo. Quatro bispos de dioceses suevas da Gallaecia abjuraram formalmente: Beccila de Lugo, Gardingus de Tui, Argiovitius de Porto e Sunnila de Viseu. Apesar de resistências — foi descoberta uma conspiração ariana e o seu líder, Segga, punido com a amputação das mãos e exilado na Galiza — o resultado foi deci-

sivo: a fé católica foi restaurada como única ortodoxia do reino, unindo visigodos, suevos e hispano-romanos sob um mesmo credo.

AS IGREJAS Pedra e Fé

Santa Comba, San Xes e a arquitectura da fé

O período visigótico legou à província de Ourense dois dos mais notáveis monumentos pré-românicos de toda a Espanha — igrejas cujos arcos em ferradura, cantaria lavrada e beleza austera atestam uma fé feita para perdurar na pedra.

Santa Comba de Bande, situada no vale do Lima), a cerca de 70 quilómetros a sul de Ourense, é considerada um dos mais importantes monumentos alto-medievais da Galiza e uma das igrejas mais antigas conservadas em Espanha. De planta em cruz grega inscrita num rectângulo de 12 por 18 metros, apresenta abóbadas de berço na nave e no transepto, abside em arco de ferradura e lanternim elevado no cruzeiro, iluminado por janelas em cada face. Quatro colunas de mármore reaproveitadas das termas romanas de Bande sustentam o arco triunfal, com capitéis de estilo coríntio. Documentos do Mosteiro de Celanova registam a existência de uma igreja dedicada a Santa Columba neste local já em 675, quando foi confiada a um homem chamado Odoímo para restauro. A igreja foi classificada como Monumento Nacional em 1921. Estudos cronológicos recentes datam a construção de aproximadamente 751–789 d.C., sugerindo que poderá representar um exemplo muito precoce de arquitectura moçárabe, e não uma criação puramente visigótica.

A capela de San Xes (São Gines) de Francelos — a apenas 2 quilómetros de Ribadavia — é uma pequena estrutura de nave única com apenas 8,6 por 5,75 metros, construída em blocos de granito. Embora o

edifício actual date do século IX, integrava um mosteiro visigótico mais antigo, entretanto desaparecido. A fachada extraordinária da capela preserva elementos pré-românicos da mais elevada qualidade: um arco em ferradura de influência visigótica, meias-colunas ornadas com motivos de videira estilizados rematados em folhas de palmeira, capitéis coríntios e duas cenas bíblicas esculpidas — a Fuga para o Egipto e a Entrada de Jesus em Jerusalém. A sua célebre janela rendilhada, decorada com flores de oito pétalas emolduradas por três arcos em ferradura, tem sido comparada à transena de Santa Cristina de Lena, nas Astúrias. San Xes de Francelos foi classificado como Monumento Nacional em 1951.

O que torna estas igrejas notáveis não é apenas a sua antiguidade ou arquitectura, mas o que representam: comunidades que construíam em pedra quando a maior parte da Europa ainda construía em madeira. O arco em ferradura de San Xes de Francelos ergue-se a apenas dois quilómetros de Ribadavia — perto o suficiente para que os habitantes medievais do bairro judeu o avistassem desde a Porta Nova. O facto de os seus relevos bíblicos terem sobrevivido à revolta irmandiña, às guerras napoleónicas e a quatro séculos de abandono diz algo sobre o granito, e algo sobre as pessoas que escolheram construir com ele.

A LEI 654 d.C.

O Liber Iudiciorum: uma lei para todos os povos

Em 654, o rei Recesvinto promulgou o Liber Iudiciorum — o Livro dos Juízos — no VIII Concílio de Toledo. Foi o primeiro código jurídico da Europa ocidental pós-romana a aplicar-se igualmente a todos os súbditos, independentemente da sua origem étnica, abolindo a prática secular de manter sistemas legais distintos para romanos e godos.

O código substituiu toda a legislação anterior — incluindo o Breviário de Alarico, que regia a população hispano-romana, e o direito consuetudinário godo — por um sistema territorial único e abrangente, aplicável a todo o habitante livre do reino.

O *Liber Iudiciorum* era uma obra monumental: doze livros contendo mais de 500 leis sobre matérias civis e penais, propriedade e herança, casamento e família, contratos, procedimento judicial, obrigações militares, assuntos eclesiásticos e regulamentação relativa aos judeus. Embora designado «visigótico», o código foi redigido em latim e baseou-se amplamente na tradição jurídica romana, em particular no Código Teodosiano e em elementos do direito justiniano, conjugados com costumes germânicos e direito canónico. A sua compilação foi uma iniciativa régia encetada por Quindasvinto, com o bispo Bráulio de Saragoça a desempenhar um papel editorial determinante na revisão e reorganização do manuscrito.

Para a Galiza, o *Liber Iudiciorum* teve consequências profundas e duradouras. Pôs fim a qualquer distinção jurídica remanescente entre suevos e hispano-romanos, criando uma identidade legal unificada — *hispani* — em toda a província. As disposições do código sobre propriedade, herança e direitos de viúvas e órfãos regeram a vida quotidiana em comunidades como Ribadavia, Castrelo de Miño e Cartelle durante séculos. No século X, cartas monásticas de Celanova e Samos continuavam a invocá-lo como lei vigente.

PARTE II

O Mundo Medieval

A Idade Média trouxe novos povos e novas instituições ao Ribeiro. Mercadores judeus sefarditas transformaram Ribadavia numa das vilas mais prósperas da Galiza. Monges franceses introduziram a viticultura cisterciense e o Caminho de Santiago. Ordens militares construíram comendas por toda a comarca. Juntos criaram o mundo medieval que as casas nobres herdariam.

Os Judeus Sefarditas — Vinho, Comércio e Exílio

Os mercadores judeus que transformaram Ribadavia na vila mais próspera da Galiza eram vizinhos de todos os que viviam nas paróquias circundantes. Numa região onde as vidas cristãs e judias se entrelaçavam através do comércio, da viticultura e da defesa partilhada, a Expulsão de 1492 e a Inquisição que se seguiu destruíram um mundo que as comunidades do Ribeiro conheciam há séculos.

ENTRE A LENDA E A PEDRA Antiguidade até ao Final da Era Romana

Entre a Lenda e a Pedra

A tradição judaica sustenta há muito que os sefarditas — os judeus da Península Ibérica — chegaram à terra que chamavam Sefarad na mais remota antiguidade. O grande erudito Isaac Abravanel afirmou — no seu comentário a Zacarias — que a sua família tinha vindo para a Península após a destruição do Primeiro Templo, uma tradição que os situava em Sevilha há quase dois mil anos. O Malbim identificou a bíblica Társis — o lugar para onde Jonas fugiu, o ponto mais ocidental do mundo conhecido — com Tartessos no sul de Espanha, uma identificação hoje amplamente corroborada pela arqueologia, embora autoridades rabínicas anteriores (Ibn Ezra, Rashi) a tivessem situado no Norte de África. Se mercadores judeus acompanharam os comerciantes fenícios que navegaram até Gadir e a costa do estanho da Galiza, então as raízes de Sefarad podem entrelaçar-se com a própria aurora do comércio mediterrânico no Atlântico.

Contudo, entre a lenda e a arqueologia estende-se um vasto silêncio. A mais antiga evidência tangível de presença judaica na Ibéria é modesta: uma inscrição trilingue — em hebraico, latim e grego — no sarcófago de uma criança encontrado em Tarragona, datado do período imperial romano; um mosaico em Elche do primeiro século que quase certamente decorava o chão de uma sinagoga; uma lápide de Adra inscrita com o nome de uma criança judia, Annia Salomonula, do século III. No extremo ocidente, uma placa de mármore descoberta perto de Silves) no Algarve, ostentando o nome hebraico Yehiel, constitui uma das mais antigas evidências arqueológicas da Península ocidental — notavelmente, encontrada numa villa romana, prova de vida judaica na Lusitânia rural.

O próprio Apóstolo Paulo expressou a sua intenção de viajar até à Hispânia na sua Epístola aos Romanos — uma passagem que comentadores judaicos primitivos interpretaram como confirmação de que comunidades judaicas organizadas já ali existiam. O Concílio de Elvira, reunido por volta de 300 d.C. perto de Granada), promulgou cânones que regulavam especificamente as relações entre judeus e cristãos — prova de que, no final do período romano, a população judaica era suficientemente numerosa para alarmar o clero. O Cânone 16 proibia o casamento misto com judeus em termos mais severos do que os aplicados aos pagãos. A severidade destes cânones revela a realidade que procuravam suprimir: na Hispânia romana, judeus e os primeiros cristãos eram vizinhos, companheiros de mesa e parceiros matrimoniais — comunidades ainda não totalmente separadas, provavelmente oriundas do mesmo contingente diaspórico.

Na Galiza especificamente, o rasto documental não começa antes do século XI. Porém, a profunda integração da região nas redes comerciais fenícias e romanas — as mesmas rotas do estanho, os mesmos

corredores fluviais, os mesmos portos atlânticos — torna plausível que mercadores e colonos judeus tenham alcançado o noroeste muito antes de qualquer pergaminho registar os seus nomes. O que é certo é isto: quando os documentos medievais começam, os judeus da Galiza já lá estavam, já eram essenciais, já se encontravam entretecidos no nervo económico da terra.

AS COMUNIDADES Séculos XI–XV

As Comunidades Judaicas da Galiza

Na plena Idade Média, comunidades judaicas — conhecidas como aljamas — tinham-se estabelecido por toda a Galiza. A Jewish Encyclopedia de 1906 enumera povoações em Allariz, Corunha, Ourense, Monforte, Pontevedra, Rivadavia e Rivadeo, além de judeus individuais dispersos pelo território. Na maioria das vilas, eram comunidades modestas de poucas dezenas de famílias, embora Ribadavia — a Jerusalém da Galiza — tenha crescido até se tornar um centro de relevo cujo peso económico rivalizava com vilas muitas vezes maiores. Por toda a região, os judeus serviam como cobradores de impostos e administradores financeiros da nobreza galega, como mercadores de vinho exportando (Ribeiro) para as cortes da Europa, e como intermediários nas redes comerciais que ligavam a costa atlântica ao interior.

O mais antigo incidente documentado da história judaica galega data de 1044, quando mercadores judeus — provavelmente de Allariz — foram atacados por um tal Arias Oduariz enquanto viajavam sob a proteção do fidalgo D. Menéndez González. Menéndez reuniu uma força armada, perseguiu os atacantes e recuperou as sedas e outros bens que haviam sido tomados. Este pequeno episódio revela muito: os judeus já estavam envolvidos no comércio de luxo, moviam-se sob patrocínio nobre, e a sua proteção era considerada digna de uma expedição mili-

tar. Com o tempo, a relação aprofundou-se — famílias judaicas casaram com a pequena nobreza galega, forjando laços de sangue além dos de comércio. Estas alianças revelar-se-iam perigosas: quando a Inquisição chegou, as linhagens conversas entrelaçadas com casas de fidalgos fizeram da questão da limpeza de sangue uma matéria não apenas de fé, mas de herança e de honra.

O estabelecimento formal de judiarias acelerou sob cartas régias. Fernando II concedeu a Ribadavia o seu Foro Real em 1164, criando as condições para o florescimento de uma classe mercantil — incluindo comerciantes judeus. Nos séculos XII e XIII, a judiaria de Ribadavia cristalizara-se no bairro que ainda hoje sobrevive, centrado na rua outrora conhecida como Rúa da Xudería.

Ribadavia — conhecida como a Jerusalém da Galiza — era a aljama mais próspera do noroeste. A sua judiaria, formada nos séculos XII–XIII, sustentava-se pelo comércio de vinho do Ribeiro e pela exportação para Itália, Flandres, Inglaterra e Alemanha. Em 1386, quando o Duque de Lancaster sitiou a vila, cristãos e judeus combateram lado a lado para a defender.

A Coruña albergava a maior escola europeia de iluminadores judeus, incluindo o mestre Abraham ben Judah ibn Hayyim. A primeira documentação de presença judaica data de 1375, embora a comunidade tenha crescido rapidamente com a chegada de refugiados da perseguição castelhana. Aqui, em 1476, foi criada a Bíblia de Kennicott — o mais magnífico manuscrito hebraico da Idade Média.

Allariz possuía uma comunidade florescente no bairro de Socastelo, fora das muralhas da vila. Em 1289, o prior do mosteiro queixou-se, e Isaac Ishmael — líder da aljama — foi intimado a manter os judeus dentro do bairro.

Tui), na fronteira portuguesa, tinha uma presença judaica que remonta pelo menos ao século XI. Uma menorá de sete braços esculpida no claustro gótico da catedral permanece como testemunho perene. Os núcleos da judiaria situavam-se na Rua Oliveira e na Rua Canicouva, onde ainda se ergue a casa quatrocentista de Salomón Caadia. A Torre do Xudeu marca o limite do bairro.

Em Ourense, os judeus fixaram-se no século XI, com 30–40 famílias no período medieval. Em 1489, foi emitido um mandado de proteção contra cavaleiros que tentavam atacar a comunidade. A judiaria bordejava originalmente a Rúa Nova, mas foi transferida em 1488 para um local perto da Fuente del Obispo.

Monterrei e Verín situavam-se na porta de entrada para Portugal, sede dos poderosos Condes de Monterrei. Os registos da Inquisição colocam aqui famílias conversas, incluindo Felipe Álvarez, descrito como "natural de Tamaguelos — Verín." A vila-fortaleza servia tanto de refúgio como de corredor para famílias judaicas que se deslocavam entre a Galiza e o norte de Portugal.

Monforte de Lemos tinha uma população judaica inicialmente escassa que cresceu depois de 1147, quando refugiados fugiram da invasão almóada do sul da Ibéria. No século XIV, judeus serviam na corte dos Condes de Lemos. Após os massacres de 1391, Monforte acolheu refugiados de Castela. Estrelas de Salomão estão gravadas nas cantarias da Torre da Homenaxe.

Pontevedra era uma cidade portuária com mercadores e cobradores de impostos judeus documentados. Os registos da Inquisição colocariam mais tarde famílias conversas aqui, incluindo Beatriz Gómez, nascida em Ribadavia, casada com o abastado mercador Francisco Denis. A Rua Falagueira ligava a judiaria entre a Porta Nova e a Pescadería.

Ribadavia: Vinho, Fé e Comércio

Na Idade Média, a vila de Ribadavia era rica, dotada de importância política e económica na qual os comerciantes judeus desempenhavam um papel de relevo. A sua comunidade sustentava a economia através do comércio de vinho do Ribeiro) — exportando o estimado vinho branco dos vales do Avia) e do Minho para os reinos peninsulares e além: para Itália, Países Baixos, Alemanha, Irlanda e Inglaterra. A judiaria não era um mero gueto, mas um próspero bairro comercial, e os seus habitantes destacavam-se na administração de bens, nos ofícios artesanais e, sobretudo, como intermediários que ligavam a viticultura galega aos mercados da Europa.

O bairro judeu formou-se entre os séculos XII e XIII, beneficiando da fixação de judeus desde o século X nas terras vizinhas de Celanova e da presença de um grupo poderoso de mercadores na sequência da carta de Fernando II em 1164. O núcleo da judiaria estendia-se da Plaza Mayor até à muralha medieval. A artéria principal era a rua outrora conhecida como Rúa da Xudería — depois renomeada Merelles Caula — que ia da Plaza Mayor à Praza da Madalena, onde se acredita ter estado a sinagoga. Dali, passando pela Praza de Buxán, o bairro descia até à Porta Nova de Abaixo, a porta meridional por onde se alcançava o rio Minho.

O episódio mais dramático da judiaria medieval ocorreu em 1386, quando o Duque de Lancaster — casado com a filha mais velha do falecido rei Pedro I — invadiu a Galiza, reclamando o trono castelhano. Ribadavia foi sitiada por mais de 2.000 lanceiros e arqueiros ingleses sob o comando de Sir Thomas Percy. Segundo a crónica contemporânea de Froissart, cristãos e judeus combateram juntos na defesa da

vila. Os ingleses tomaram Ribadavia usando uma espetacular torre de assédio sobre rodas e, ao entrar, saquearam especialmente as casas dos judeus. Froissart afirmou haver quinze cens — mil e quinhentos — judeus em Ribadavia.

Esta coabitação — convivência — parece ter sido em grande medida amistosa. Judeus e cristãos partilharam a defesa da sua vila. Mesmo após o decreto de expulsão de 1492, muitos judeus de Ribadavia optaram por converter-se em vez de partir, e a comunidade prosseguiu, transformada mas não destruída, nas redes conversas dos séculos XVI e XVII.

A judiaria de Ribadavia é um dos bairros judeus mais bem preservados de Espanha e membro da Red de Juderías — Caminos de Sefarad. O Centro de Información Xudía de Galicia (Museu Sefardita da Galiza) está instalado no Pazo de los Condes, na Plaza Mayor. Todos os anos, em agosto, a Festa da Istoria comemora o património medieval da vila, incluindo a encenação de um casamento judeu. A Casa de la Inquisición ergue-se no n.º 25 da Rúa de San Martiño — cinco escudos heráldicos na sua fachada proclamam o poder das linhagens Puga, Mosquera e Bahamonde. Até recentemente, A Tafona da Herminia (a padaria de Herminia) vendia doçaria sefardita tradicional segundo receitas familiares antigas — farinha de amêndoa, tâmaras, sésamo e cardamomo.

A BÍBLIA 1476

A Bíblia de Kennicott

Na quarta-feira, terceiro dia do mês de Av do ano 5236 da Criação — 24 de julho de 1476 — o escriba Moses ibn Zabarah concluiu a mais magnífica Bíblia Hebraica da Idade Média. Completou-a na ci-

dade de A Coruña, na província da Galiza, na costa noroeste de Espanha. A encomenda proviera de Isaac, filho do falecido Don Salomón de Braga — um ourives de uma família judaica portuguesa estabelecida na Galiza. As iluminuras foram obra de Joseph ibn Hayyim, considerado o mais ilustre mestre da arte do manuscrito judaico em toda a Europa.

A Bíblia de Kennicott é um manuscrito completo da Bíblia Hebraica (Tanakh) — os cinco livros da Torá, os Profetas e os Hagiógrafos — juntamente com o tratado gramatical Sefer Mikhlol do Rabi David Kimhi. Compreende 462 fólhos de velino, com quase 30 centímetros de altura, escritos em impecável escrita quadrada sefardita com aparato massorético completo. Mais de 200 páginas ardem com iluminuras: sumptuosas páginas-tapete, silhuetas a folha de ouro, decorações marginais que integram simbologia judaica com influências do gótico ibérico, e extraordinárias letras zoomórficas e antropomórficas no cólofon do artista. O Rei David no seu trono. Jonas engolido pelo grande peixe. Balaão consultando um astrolábio. A colaboração entre escriba e iluminador foi, segundo o historiador Cecil Roth, excepcionalmente próxima — rara neste tipo de trabalho.

O que torna o manuscrito ainda mais extraordinário é o seu momento. Foi criado apenas dezasseis anos antes do Decreto de Alhambra de 1492, que expulsou todos os judeus de Espanha. A Bíblia de Kennicott é o último grande ato de uma civilização prestes a ser destruída. Isaac de Braga, que encomendara este tesouro, esteve entre os que partiram. A viagem subsequente da Bíblia pelo Norte de África, Gibraltar e, finalmente, até às mãos do hebraísta inglês Benjamin Kennicott em Oxford permanece parcialmente misteriosa. Reside hoje na Bodleian Library, onde é reconhecida como a Bíblia Hebraica mais sumptuosamente iluminada a sobreviver da Espanha medieval.

A Coruña não era um posto marginal da cultura judaica — albergava a maior escola de iluminadores judeus da Europa. Abraham ben Judah ibn Hayyim, ativo em meados do século XV, era considerado o maior mestre do continente na arte de misturar cores para manuscritos. A população judaica da cidade crescera rapidamente ao longo da Baixa Idade Média, engrossada por refugiados que fugiam da perseguição em Castela e Portugal. Neste cadinho de deslocação e resiliência cultural, nasceu a Bíblia de Kennicott — uma obra-prima desafiante, criada no limite do mundo, no limite do tempo.

Em novembro de 2019, a Bíblia foi emprestada de volta à Galiza pela primeira vez em 527 anos e exibida no Museo Centro Gaiás em Santiago de Compostela. O Centro de Información Xudía de Galicia em Ribadavia dispõe de um sistema digital que permite aos visitantes folhear o manuscrito página a página. Um fac-símile é conservado pela Real Academia Galega de Belas Artes na Corunha. A Comunidade Xudía Bnei Israel de Galiza tem feito campanha desde 2015 pelo regresso permanente da Bíblia à Corunha.

O MALSÍN 1575–1610

O Malsín e o Auto de Fé

Após o decreto de expulsão de 1492, a comunidade judaica de Ribadavia não desapareceu — transformou-se. Muitos judeus aceitaram o batismo e permaneceram como conversos (cristãos-novos), praticando exteriormente o catolicismo enquanto mantinham em privado a fé dos seus antepassados. Durante quase um século, viveram em relativa paz. O tribunal da Inquisição mais próximo da Galiza ficava em Valladolid, suficientemente distante para que o seu alcance raramente se estendesse ao remoto noroeste. Conversos portugueses, fugindo da perseguição da Inquisição de Coimbra em 1522, encontraram

refúgio no Ribeiro, atraídos pela pujante economia vinícola. Na década de 1570, uma segunda vaga de conversos portugueses havia chegado, integrando-se rapidamente na vida cívica da vila. Alguns ascenderam a posições de destaque — Felipe Álvarez tornou-se Procurador-Geral de Ribadavia; Juan López Hurtado serviu como Regedor da vila.

Este frágil equilíbrio estilhaçou-se em 1575, quando o Tribunal da Inquisição foi estabelecido em Santiago de Compostela, trazendo a maquinaria de perseguição diretamente à porta da Galiza. Ainda assim, passaram mais duas décadas antes de a catástrofe se abater.

Em 1606, um homem chamado Jerónimo Bautista de Mena — ele próprio converso, nascido em Ribadavia — entregou ao Tribunal de Santiago uma lista com aproximadamente duzentos nomes de praticantes de ritos judaicos. Acusou a própria mãe, Ana Méndez, a irmã Ana de Mena (com 17 anos) e o irmão Nicolás (com 7 ou 8 anos). O motivo, segundo a tradição local, foi vingança — recebera uma herança menor do que os seus irmãos. Jerónimo Bautista de Mena foi encontrado morto na rua em 1607, assassinado por mão desconhecida.

Mas o mal estava feito. A 11 de maio de 1608, na Plaza de la Quintana em Santiago de Compostela, realizou-se um auto de fé. Quarenta e duas pessoas de Ribadavia e da região circundante foram condenadas a penas que iam da confiscação de bens ao encarceramento e à morte. As acusações eram idênticas em todos os casos: viver segundo a Lei de Moisés, observar o Shabbat, jejuar no Yom Kippur, preparar carne kosher, e recitar salmos sem o Gloria Patri.

Os condenados não eram figuras marginais — constituíam a espinha dorsal cívica e comercial de Ribadavia. Felipe Álvarez, Procurador-Geral da vila, foi preso juntamente com quatro dos seus filhos. Xerónimo

de Moraes, vereador de sessenta anos, suportou a tortura sem confessar. Xoán López Hurtado, Regedor e escrivão, obteve alguma clemência apenas por ter filhos pequenos — dois deles cegos — enquanto a sua mulher, Beatriz Méndez, recebeu a sentença mais dura em seu lugar. Fernando Gómez, mercador de Vila Flor que vivera na Lei de Moisés durante quase trinta anos, também venceu o potro sem acrescentar nada à sua confissão. Entre as mulheres, Leonor Gómez — sessenta e oito anos, viúva do advogado Marcos López, a quem a Inquisição chamava "o mestre dos judaizantes" — derrotou inteiramente a tortura. Xinebra Vázquez, setenta e dois anos, foi posta no potro apesar da sua fragilidade e nada confessou. María Vázquez, sessenta anos, aleijada, foi despida e recebeu duas voltas da roda — e resistiu. A maquinaria da Inquisição quebrava corpos, mas nem sempre quebrava o silêncio.

Por detrás da lista de nomes jaziam redes familiares distintas, cada uma com a sua própria história. O clã dos Moraes constituía uma segunda dinastia de poder converso em Ribadavia, paralela à dos Álvarez. Xerónimo de Moraes era vereador; o seu irmão Antonio "o andari-lho" vivia da sua fazenda; o seu filho Antonio viera de Mirandela, em Portugal; a sua filha Isabel, viúva de vinte e seis anos de Salvaterra, confessou oito anos na velha lei, ensinada pela mãe. O pai deles, Alonso Rodríguez de Moraes, já havia falecido em 1608 — mas a Inquisição abriu processo contra a sua memória, acusando-o de ter amaldiçoado um criado que invocara o nome de Jesus. Uma rede separada irradiava de Vila Flor em Portugal: Marcos López, o advogado a quem a Inquisição chamava "o mestre dos judaizantes", ensinara a Lei de Moisés com uma Bíblia Hebraica e financiara a fuga de judaizantes de Espanha. A sua viúva, Leonor Gómez, sobreviveu-lhe e sobreviveu ao potro. Fernando Gómez e Manuel Gómez, também de Vila Flor, eram

mercadores — o nervo comercial da migração conversa portuguesa para o Ribeiro.

Talvez a tragédia mais íntima tenha sido a do lar de Fernando Álvarez "o velho" e Catalina de León. Catalina, de trinta e dois anos, natural de Ourense, ensinara a Lei de Moisés às suas filhas Isabel (quinze anos) e Felipa (dezassete) — e fora ela própria ensinada pela mãe e pela avó. No segundo auto de fé, a 22 de fevereiro de 1609, as três foram condenadas. As três haviam sido denunciadas pelo próprio marido de Catalina.

Duarte Coronel de Salvaterra — trinta anos, denunciado entre outros pela sua própria mulher, Ana de Mena, irmã do malsín — confessou três anos na Lei de Moisés. Simón Pereira, estudante de medicina de Pontevedra, admitiu sete anos como judeu público em Pisa, onde fora circuncidado e tomara o nome Isaac — e em 1609 trocou a sua sentença por liberdade imediata mediante um acordo financeiro com o Santo Ofício. O idoso alfaiate Álvaro Vázquez de Valença do Minho — sessenta e nove anos, doente — foi submetido ao potro apesar da sua condição, e recebeu duzentos açoites além de prisão perpétua. Depois, a 8 de setembro de 1610, a Inquisição encetou um último auto particular: quatro judaizantes já falecidos foram queimados em efígie, a sua memória e reputação formalmente destruídas. Entre eles estava Marcos López, o homem que guardara a Bíblia Hebraica. E entre eles estava o próprio malsín — Jerónimo Bautista de Mena — acusado por dezasseis antigos cúmplices dos mesmos ritos que ele denunciara.

"Tudo em Ribadavia decorria com normalidade — a comunidade criptojudáica coexistia harmoniosamente com os demais habitantes da vila. Mas, de súbito, os alicerces da coexistência tremeram, e um raio de pavor percorreu os corpos das suas gentes ao saberem que a In-

quisição preparava a publicação de um édito de fé." — José Ramón Estévez Pérez, "La tumba de Felipe Álvarez, judaizante" (2017)

FELIPE ÁLVAREZ c. 1549–Antes de 1624

Felipe Álvarez, Judaizante

Felipe Álvarez, nascido por volta de 1549 em Tamaguelos, Verín (Ourense), era boticário, rendeiro da sisa sobre géneros alimentícios, e mercador que ascendeu a Procurador-Geral de Ribadavia — na prática, o principal responsável financeiro da vila. Era um homem de meios consideráveis, possuindo vinhas, propriedades urbanas na Plaza Mayor, e mantendo uma casa de certo estatuto. Era também, como confessaria sob interrogatório, um homem que vivera na Lei de Moisés durante vinte e três anos.

Felipe casou duas vezes. A primeira mulher foi Isabel Méndez, de quem teve pelo menos sete filhos: Francisco Méndez (licenciado), Gaspar Álvarez (estudante de Direito em Salamanca), Antonio Méndez, Baltasar Méndez, Ana, Isabel Méndez a mais nova e María Álvarez. A segunda mulher foi Justa Rodríguez de Dueñas, de quem teve Pedro Álvarez de Dueñas e possivelmente outros filhos não nomeados. Um dos seus filhos, Fernando Álvarez de Morais ("o moço", mercador de panos), casou com Bárbara Enríquez — cuja irmã Ana Rodríguez casara com Enrique Coronel, ligando a família à ilustre linhagem Coronel.

Quando a Inquisição prendeu Felipe, encontraram um homem sem arrependimento na sua fé. No interrogatório, admitiu ser descendente da nação hebraica. Confessou observar o kashrut — purificando, escorrendo e retirando as veias da carne que a sua família consumia. Jejuara no Yom Kippur (o "Dia Grande", o décimo de setembro) sem comer

nem beber até ao anoitecer. Guardara o Shabbat, vestindo camisas limpas e abstendo-se de trabalhar. Recitava os salmos penitenciais sem o Gloria Patri, e rezava a Amidá (a oração de pé) e o Shema Israel. Ensinara estas práticas aos seus quatro filhos — todos presos ao seu lado.

Os testemunhos dos filhos revelam a textura da vida conversã. Fernando Méndez, de 23 anos, disse que o pai lhe ensinara a Lei de Moisés nove anos antes. Preparava carne kosher com as próprias mãos, "com a maior dissimulação que lhe era possível." Sonhava fugir para a Turquia com o seu companheiro de cela Simón Pereira para viverem livremente como judeus — tomaria o nome David, e Simón tornar-se-ia Isaac. Gaspar Álvarez, de 20 anos, estudante de Direito em Salamanca, confessou que na Quinta-Feira Santa de 1605, ele e outros judaizantes se haviam recusado a percorrer as Estações da Cruz. Decidira que desejava ser circuncidado.

Os veredictos da Inquisição foram devastadores: Antonio Méndez, de vinte e um anos, foi relaxado — entregue ao braço secular para execução. Fernando Álvarez de Morais e Gaspar Álvarez receberam prisão perpétua; Fernando morreu mais tarde no cárcere ao lado da sua mulher Bárbara Enríquez. Francisco Méndez foi encarcerado. O próprio Felipe — o mais nomeado por todos os outros, o homem que a Inquisição considerava o rabi dos judeus de Ribadavia — foi condenado à morte. Deveria ser relaxado em pessoa. Mas Felipe comprou a sua vida: em 1612, depois de os seus perseguidores, os inquisidores Ochoa e Cuesta, terem sido expulsos da Galiza, negociou um pacto com o Santo Ofício, pagando 11.000 reais para comutar a sua sentença.

O litígio que se seguiu — documentado no AHN, Inquisición, Leg. 2029, Exp. 9 — revela tanto a brutalidade como a resiliência da família. Pedro Álvarez de Dueñas, filho de Felipe do segundo casamento — ele próprio ainda menor em 1624, com curador ad litem designado, Diego de Villar — negociou uma composição de 150 ducados para reaver as vinhas confiscadas. Gaspar Álvarez, legalmente declarado loco furioso e mentecato (louco furioso e simplório) — embora alguns historiadores suspeitem que fingiu a loucura para escapar a punição mais severa — necessitou de curador legal. Quinze anos depois, o Licenciado Francisco Méndez lançou uma ofensiva renovada, argumentando que os bens dotais da sua mãe, Isabel Méndez, haviam sido ilegalmente apreendidos, uma vez que, pelo direito castelhano, o dote da esposa tinha precedência mesmo sobre os direitos confiscatórios da Inquisição.

O inventário dos bens confiscados lê-se como um mapa cadastral da Ribadavia seiscentista: a Corredera de San Francisco (90 jornales — uma enorme propriedade comercial), a Viña de la Pedreira, a Viña de la Costa, a Viña de San Lázaro, e a casa da família na Plaza Mayor, confinando com a Calle de la Zapatería. Quatrocentos reais em prata haviam sido escondidos antes da chegada dos agentes de confiscação. Felipe Álvarez era um homem de meios consideráveis — um grande produtor de vinho e proprietário fundiário no Ribeiro, arruinado pela maquinaria do Santo Ofício.

Tendo escapado à fogueira, Felipe suportou a confiscação de bens, o hábito penitencial (sambenito) e a prisão perpétua. Foi eventualmente libertado, negociando a devolução de parte do seu património através de novas composições financeiras com a Inquisição. Morreu antes de novembro de 1624 — com idade suficiente para ter petitionado ao

Santo Ofício um tutor para os seus netos Jerónimo e Mariana, os filhos órfãos de Fernando Álvarez de Morais.

O destino desses órfãos está documentado num processo cível que se arrastou de 1640 a 1649 (AHN, Inquisición, 4552, Exp. 8). Após a morte de ambos os pais, as crianças Mariana Enríquez e Jerónimo de Morais foram levadas para Ferreiros, perto da fronteira portuguesa, para viverem sob os cuidados do tio e da tia — Enrique Coronel e Ana Rodríguez. O seu curador ad litem, Diego de Pardiñas, lutou durante anos para recuperar o dote da mãe, Bárbara Enríquez, no valor de 2.000 ducados — provido com bens da herança do irmão de Bárbara, o Capitão Manuel Rodríguez, e formalizado na escritura de 1608 por Ana Rodríguez e Enrique Coronel. Os menores argumentaram que este dote era uma dívida privilegiada, devida antes das pretensões confiscatórias da Inquisição. Opunham-se-lhes o Fiscal do Santo Ofício, Fernando de Valmayor, e dois credores particulares de Vilanova dos Infantes. O tribunal decidiu a favor dos órfãos: o dote da mãe tinha precedência mesmo sobre o Fisco Real. Foi uma pequena vitória — mas provou que o direito castelhano, quando pressionado, ainda podia escurar uma família contra todo o peso da avidez da Inquisição.

Felipe foi sepultado na Iglesia de Santo Domingo de Ribadavia — a mesma igreja onde Pedro Vázquez de Puga e Sancha Vella Mosquera, os familiares locais da Inquisição, jaziam nos seus túmulos heráldicos. A Inquisição considerava que um homem reconciliado, tendo cumprido a sua sentença, era devolvido ao seio da Igreja. A sua lápide, medindo 1,90 metros por 0,64 metros, é o único marcador funerário conhecido de um judaizante confesso numa igreja galega.

A DIÁSPORA Séculos XVII–XIX

De Ribadavia ao Novo Mundo

O auto de fé de 1608 não destruiu a comunidade conversa de Ribadavia — aprisionou-a. A maioria das famílias não tinha alternativa senão ficar. Fugir era convidar a pena de morte e pôr em perigo todos os parentes deixados para trás. Os condenados cumpriram as suas sentenças, pagaram as suas composições e regressaram a uma vila que agora os vigiava. Muitos dispersaram-se pelas aldeias e freguesias em torno de Ribadavia — longe da Casa de la Inquisición na Rúa de San Martiño, longe dos sambenitos pendurados nas igrejas, mas nunca longe das vinhas que os sustentavam. O estigma da condenação perseguiu estas famílias durante gerações. Numa sociedade obcecada com a limpeza de sangue, um apelido converso era uma marca que fechava portas — a cabidos catedralícios, ordens militares, colégios universitários e casamentos vantajosos com casas de cristãos-velhos. O resultado era previsível: as famílias conversas casavam dentro das suas próprias redes, geração após geração, produzindo aglomerados densamente endogâmicos unidos pelos mesmos apelidos, as mesmas freguesias e o mesmo silêncio.

Contudo, mesmo antes de a Inquisição atacar, alguns conversos mantinham discretamente ligações ao estrangeiro. Simón Pereira, companheiro de cela de Felipe Álvarez, já fora circuncidado em Pisa, onde vivia o seu tio Antonio Núñez. Fernando Méndez, filho de Felipe, sonhava fugir para a Turquia e viver livremente como judeu com o nome David. Não eram fantasias ociosas — eram fios de uma rede clandestina que há muito ligava os conversos galegos às comunidades sefarditas abertas de Itália, do Império Otomano e, por fim, do mundo atlântico.

O exemplo mais ilustre — e genealogicamente mais emaranhado — é a família Senior Coronel de Amesterdão. O ramo de Amesterdão desce dos irmãos Duarte e António Saraiva, que ao regressarem ao ju-

daísmo tomaram os nomes David e Salomon Senior Coronel. A sua família quase certamente provinha das redes conversas de Salvaterra de Miño e da fronteira galego-portuguesa, onde os apelidos Saraiva e Coronel estão densamente documentados. Entre os Coronéis de Salvaterra existia uma tradição de descendência de Abraham Senior, o último Rabi-Mor de Castela, que se convertera sob pressão em 1492 e tomara o nome Fernando Pérez Coronel. Se os irmãos Saraiva eram descendentes patrilineares diretos de Abraham Senior ou estavam ligados pela linha feminina — ou se simplesmente adotaram o prestigioso nome ao regressar ao judaísmo, como outros no seu meio fizeram — permanece uma questão em aberto. O que é certo é que Duarte Saraiva chegou a Amesterdão por volta de 1604, comerciou com Lisboa durante anos e, em 1636, estava estabelecido no Recife, em Pernambuco, onde possuía engenhos de açúcar e arrendava cobranças de impostos. O seu filho Isaac Senior Coronel chegou mesmo a passar tempo em Pontevedra — sugerindo que a família ainda tinha parentes diretos na Galiza. Um descendente posterior, Nahmán Natán Senior Coronel, emigrou para Jerusalém em 1820 e tornou-se um proeminente autor religioso. O seu bisneto, David Coren, exerceu funções no Knesset israelita e fundou o kibutz Bet HaAravá no Mar Morto — desconhecendo as suas raízes na região fronteiriça de Salvaterra.

O Enrique Coronel que casou com Ana Rodríguez — irmã de Bárbara Enríquez — vivia em Ferreiros, perto da fronteira portuguesa. Foi ali que Mariana Enríquez e Jerónimo de Moraes aparecem depois sob os cuidados de Enrique e Ana, e desse contexto surge a reclamação do dote de 2.000 ducados que Diego de Pardiñas litigou décadas mais tarde. Isto coloca o grupo de parentesco Coronel-Rodríguez no centro das redes conversas de Ribadavia em matéria jurídica e patrimonial em meados do século XVII.

As redes de apelidos que emergem dos registos inquisitoriais de 1608 — Álvarez, Méndez, Rodríguez, Gómez, Fernández, Coronel, Morais, Enríquez, Pereira — leem-se como um mapa da própria diáspora sefardita. Os mesmos nomes aparecem nas comunidades judaicas de Amesterdão, dos Açores, do Brasil, das Caraíbas e da América Espanhola colonial. Os conversos de Ribadavia não eram um bolso isolado — eram nós de uma vasta rede atlântica, ligados pelo sangue, pelo comércio e pela memória partilhada da Lei de Moisés.

Os próprios apelidos contam a história da persistência. Álvarez, Méndez, Rodríguez, Fernández, González — os cinco nomes de família que enchem os registos paroquiais de Castrelo de Miño e Cartelle a partir do século XVII — são precisamente os apelidos que aparecem nos registos inquisitoriais de Ribadavia. Felipe Álvarez, Procurador Geral de Ribadavia. Isabel Méndez, a primeira esposa. Justa Rodríguez de Dueñas, a segunda. Fernando Álvarez de Morais. Bárbara Enríquez. A pergunta que nunca pode ser totalmente respondida — mas que os padrões sugerem implacavelmente — é se as famílias que aparecem nos registos baptismais de paróquias vizinhas algumas gerações depois descendem das redes conversas que a Inquisição dispersou pelo campo.

A endogamia é notável. Nos registos paroquiais a partir de 1680, os mesmos cinco ou seis apelidos repetem-se casamento após casamento, geração após geração, produzindo aglomerados de parentesco densamente entrelaçados que espelham exactamente o padrão descrito pelos historiadores das comunidades conversas em toda a Ibéria. As famílias conversas casavam-se dentro das suas próprias redes porque a limpeza de sangue fechava a porta ao casamento com casas de cristãos-velhos. Com o tempo, o estigma desvaneceu-se, as práticas religiosas foram esquecidas e os apelidos perderam as suas

associações conversas. Mas o padrão endogâmico, visível nos registros paroquiais, perdurou muito depois de a sua causa original ter sido enterrada.

Os Franceses — Borgonha, Cluny e o Caminho

Os monges cistercienses que construíram o mosteiro de San Clodio — visível das vinhas de Castrelo de Miño do outro lado do rio — introduziram as técnicas vitícolas avançadas que sustentariam a economia da região durante quinhentos anos. A influência francesa no Ribeiro não foi conquista militar mas transformação cultural: nova agricultura, nova vida religiosa, e um novo caminho — o Caminho de Santiago — que ligou este vale remoto ao resto da Europa.

OS BORGONHESES 1086 — 1112

Cavaleiros da Borgonha, Reis da Galiza

Na década de 1080, cavaleiros franceses cavalgaram para sul, atravessando os Pirenéus para combater na Reconquista. Entre eles estava Raimundo de Borgonha, filho mais novo do conde Guilherme I da Borgonha, que chegou por volta de 1086 com o exército do duque Odão I. O rei Afonso VI de Leão e Castela — cuja esposa Constança de Borgonha era sobrinha do abade Hugo de Cluny — recompensou Raimundo com a mão da sua filha Urraca e a governação do Reino da Galiza. De cerca de 1090 até à sua morte em 1107, um nobre borgonhês francês governou a terra onde se erguem Castrelo de Miño, Cartelle e Ribadavia.

O primo de Raimundo, Henrique de Borgonha, recebeu o Condado Portucalense de Afonso VI por volta de 1095. O filho de Henrique, Afonso Henriques, viria a tornar-se o primeiro Rei de Portugal — o que significa que a dinastia fundadora de Portugal era de origem borgo-

nhesa francesa, nascida diretamente da governação da Galiza. O próprio irmão de Raimundo, Guido de Borgonha, tornou-se o Papa Calisto II em 1119, elevando Santiago de Compostela a arquidiocese e oficializando a peregrinação do Ano Jubilar. Numa só geração, a Casa de Borgonha remodelou a política, a religião e o destino da Galiza e de toda a Península Ibérica.

A REFORMA CLUNIACENSE 1080 — 1150

Cluny: O Poder Por Trás do Trono

A Abadia de Cluny na Borgonha era a instituição monástica mais poderosa da Europa medieval, e a sua influência sobre a Galiza foi profunda. Através do casamento de Constança de Borgonha com Afonso VI em 1079, a ordem cluniacense obteve acesso direto aos mais altos níveis do poder ibérico. As reformas que se seguiram transformaram a sociedade galega: o antigo rito moçárabe foi substituído pela liturgia romana, a escrita visigótica deu lugar à minúscula carolina, e a arquitetura românica — a linguagem construtiva de Cluny — começou a transformar as igrejas e mosteiros da região de Ourense.

O primeiro priorado permanente de Cluny na Galiza foi San Vicente de Pombeiro na diocese de Lugo, doado pela rainha Urraca — viúva de Raimundo de Borgonha — em 1108. Embora a presença monástica direta de Cluny na Galiza fosse menor do que em Castela, a sua influência indireta foi imensa: a ordem promoveu a peregrinação a Santiago por toda a Europa, proporcionou infraestruturas ao longo da rota, e a sua rede de mosteiros serviu de ponte intelectual e cultural entre a França e o noroeste atlântico da Ibéria.

O CAMINHO Séculos XI — XIII

O Caminho de Santiago e a Via Francesa

O Caminho de Santiago — a grande peregrinação ao túmulo do Apóstolo São Tiago — foi acima de tudo um empreendimento francês. O Caminho Francês, entrando em Espanha por Roncesvales e Somport, era a artéria principal. Mas a Via de la Plata, seguindo a antiga calçada romana desde o sul, passava diretamente pelo Ribeiro — por Ourense, Ribadavia, e daí até Santiago — conduzindo peregrinos pelo coração da terra do vinho. A peregrinação trouxe inovações continentais à Galiza: arte românica, novas técnicas agrícolas e modelos urbanos que transformaram a paisagem.

O monumento literário mais importante desta ligação francesa é o *Codex Calixtinus*, compilado por volta de 1138–1145 e nominalmente atribuído ao Papa Calisto II — irmão de Raimundo de Borgonha. Os estudiosos acreditam que foi sobretudo organizado pelo clérigo francês Aymeric Picaud, que viajou até Santiago e produziu aquilo que é, na essência, o primeiro guia de viagem da Europa. O Livro V descreve as rotas francesas com extraordinário pormenor. A Rua do Franco em Santiago de Compostela — a rua mais famosa do centro histórico — deve o seu nome aos mercadores franceses que aí se estabeleceram para servir os peregrinos.

OS MONGES BRANCOS 1141 — Século XIII

Cistercienses: Da Borgonha ao Ribeiro

A Ordem de Cister, fundada em 1098 em Cîteaux na Borgonha — o coração da viticultura francesa — trouxe uma revolução ao Ribeiro. Sob São Bernardo de Claraval, a ordem expandiu-se de forma fulgurante pela Europa, e à data da sua morte, em 1153, existiam já mais de 300 casas cistercienses. Os mesmos monges a quem se atribui o desenvolvimento dos grandes vinhedos da Borgonha chegaram à Galiza e aplicaram o seu método disciplinado à terra. O Mosteiro de

Santa Maria de Oseira na província de Ourense tornou-se a primeira fundação cisterciense da Galiza em 1141, diretamente filiado em Clara-val — com monges enviados pelo próprio Bernardo.

Os cistercienses trabalharam os três vales fluviais do Ribeiro — o Miño, o Avia e o Arnoia — e expandiram gradualmente a viticultura. Estimularam o cultivo através de contratos regionais específicos chamados *foros*), acordos com proprietários locais que plantavam vinhas e entregavam uma parte do vinho aos mosteiros. O Mosteiro de Santa Maria de Melón, outra fundação cisterciense de relevo na província de Ourense, juntou-se a Oseira para impulsionar esta expansão vitivinícola. Em 1133, o vinho do Ribeiro atingia o preço mais alto entre os alimentos vendidos em Santiago de Compostela — prova da qualidade que os monges alcançaram.

O MOSTEIRO Coração do Ribeiro

San Clodio: Onde os Monges Fizeram Vinho

N o coração da região vinícola do Ribeiro), nas margens do rio Avia junto a Ribadavia, ergue-se o Mosteiro de San Clodio em Leiro. Fundado como comunidade beneditina no século X, San Clodio aderiu à Ordem de Cister por volta de 1225, filiando-se no Mosteiro de Melón. A partir desse momento, o mosteiro tornou-se o principal centro religioso, intelectual e agrícola do Ribeiro. Os seus monges recuperaram castas autóctones, expandiram o cultivo da vinha ao longo do vale do Avia e aperfeiçoaram as técnicas de vinificação herdadas da tradição cisterciense borgonhesa.

A produção vinícola proporcionou a San Clodio épocas de grande prosperidade, atingindo o apogeu entre os séculos XII e XIII. O abade Pelágio González documentou «o grande trabalho para a reintrodução

da vinha» e «a excelente qualidade dos vinhos que chegaram ao resto da Europa por intermédio dos mercadores locais». Os vinhos do Ribeiro eram exportados para Inglaterra, França, Países Baixos, Itália e Alemanha. O mosteiro albergava uma Santa Relíquia — supostamente uma lasca da Vera Cruz — que era venerada para proteger as vinhas do granizo. Hoje, o mosteiro é monumento nacional, e a sua ponte medieval sobre o Avia é símbolo do profundo vínculo entre o monaquismo francês e o vinho galego.

OS COLONOS Séculos XI — XIII

Os Francos: Nomes Franceses em Solo Galego

Para além dos cavaleiros e dos monges, uma vaga mais ampla de colonos franceses — conhecidos como francos — chegou à Galiza durante os séculos XI a XIII. O termo franco significava originalmente «Franco», mas no uso ibérico medieval passou a designar «estrangeiro livre» — colonos vindos de além dos Pirenéus, sobretudo de França, mas também da Alemanha, Flandres e Países Baixos. Eram aventureiros militares, clérigos, artesãos e mercadores que recebiam cartas exclusivas de povoamento dos monarcas cristãos, atraídos pelas oportunidades criadas pela Reconquista e pelo comércio ligado à peregrinação.

Os francos estabeleceram-se em arrabaldes comerciais chamados burgos — essencialmente uma importação francesa — que cresciam fora das muralhas de castelos e mosteiros. O primeiro franco documentado na Galiza foi Bretenaldo, registado em Santiago de Compostela por volta de 920. No século XII, ruas e bairros inteiros ostentavam o seu nome: a Rua do Franco em Santiago, Rua dos Francos em Teo, e localidades chamadas Francos em Maceda (Ourense) e Baralla (Lugo). Trouxeram nomes próprios franceses — Aimeric, Guillem, Ramo, Raol

— que persistiram durante duas ou três gerações antes de se fundirem na população galega. O modelo do burgo transformou a estrutura social das vilas galegas, diversificando a economia e criando as redes comerciais pelas quais o vinho do Ribeiro chegaria aos portos da Europa.

As Ordens Militares — Templários e Hospitalários

As comendas templárias e hospitalárias que pontuavam as paróquias em torno de Cartelle e Castrelo de Miño foram das primeiras instituições a organizar o campo do Ribeiro. Quando estas ordens foram dissolvidas, as suas terras passaram para as mãos da nobreza local e da emergente classe fidalga — o estrato social que definiria a vida paroquial da região durante séculos.

O TEMPLO 1120 — 1312

Soldados de Cristo no Caminho de Compostela

Os Cavaleiros Templários chegaram à Galiza por volta de meados do século XII, atraídos pela importância estratégica das rotas de peregrinação do Caminho de Santiago e pelas redes comerciais atlânticas que ligavam a costa noroeste da península ao resto do mundo cristão. A referência documentada mais antiga à sua presença na região data de 1142, quando uma carta do mosteiro beneditino de Celanova menciona figuras denominadas «seniores cavallaria de Iherusalem» — senhores da cavalaria de Jerusalém — confirmando que a ordem já se implantara na província de Ourense apenas duas décadas após o seu reconhecimento formal no Concílio de Troyes em 1129.

Na Galiza, os Templários organizaram as suas possessões numa rede de baillias (comendas) — pelo menos seis estão documentadas, em Faro, Amoeiro, Coia, Canabal, San Fiz do Ermo e Neira — abrangendo dezenas de igrejas e mosteiros. Não eram meras fundações religiosas: cada baillia era uma unidade económica autossuficiente que combi-

nava propriedades agrícolas, moinhos, pescarias e receitas de portagem com os deveres espirituais de proteger os peregrinos e manter a rede viária. As comendas formavam uma rede que se estendia da costa ao interior, com casas principais em Faro, Neda e Canabal a norte, e Amoeiro na província de Ourense — a principal base templária mais próxima dos vales do Arnoia e do Minho, onde se situam Cartelle e Castrelo de Miño. As terras provinham geralmente de doações régias: os reis e nobres galegos concediam territórios às ordens militares em troca dos seus serviços na defesa do reino e na proteção da peregrinação.

A IGREJA TEMPLÁRIA Séculos XII — XIV

Santa María de Cartelle: Um Templo no Vale do Arnoia

A igreja de Santa María de Cartelle constitui o vestígio mais tangível da presença templária no vale do Arnoia. Construída sobre planta basilical de três naves — uma disposição característica das igrejas templárias em toda a Europa, concebida tanto para a cerimónia litúrgica como para albergar a irmandade armada — a igreja pertenceu aos Cavaleiros Templários durante todo o seu período de atividade na Galiza. Administrativamente, Santa María de Cartelle dependia da jurisdição da comenda de Quiroga na província de Lugo, uma das principais bailias templárias da região, o que demonstra a capacidade da ordem para gerir propriedades a distâncias consideráveis dos seus centros de comando.

A ligação templária situa a igreja num contexto estratégico mais amplo. Cartelle encontra-se na confluência dos rios Arnoia e Minho, uma posição que controlava o acesso aos férteis vales da região vinícola do Ribeiro) e as rotas comerciais que ligavam o interior de Ourense à costa. A escolha deste local pelos Templários não foi casual: colo-

cava-os num ponto de cruzamento onde convergiam a riqueza agrícola, o trânsito de peregrinos e o comércio. O aspeto atual da igreja é em grande medida barroco, resultado de renovações do século XVIII, mas sob o reboco ornamental perdura a planta templária original — três naves orientadas de este a oeste, as proporções de uma igreja-fortaleza construída para perdurar.

O HOSPITAL 1172 — Presente

Castrelo de Miño: Fortaleza dos Cavaleiros de São João

Enquanto os Templários detinham Cartelle, o município vizinho de Castrelo de Miño pertenceu a uma ordem militar diferente desde o princípio. A 6 de dezembro de 1172, o rei Fernando II de Leão doou formalmente a igreja de Santa María de Castrelo e as suas terras envolventes aos Cavaleiros Hospitalários — a Ordem de São João de Jerusalém, mais tarde conhecida como Cavaleiros de Malta. Esta doação inscrevia-se na estratégia mais ampla de Fernando II de repartir territórios galegos pelas ordens militares: em 1158 já cedera Santa Mariña à Ordem de São João em Portomarín, e em 1170 fundara a Ordem de Santiago em Cáceres. A doação de 1172 colocou Castrelo de pleno direito na rede hospitalária, a par de Portomarín, que se tornou a mais importante casa da Ordem em toda a Galiza.

A lógica da doação era geográfica. Os monges-guerreiros hospitalários tinham uma tendência constante para ocupar posições-chave junto aos rios, de modo a proteger e controlar o trânsito humano — peregrinos, mercadores e colunas militares. Castrelo de Miño, situado mesmo na travessia do rio Minho, era uma posição estratégica hospitalária por excelência, tal como Portomarín controlava o Minho mais a norte. O castelo que deu nome ao município já demonstrara o seu valor militar: no início do século XII serviu de barreira contra o arcebispo

Diego Gelmírez de Santiago de Compostela nas suas tentativas de atravessar o rio, e durante um episódio dramático foi o local onde o próprio rei Afonso VII foi capturado juntamente com o bispo e a condessa de Traba. A comenda hospitalária de Castrelo acabou por deter plena jurisdição eclesiástica e civil sobre o território, uma autoridade que perdurou durante séculos.

O NASI Séculos XI — XII

Ibn Ferruziel: O Pequeno Cid e as Origens dos Benveniste

A tardo-medieval *Crónica del famoso cavallero Cid Ruydiez Campeador* — uma compilação de 1512 por Juan de Velorado baseada em fontes anteriores — regista um comandante judeu no séquito do Campeador em Nájera, identificado ao comando de cinquenta cavaleiros sob o estandarte de Rodrigo Díaz de Vivar. A tradição genealógica identificou esta figura, registada como «Felez Ferruz», com Mar Solomon Shealtiel, pai de Joseph ibn Ferruziel, embora esta identificação assente numa reconstrução posterior e não em documentação contemporânea. Joseph ibn Ferruziel está muito melhor atestado. Como médico pessoal e principal conselheiro de Afonso VI de Castela — o rei que conquistou Toledo) em 1085 —, Ferruziel exerceu uma influência extraordinária sobre as comunidades judaicas do reino e ostentou o título de *ha-Nasi* (príncipe). Os seus contemporâneos chamavam-lhe *Cidellus*, «o Pequeno Cid», diminutivo do mesmo honorífico árabe *sīdī* (senhor) que deu ao grande Campeador o seu próprio título. Não era uma comparação ociosa: Ferruziel movia-se nos círculos mais altos do poder da Reconquista com uma autoridade que o papa Gregório VII considerou suficientemente alarmante para escrever a Afonso em 1081, advertindo contra permitir que os judeus exercessem autoridade sobre os cristãos. Em junho de 1110, aproximadamente um ano após a

morte de Afonso VI, a assinatura «*Citiello iudeo*» figurava ao lado dos mais altos dignitários do reino numa carta de imunidades outorgada pela rainha Urraca — um documento notável como raro exemplo na Ibéria cristã de uma figura judaica entre os signatários reais.

O poeta Yehuda Halevi — a maior voz da idade de ouro sefardita — encontrou refúgio sob a proteção de Ferruziel em Toledo e dedicou-lhe uma *muwashshaḥa* cuja *jarcha* final em romance moçárabe constitui um dos exemplos precoces mais célebres de verso em língua vernácula peninsular: «*Respond(e) meu Cidiello / venid con buena albi-xara / como rayo de sol exid / en Wad-al-ḥajara*» — «Responde, meu Pequeno Cid! Vem com boas novas, como um raio de sol brilha em Guadalajara)». O parente de Ferruziel, Salomão — também Nasi — foi morto em 1108, aparentemente ao regressar de uma missão diplomática em Aragão. Halevi pôs de lado a ode triunfal que compunha e escreveu em seu lugar uma elegia que terminava com uma maldição contra a «Filha de Edom» — código rabínico para a Cristandade —, sugerindo que foram mãos cristãs, e não muçulmanas, as responsáveis pelo assassinio. Segundo a tradição genealógica preservada em fontes posteriores, a linhagem Ferruziel continuou através do filho de Joseph, Meshulam, até um personagem documentado como Joseph Benveniste (m. c. 1205), estabelecendo a ascendência direta da família Benveniste. Esta ligação, embora amplamente repetida em compilações genealógicas, não foi confirmada pela investigação académica moderna e deve ser tratada com a devida cautela. O que está melhor estabelecido é o padrão mais amplo que liga ambas as dinastias: tanto os Ferruziel como os Benveniste ostentaram o título de *ha-Nasi*, ambos reclamaram descendência da Casa de David através dos Exilarcas, e ambos tinham profundas raízes em Narbona — uma cidade cujos *nesi'im* judeus reivindicavam uma antiga tradição de direção co-

munitária. O arco que vai do Cidellus aos *homines templi* de Aragão traça o que a tradição apresenta como a passagem de uma só dinastia do campo de batalha ao escritório de contas — de cavalgar sob o pendão do Cid a administrar os tesouros do Templo.

OS ARRENDADORES Séculos XIII — XV

Os Benveniste: Financeiros Judeus das Ordens Militares

As ordens militares não podiam funcionar sem uma administração financeira sofisticada, e em toda a Ibéria medieval foram as famílias judaicas que mais frequentemente desempenharam este papel decisivo. Os Benveniste figuravam entre as linhagens sefarditas mais destacadas. Na Coroa de Aragão, a ligação é profunda: os documentos referem-se aos membros da família como *homines templi* — homens do Templo — uma formulação que ia além do título honorífico para descrever uma relação estrutural. Desde a sua base em Saragoça, os Benveniste-Cavallería geriam operações de arrendamento fiscal e administravam os complexos fluxos financeiros que sustentavam as comendas templárias em todo o reino. Mas o alcance da família ia além do Templo: Judah Benveniste (m. 1411) arrendou as rendas eclesiásticas da arquidiocese de Saragoça e da Ordem de São João — o que significa que a família servia de infraestrutura financeira para ambas as grandes ordens militares em simultâneo. Em 1372, Vidal de la Cavallería já transcendera o mero arrendamento fiscal: ele e Perpinyán Blan receberam o direito de cunhar a moeda de ouro de Aragão, uma prerrogativa financeira de nível soberano.

Na Galiza, Abraham Benveniste aparece em registos fiscais reais na Corunha ainda em 1435, demonstrando a presença duradoura da família até bem dentro do século XV. O corredor Ourense-Ribadavia — berço das maiores comunidades judaicas da Galiza medieval — situ-

ava-se nas imediações dos territórios templários e hospitalários de Cartelle e Castrelo de Miño. Arrendadores judeus estão documentados por toda a região, gerindo rendas eclesiásticas e senhoriais. A convergência da história dos conversos e da história das ordens militares nesta estreita faixa do vale do Minho não é coincidência: onde as ordens precisavam de perícia financeira, as famílias judaicas forneciam-na.

A relação entre financeiros judeus e as ordens militares não era meramente transacional — era estrutural. As ordens precisavam de capital para manter as suas distantes comendas, equipar os seus cavaleiros e financiar as suas campanhas orientais. Não podiam emprestar dinheiro a juros, algo que a Igreja proibia entre cristãos. Os banqueiros judeus podiam e faziam-no. O resultado foi uma simbiose tão profunda que os Benveniste-Cavallería eram literalmente descritos como "homens do Templo" — homines templi — não meros parceiros comerciais, mas membros integrados da maquinaria económica da ordem. Quando Filipe IV de França decidiu destruir ambas as comunidades em quinze meses — expulsando os judeus em 1306, prendendo os templários em 1307 — estava a dismantelar um único sistema interligado.

A QUEDA 1307 — 1371

Quando os Templários Caíram: A Dissolução e as Suas Consequências

Filipe IV de França — «Filipe, o Belo» — já ensaiara o método antes de o voltar contra os Templários. Em julho de 1306, expulsou todos os judeus do seu reino de uma só vez: bens confiscados, propriedades leiloadas, dívidas pendentes redirecionadas para os cofres reais. Quinze meses depois, na sexta-feira 13 de outubro de 1307, executou

a mesma operação contra os Cavaleiros Templários, ordenando a detenção simultânea de todos os membros da ordem em França.

O papado demorou cinco anos a reagir. A 22 de março de 1312, Clemente V dissolveu formalmente a ordem no Concílio de Vienne com a bula *Vox in excelso*, e um decreto complementar, *Ad providam*, determinava que todas as propriedades templárias passassem para os Cavaleiros Hospitalários — a Ordem de São João, os antigos e principais rivais dos Templários entre as ordens militares. Em Portugal e Aragão, a transferência realizou-se em grande medida, enriquecendo os Hospitalários da noite para o dia. Mas em Castela-Leão, a Coroa tinha outros planos. Fernando IV simplesmente começou a apoderar-se das mais valiosas possessões templárias, desviando para o trono o que o Papa destinara ao Hospital.

A Galiza não foi exceção. O que se seguiu não foi um ato único de confiscação, mas décadas de redistribuição gradual. Afonso XI inicialmente respeitou a diretiva papal, concedendo certas propriedades templárias à Ordem de São João — mas em 1340 entregou o maior prémio a Pedro Fernández de Castro, conhecido como *o da Guerra*, senhor de Lemos e Sarria e mordomo-mor do rei: a vila e o castelo de Ponferrada — a emblemática fortaleza templária no Caminho de Santiago. (Pedro foi também pai de Inês de Castro, a trágica rainha cuja história se tornou uma das grandes lendas ibéricas.) A rutura decisiva veio com a revolução Trastâmara: após a tomada do trono por Henrique II em 1369, este concedeu a Tença do Temple — um vasto bloco de terras templárias — à Catedral de Santiago de Compostela. Mas nem essa concessão encerrou o assunto: Pedro Enríquez de Trastâmara, conde de Lemos, apoderou-se depois das novas possessões da catedral através do seu agente Gonzalo López de Goyanes, ficando com as rendas para si. Quando a poeira assentou, os Hospitalários ti-

nham recebido apenas uma fração do que Ad providam lhes prometera; o resto fora repartido entre a Coroa, a nobreza e a Igreja — e continuava a ser disputado décadas depois. Entretanto, a comenda hospitalária de Castrelo de Miño, que nunca fora propriedade templária, continuou sem perturbações — uma sobrevivente silenciosa no meio da convulsão.

PARTE III

As Casas Nobres

A partir do século XII, um punhado de famílias nobres dominou o Ribeiro. Construíram torres e castelos, travaram guerras civis, juraram lealdade a reis rivais e casaram-se estrategicamente para consolidar o poder. A sua heráldica ainda marca as igrejas e pazos da região.

Torre de Sande — A Linhagem mais Antiga

LINHAGEM REAL Séculos IX — XII

Dos Condes da Galiza aos Senhores de Sande

Segundo o Padre José Santiago Crespo del Pozo em *Blasones y linajes de Galicia*, os Sande são uma antiga e ilustre linhagem galega que reclama tradicionalmente descendência por linha masculina da família real do Conde Hermenegildo Gutiérrez (c. 850 — após 912), Mordomo-Mor do Rei Afonso III das Astúrias. Hermenegildo foi um magnata de imenso poder: repovoador e Conde de Coimbra, a sua filha Elvira tornou-se Rainha consorte de Leão como esposa do Rei Ordonho II. O filho de ambos, Sancho Ordóñez, foi o primeiro Rei da Galiza (926–929); como a maioria dos monarcas medievais, a sua corte era itinerante, mas o vale do Minho permaneceu estreitamente ligado à sua casa real — foi sepultado no mosteiro de Castrelo de Miño, e a sua viúva Goto Muñiz ali ficou como abadessa. Mais de um século depois, Garcia II — descendente directo de Ordonho II e Elvira pela linhagem real leonesa — escolheu a vizinha Ribadavia como capital do seu Reino da Galiza (1065–1071).

Desta excelsa linhagem descendeu D. João de Sande, que se estabeleceu como senhor do vale e castelo de Sande na paróquia de San Salvador de Sande, município de Cartelle, na Terra de Celanova. O apelido Sande é toponímico, derivado do latim *sabulum* (areia grossa), assinalando os solos aluviais arenosos onde os rios Arnoia e Minho

convergem abaixo da fortaleza. A mais antiga referência documentada ao apelido Sande na Galiza data de 1274.

A FORTALEZA Séculos XII — XIV

A Torre de Sande: Sentinela de Granito do Arnoia

A Torre de Sande ergue-se sobre um afloramento granítico solitário a 506 metros de altitude na paróquia de San Salvador de Sande, Cartelle. Situada entre os rios Arnoia e Minho, a torre domina vistas panorâmicas sobre um vasto vale agrícola de aproximadamente 12 quilómetros de extensão. Construída em estilo gótico tardio com silhares de granito de qualidade, a torre de planta rectangular mede 6,4 por 5,8 metros e eleva-se cerca de 13 metros. Uma única entrada em arco de volta perfeita na face nascente, elevada 3,5 metros acima do solo, conserva duas mísulas que outrora sustentavam uma plataforma de madeira. Sobre a entrada, o brasão esculpido da linhagem dos Sande perdura na pedra.

A torre constituía o núcleo de um conjunto arquitectónico mais vasto que incluía o Paço de Sande e a igreja românica de San Salvador de Sande, a qual alberga um magnífico retábulo barroco de Francisco de Castro Canseco (c. 1700-1710), um dos grandes escultores do Barroco galego. A paróquia conserva ainda vestígios de um castro pré-romano, constituindo uma paisagem arqueológica estratificada que abrange desde a Idade do Ferro até ao período medieval.

O CRIME Século XII

O Assassínio do Abade e a Confiscação Régia

O acontecimento decisivo na história primitiva da Casa de Sande foi um acto de violência cujas raízes residiam na história emara-

nhada de uma família nobre e de uma instituição monástica. Os senhores de Sande e o fundador do Mosteiro de San Salvador de Celanova partilhavam um antepassado comum: o Conde Hermenegildo Gutiérrez (c. 850–912), Mordomo-Mor do Rei Afonso III e conquistador de Coimbra. O seu filho, o Conde Gutierre Menéndez, foi o magnata mais poderoso da Galiza do século X, e o seu neto São Rosendo — bispo, vice-rei e monge beneditino celibatário — fundou o Mosteiro de Celanova em 936 em terras doadas pelo seu próprio irmão, o Conde Froila Gutiérrez. Deste mesmo tronco, segundo os Linajes y Blasones de Galicia do Padre Crespo, descendiam os senhores de Sande, que mantinham a Torre de Sande como solar ancestral sobranceiro aos vales do Arnoia e do Minho. Mas São Rosendo não deixou herdeiros: em apenas uma geração, Celanova tornou-se uma instituição beneditina autónoma governada por abades eleitos sem qualquer laço de sangue com a família que a dotara. Ao longo dos séculos, estes abades acumularam vastos domínios territoriais, priorados por todo o Ourense e mais além, e títulos como Conde de Bande, Marquês da Torre de Sande e Capelão da Casa Real. Prolongados conflitos territoriais estalaram entre o mosteiro e os senhores seculares de Sande, culminando num acto de extraordinária gravidade: Nuno de Sande, Senhor do Castelo e Vale de Sande, matou o abade de Celanova durante um destes confrontos. Na Galiza medieval, onde os mosteiros detinham imensa autoridade espiritual e temporal, o assassinio de um eclesiástico de tal categoria exigia a mais severa resposta régia.

O assassinio precipitou — ou forneceu a justificação para — uma confiscação régia definitiva. O Rei Afonso VII de Leão e Castela, juntamente com a Rainha Berenguela de Barcelona, emitiu uma carta a 5 de Maio de 1141 em Zamora, doando o Castelo de Sande — com todas as suas terras hereditárias, direitos jurisdicionais e rendimentos — ao

Mosteiro de San Salvador de Celanova. A confiscação foi definitiva: a família Sande perdeu a sua fortaleza ancestral a favor da própria instituição que um parente do seu antepassado fundara dois séculos antes. Os abades de Celanova passaram a ostentar o título de Marqueses da Torre de Sande — o nome da família adornando agora uma dignidade monástica. Esta doação foi posteriormente confirmada por Afonso IX de Leão, e o pergaminho original em latim (378 × 430 mm, em escrita carolina com influências góticas) conserva-se no Arquivo Histórico Nacional.

A REVOLTA 1467 — 1469

A Revolta Irmandiña: Quando o Povo se Ergueu Contra as Torres

No século XIV, a Torre de Sande passara a Paio Rodríguez de Araujo, senhor de Araujo e Lobios, que servia o Rei João I de Castela e controlava as paróquias de Lobios, Xendive e Milmada. A fortaleza continuou a funcionar como centro de poder senhorial sobre o campo circundante.

Veio então a grande convulsão. A Revolta Irmandiña (1467-1469) foi uma das maiores revoltas populares da história medieval europeia. Dezenas de milhares de galegos do povo — camponeses, artesãos, clérigos menores e até alguns nobres de menor condição — ergueiram-se contra as torres aristocráticas que simbolizavam a opressão feudal. Por toda a Galiza, os irmandiños atacaram e demoliram sistematicamente as fortalezas senhoriais. A Torre de Sande foi uma das sitiadas e destruídas. Embora posteriormente reconstruída, a torre nunca recuperou a sua antiga importância militar. A revolta marcou o princípio do fim para a velha nobreza guerreira galega.

Imaginemos a cena na Torre de Sande na primavera de 1467. A entrada elevada — a três metros e meio do chão, acessível apenas por uma plataforma de madeira que o senhor podia recolher — fora desenhada para repelir precisamente este tipo de assalto. Mas os irmandiños não eram um bando de assaltantes. Eram um movimento. Vieram com picaretas, maços, cordas e a fúria colectiva de gerações esmagadas pelo sistema foral que canalizava o seu trabalho para os cofres senhoriais. Arrancaram a plataforma de madeira e depois puseram-se a trabalhar o granito. Pedra a pedra, a torre que os Sande tinham mantido desde o século XII desmoronou-se. Por toda a Galiza, os irmandiños demoliram cerca de 130 fortalezas em dois anos. Quando a nobreza se reagrupou e esmagou a revolta em 1469, reconstruíram muitas das suas torres. A Torre de Sande também foi reconstruída, mas a antiga autoridade tinha desaparecido. Uma torre que é preciso reconstruir não é o mesmo que uma que sempre ali esteve.

DIÁSPORA Século XV

A Dispersão: Da Galiza à Estremadura e a Portugal

Diminuídos em estatuto após a confiscação de 1141, e com a sua fortaleza ancestral mais tarde destruída pelos irmandiños, os membros da família Sande foram-se gradualmente dispersando pela Península Ibérica. O primeiro cavaleiro de Sande a deixar a Galiza rumo à Estremadura doou as suas terras galegas restantes ao Convento de Celanova antes de partir para sul, estabelecendo a família em Cáceres, onde passou a integrar a baixa nobreza urbana.

Entretanto, Lopo Afonso de Sande fugiu para Portugal no início do reinado de D. João I (c. 1385), alegadamente após defenestrar um abade de Celanova — um eco, porventura, do crime original. O seu irmão Pe-

dro Lopes de Sande permaneceu em Castela. Destes ramos surgiram figuras extraordinárias: Álvaro de Sande (c. 1489-1573), herói dos Terceiros espanhóis que capturou o Eleitor da Saxónia em Mühlberg; Francisco de Sande y Picón (c. 1540-1602), Governador das Filipinas que fundou Nueva Cáceres; Rui de Sande, embaixador de D. João II cuja diplomacia conduziu ao Tratado de Tordesilhas (1494); e Francisco de Melo e Torres, 1.º Marquês de Sande, que negociou o casamento de Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra.

Cada uma destas figuras merece mais do que um ponto e vírgula. Álvaro de Sande foi um dos soldados mais temidos da Europa do século XVI. Na batalha de Mühlberg em 1547, servindo sob o Duque de Alba, capturou pessoalmente João Frederico, Eleitor da Saxónia — o líder da Liga Protestante — em combate corpo a corpo. Mais tarde comandou a desastrosa expedição a Djerba em 1560, onde foi capturado pelos otomanos e resgatado; combateu no Grande Cerco de Malta em 1565; e terminou a carreira como Governador de Milão.

Francisco de Sande y Picón, nascido em Cáceres, governou as Filipinas de 1575 a 1580, fundando a cidade de Nueva Cáceres (actual Naga) — baptizada em homenagem à sua cidade natal estremenha. Depois governou a Guatemala antes de morrer na Cidade do México em 1602. Um Sande dos vales graníticos do Arnoia, fundando cidades do outro lado do Pacífico.

O ramo português produziu Rui de Sande, cujas negociações diplomáticas em nome do Rei D. João II ajudaram a produzir o Tratado de Tordesilhas de 1494. Um século e meio depois, Francisco de Melo e Torres, primeiro Marquês de Sande, negociou o casamento de Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra — uma união que entregou

Tânger, Bombaim e o comércio livre com o Império português às mãos inglesas, reconfigurando o mundo atlântico.

PATRIMÓNIO Actualidade

Uma Torre em Perigo: A Luta para Salvar Sande

Hoje a Torre de Sande encontra-se em mãos privadas, propriedade da família Reza, num estado de grave deterioração. Fissuras estruturais significativas ameaçam a torre com colapso iminente. Em 1949, a fortaleza foi declarada Bien de Interés Cultural (BIC) e protegida ao abrigo da lei do património espanhola. Apesar desta protecção legal, décadas de abandono cobraram o seu tributo.

Em 2020, a torre foi incluída na Lista Roja de Patrimonio (Lista Vermelha do Património em Perigo) mantida por Hispania Nostra, atraindo atenção internacional para a sua situação precária. A perda cultural seria imensa: a Torre de Sande não é apenas uma ruína, mas uma ligação tangível a nove séculos de história galega — dos condes régios da Reconquista à grande revolta irmandiña, do esplendor dos senhorios medievais ao silencioso declínio da Galiza rural. O brasão esculpido dos Sande sobre a entrada continua a vigiar o vale do Arnoia, à espera.

Casa de Sarmiento — Senhores de Ribadavia

A LINHAGEM Séculos XII — XIV

Da Borgonha aos sarmentos da Galiza

O nome Sarmiento deriva do latim *sarmentum* — um sarmento ou vara de vide — etimologia adequada para uma dinastia que viria a dominar o Ribeiro), a região vinícola mais antiga e célebre da Galiza. A família fazia remontar as suas origens a um cavaleiro borgonhês que acompanhou as dinastias francesas à Península Ibérica durante os séculos XI e XII, no quadro da vasta migração de aristocracia franca que transformou os reinos de Leão e Castela. Os primeiros Sarmientos possuíam terras no coração castelhano — em torno de Carrión de los Condes e na Tierra de Campos — onde o pai de Pedro Ruiz Sarmiento, Diego Pérez Sarmiento, serviu como Adelantado Mayor de Castela e deteve o condado de Castrojeriz sob Pedro I.

O destino dos Sarmientos jogou-se numa única aposta política. Durante a guerra civil castelhana entre Pedro I e o seu meio-irmão Henrique de Trastâmara, a família apoiou o pretendente. Foi uma aposta certa. Quando as forças de Henrique encurralaram Pedro I em Montiel em 1369, a guerra terminou em fratricídio — e os Sarmientos viram-se do lado vencedor da revolução que refez Castela. A mesma convulsão Trastâmara que redistribuiu as antigas terras dos Templários e Hospitalários pela Galiza transformaria os Sarmientos de pequena fidalguia castelhana no poder feudal dominante dos vales do sul da Galiza.

Pedro Ruiz Sarmiento: Adelantado Mayor da Galiza

A 30 de julho de 1370, o rei Henrique II nomeou Pedro Ruiz Sarmiento Adelantado Mayor do Reino da Galiza — o principal oficial militar e judicial da coroa no reino — e enviou-o para ocidente a fim de esmagar os últimos leais petristas. O alvo era Fernando de Castro, o mais poderoso dos resistentes, que ainda controlava grande parte da Galiza. Sarmiento conduziu a campanha com ferocidade. Queimou parte de Tui durante um assalto e, em 1371, ao lado de Pedro Manrique, destruiu as forças de Fernando de Castro na batalha de Porto de Bois, perto de Lugo. A vitória quebrou a resistência petrista e fez de Sarmiento o homem forte de Henrique II na Galiza.

As recompensas vieram por etapas. Em 1372, o rei concedeu-lhe o Burgo do Faro. Em 1375, seguiram-se Ribadavia e Santa Marta de Ortigueira. Ribadavia não era dádiva de somenos: era o coração comercial da região vinícola do Ribeiro), a vila cujo mercado controlava a exportação de vinho pelo Minho até ao Atlântico. João I acrescentou depois Sobroso, Avión, o couto de Anllo e todo o Ribeiro de Avia — estendendo o domínio dos Sarmiento por toda a extensão da comarca vinícola do sul da Galiza.

Pedro Ruiz Sarmiento não viveu para consolidar o que conquistara. Em 1383, João I convocou-o ao sul para fazer valer a reivindicação castelhana ao trono português. Sarmiento invadiu Portugal pelo noroeste, chegando até Barcelos, onde derrotou uma força portuguesa. Mas quando o exército castelhano se instalou no cerco de Lisboa no verão de 1384, a peste varreu o acampamento. Pedro Ruiz Sarmiento morreu de pestilência durante o cerco, juntamente com boa parte do alto-comando castelhano. Castelhana de nascimento, pediu para ser sepul-

tado na capela de Santa María de Sasamón, em Burgos — mas o seu senhorio sobreviveu-lhe, passando intacto ao seu filho Diego Pérez Sarmiento.

O CERCO 1386

Lancaster às portas de Ribadavia

Dois anos após a morte de Pedro Ruiz Sarmiento, o seu senhorio enfrentou a primeira grande prova. Em 1386, João de Gante, Duque de Lancastre — que reivindicava o trono castelhano através do seu casamento com Constança, filha mais velha do assassinado Pedro I — invadiu a Galiza com um exército inglês. A maioria das vilas galegas rendeu-se sem combate. Ribadavia, não.

Uma força inglesa de mais de dois mil lanceiros e arqueiros cercou a vila. Os defensores resistiram até que os ingleses fizeram avançar uma torre de assédio sobre rodas — uma formidável peça de engenharia militar que permitiu aos atacantes dominar as muralhas. Quando a vila finalmente caiu, o cronista francês contemporâneo Jean Froissart registou o que se seguiu: os ingleses mataram indiscriminadamente e saquearam a vila, visando em particular as casas judaicas pelo ouro e prata que nelas encontraram. Froissart afirmou que mil e quinhentos judeus viviam em Ribadavia — um exagero impossível para uma vila de cerca de quinhentos habitantes, mas que reflete quão numerosa a comunidade mercantil judaica parecia aos olhos dos invasores, representando provavelmente até metade da população.

O que Froissart não exagerou foi o próprio combate. Os habitantes da judiaria montaram uma defesa feroz das portas da Magdalena e de Porta Nova, lutando lado a lado com os seus vizinhos cristãos nas muralhas. A resistência de Ribadavia foi a exceção numa campanha que

varreu a Galiza quase sem oposição. O conflito resolveu-se diplomaticamente no Tratado de Baiona de 1388, mas as cicatrizes — materiais e económicas — perduraram por uma geração.

A FORTALEZA Século XV

O Castelo dos Condes: no comando da confluência

O Castillo de los Sarmiento ergue-se sobre um promontório rochoso no extremo sul do centro histórico de Ribadavia, sobranceiro ao ponto onde o rio Avia) desagua no Minho. A posição foi escolhida para garantir um controlo absoluto: das muralhas do castelo, os Sarmientos dominavam tanto a travessia do rio como a vila mercantil a seus pés, vigiando o trânsito de pipas de vinho, o movimento de mercadores e as portagens que constituíam a seiva económica do seu senhorio. O castelo atual foi começado por volta de 1471, erguido sobre o local de uma igreja anterior — San Xés de Francelos — e uma necrópole pré-românica com túmulos antropomórficos talhados na rocha, datados dos séculos IX a XII.

Mas os Sarmientos não foram os primeiros senhores a controlar este terreno. Antes da sua chegada, a Ordem de São João — os Cavaleiros Hospitalários — detinha uma comenda com sede na própria Ribadavia, uma das quatro *encomiendas* hospitalárias na província de Ourense. Os Hospitalários produziam e cobravam receitas vinícolas no Ribeiro de Avia desde o século XII, e a sua igreja — San Xoán — ainda se mantém de pé na vila. Quando os Sarmientos obtiveram o senhorio em 1375, os Hospitalários viram-se apertados. No século XV, a sede administrativa da comenda já se tinha mudado para a aldeia de Beade — provavelmente sob pressão dos senhores Sarmiento, cuja jurisdição em expansão pouco espaço deixava a uma autoridade rival. Os Sarmientos não se tinham limitado a herdar antigas terras de ordens milita-

res: tinham desalojado a última ordem militar ainda presente no vale (ver As Ordens Militares).

OS RIVAIS Século XV

Pedro Madruga e as guerras do sul da Galiza

Os Sarmientos não governaram o sul da Galiza sem contestação. Os seus grandes rivais eram os Sotomayor — senhores da fortaleza de Soutomaior — e nenhuma figura encarnou a rivalidade de forma mais viva do que Pedro Álvarez de Soutomaior, conhecido pela história como Pedro Madruga.

A própria alcunha nasceu de um confronto com os Sarmientos. Numa disputa de fronteiras com o Conde de Ribadavia, os dois homens acordaram cavalgar ao primeiro canto do galo em direção ao castelo do outro, ficando o ponto de encontro a assinalar a nova fronteira. Pedro decidiu que o primeiro canto do galo era à meia-noite, cavalgou pela escuridão toda a noite e, ao amanhecer, já estava de pé à porta do castelo do Conde. «*Madrugas, Pedro, madrugas!*» exclamou o Conde — «Levantas-te cedo, Pedro!» A alcunha ficou.

A rivalidade degenerou em guerra aberta. No Castelo de Sobroso — uma fortaleza Sarmiento concedida por João I em 1379 — o irmão de Pedro Madruga, Álvaro, capturou García Sarmiento durante uma incursão, arrastou-o até às muralhas, atou-o a uma mesa com uma espada encostada à garganta e exigiu a rendição da guarnição. Os defensores recusaram, respondendo a Álvaro que podia matar o seu senhor antes de eles abrirem as portas. A contenda Sarmiento-Sotomayor só findou com a pacificação imposta pelos Reis Católicos nos anos 1480, quando Isabel e Fernando quebraram o poder de ambas as casas no quadro da sua campanha de centralização da autoridade régia.

As Revoltas Irmandiñas e o filho de Úrsula

O senhorio dos Sarmiento enfrentou a sua maior crise durante as Revoltas Irmandiñas de 1467–1469, quando camponeses, gente das vilas e pequena fidalguia galega se ergueram contra os grandes senhores feudais. Os *irmandiños* — os «irmãozinhos» — atacaram castelos nobiliários por toda a Galiza, e o Castillo de Ribadavia esteve entre os seus alvos. A revolta eclodiu no pior momento possível: Diego Pérez Sarmiento, primeiro Conde de Santa Marta, morrera em 1466, e a sucessão estava em disputa. O seu herdeiro designado não era um filho legítimo, mas Bernardino — uma criança nascida da relação de Diego com uma escrava chamada Úrsula, legitimado por decreto régio em 1457.

Bernardino era adolescente quando os *irmandiños* chegaram. Fugiu da Galiza por completo, refugiando-se na vila castelhana de Mucientes. A sua madrastra Teresa de Zúñiga foi morta pelos rebeldes em 1470. Quando Bernardino regressou, encontrou uma herança em ruínas — castelos destruídos, vassalos hostis e um sobrinho chamado Francisco que lhe contestava o direito de governar. Os dois chegaram a acordo em 1476: Bernardino ficou com Ribadavia, o Adelantamiento e o grosso das possessões da família; Francisco recebeu Santa Marta de Ortigueira.

Dois anos depois, a 20 de abril de 1478, os Reis Católicos recompensaram Bernardino pelo apoio prestado durante a Guerra de Sucessão Castelhana — contra Joana a Beltraneja e o seu aliado galego Pedro Madruga — criando o Condado formal de Ribadavia. Filho de uma escrava, refugiado da revolução, homem que negociou a sua própria herança à ponta de espada — e agora, por decreto régio, conde legítimo

da mais rica vila vinícola da Galiza. Os mosteiros da região apontaram-no como um dos *encomenderos* mais vorazes da Galiza. Morreu em Valladolid em 1522, tendo doado os seus bens às filhas.

AS ARMAS Heráldica

Treze besantes sobre campo de sangue

As armas da Casa de Sarmiento ostentam treze besantes) de ouro (*bezantes de oro*) em campo de vermelho (*gules*). O besante — um roél de ouro — evoca a moeda de Bizâncio, um símbolo trazido para casa pelas famílias cruzadas e perpetuado na heráldica de linhagens que reclamavam descendência dos guerreiros do Mediterrâneo oriental. Que os antepassados borgonheses dos Sarmientos tenham de facto combatido no Oriente é incerto, mas a pretensão importava: na Castela medieval, o simbolismo cruzadístico era a moeda da legitimidade, e treze moedas de ouro sobre um campo vermelho-sangue anunciavam uma casa que fazia remontar a sua honra à Terra Santa.

Hoje o castelo de Ribadavia ergue-se em ruínas acima da vila velha. Os Sarmientos abandonaram-no no século XVII, mudando-se para um palácio barroco na Plaza Mayor — o Pazo de los Condes — antes de os principais representantes da família deixarem a Galiza para buscar influência na corte de Madrid e Valladolid, seguindo o padrão de absentismo nobiliário que esvaziou os senhorios galegos ao longo da Época Moderna. Todos os anos, no último fim de semana de agosto, a *Festa da Istoria* transforma as ruas medievais sob o castelo numa recriação viva do passado de Ribadavia na era dos Sarmiento.

Casa de Castro — Os Homens do Rei

A LINHAGEM Séculos XII — XIV

De Castrogeriz aos Senhores da Galiza

O nome Castro deriva do latim *castrum* — um lugar fortificado — e a família remontava as suas origens a Castrogeriz, a antiga vila no cimo de um monte no Caminho de Santiago, na província de Burgos. Pertenciam, juntamente com os Lara, os Haro e os Guzmán, às cinco grandes casas ligadas por sangue aos primeiros reis de Castela. A rivalidade Castro-Lara — uma disputa acérrima pela influência sobre a coroa castelhana durante o reinado de Afonso VIII — definiu a política cortesã do século XII, antes de o centro de gravidade da família se deslocar definitivamente para ocidente.

No século XIII, o ramo galego da casa havia eclipsado a linha castelhana. Através de uma série de casamentos estratégicos — o mais decisivo com a casa real de Leão — os Castros estabeleceram-se como Senhores de Lemos e Sarria, controlando as grandes vilas fortificadas do interior da Galiza, de Monforte de Lemos a Castro Caldelas. O historiador Murguía chamou-lhes uma "dinastia semi-real"; Crespo Pozo observou que nenhuma outra casa galega podia reivindicar tantos laços de sangue com os reis medievais de Espanha. Não era exagero. Os Castros descendiam de Afonso IX de Leão, casaram na linhagem de Sancho IV de Castela e geraram filhos que viriam a sentar-se — ou a abalar — os tronos de Castela e de Portugal.

OS HOMENS DO REI Séculos XIII — XIV

Adelantados, Pertigueros e as Esporas de Ouro do Sultão

Esteban Fernández de Castro detinha o Adelantamiento Mayor de Galicia — o mesmo ofício que os Sarmientos viriam mais tarde a herdar — e a Pertiguería Mayor de Santiago, o poderoso governo militar das terras pertencentes à catedral de Compostela. Os seus domínios estendiam-se de Lemos e Sarria, no interior, até Valladares e Castro Caldelas, na província de Ourense, com possessões na Tierra de Toroño — o território que abrangia a região vinícola do Ribeiro e o vale do Miño, de Ribadavia até à fronteira portuguesa.

Mas o Castro mais extraordinário do século XIII foi Pedro Fernández de Castro, conhecido como *el de la Guerra* — "o da Guerra." Neto de Sancho IV de Castela, ficou órfão quando o pai morreu em combate contra forças reais em Monforte de Lemos em 1304, e foi enviado ainda criança para a corte portuguesa. De regresso à Galiza por volta de 1319, recuperou os senhorios da família e tornou-se o comandante de maior confiança de Afonso XI — servindo simultaneamente como Mordomo-Mor do reino, Adelantado da Galiza, Andaluzia e Múrcia, e Pertiguerio Mayor de Santiago. Na Batalha do Salado em 1340, Pedro Fernández de Castro combateu o sultão merínida de Marrocos e, segundo a tradição, tomou-lhe as esporas de ouro no campo de batalha. Morreu de peste durante o Cerco de Algeciras em 1342. O seu corpo foi transportado de volta à Galiza e sepultado no coro da Catedral de Santiago de Compostela, onde o seu túmulo foi aberto no século XIX e as esporas de ouro encontradas ainda junto aos seus ossos.

A RAINHA MORTA 1340 — 1355

Inês de Castro e o Cadáver Coroado

Pedro Fernández de Castro "el de la Guerra" gerou quatro filhos que viriam a moldar a história de dois reinos. Da sua esposa Isabel Ponce de León, teve Fernando — que se tornaria o último grande se-

nhor Castro da Galiza — e Juana, que casou com Pedro I de Castela. Da sua amante, uma fidalga portuguesa chamada Aldonça Lourenço de Valladares, teve Álvaro — que viria a ser Condestável de Portugal — e Inês.

Inês de Castro chegou à corte portuguesa por volta de 1340 como dama de companhia de Constança de Castela, esposa do príncipe Pedro, herdeiro do trono português. Pedro apaixonou-se pela fidalga galega. A relação perdurou para além da morte de Constança em 1345, dela nascendo quatro filhos, e arrastou a família Castro — através dos irmãos de Inês, Fernando e Álvaro — perigosamente para o âmago da política cortesã portuguesa. O rei Afonso IV, temendo que o clã dos Castro arrastasse Portugal para a crise de sucessão castelhana, ordenou que matassem Inês. A 7 de janeiro de 1355, três cortesãos assassinaram-na no mosteiro de Santa Clara em Coimbra.

Quando Pedro se tornou rei em 1357, perseguiu dois dos assassinos e mandou arrancar-lhes os corações do peito. Depois anunciou que casara secretamente com Inês antes da sua morte, legitimando os filhos de ambos. Segundo a lenda que nunca abandonou a imaginação portuguesa, mandou exumar o corpo, vesti-lo com trajes reais, sentá-lo no trono, coroá-lo, e obrigar toda a corte a beijar a mão da rainha morta. Os túmulos geminados no Mosteiro de Alcobaça são reais. Pedro e Inês jazem frente a frente, de um lado e do outro da nave, dispostos de modo a que, segundo a lenda, se vejam primeiro quando se erguerem no Dia do Juízo Final. A filha de um senhor galego de Lemos e Sarria tornou-se a rainha mais célebre da história de Portugal. A expressão *Agora é tarde; Inês é morta* permanece até hoje como provérbio corrente na língua portuguesa.

Fernando de Castro: Toda a Lealdade de Espanha

Fernando Ruiz de Castro herdou os senhorios do pai, os seus títulos e o seu instinto para o lado perdedor. Quando a guerra civil castelhana deflagrou entre Pedro I e o seu meio-irmão Enrique de Trastámara, Fernando tornou-se o braço direito do rei — Pertiguerio Mayor de Santiago, Mayordomo Mayor del Rey, Alférez Mayor, Conde de Lemos, Trastámara e Sarria. Era o mais poderoso e leal apoiante de Pedro I.

A lealdade foi posta à prova. Em 1354, Fernando desertou brevemente para o campo de Enrique depois de Pedro I ter repudiado a sua irmã Juana — abandonando-a no dia seguinte ao casamento. Uma questão de honra familiar motivou a rutura, e a suspeita de que a facção de Enrique pudesse ter estado envolvida no assassinio da sua meia-irmã Inês em Portugal aprofundou o seu ódio definitivo à causa dos Trastámara. Regressou ao lado de Pedro I e nunca mais vacilou.

Quando a guerra se virou contra o rei, Fernando de Castro tornou-se o regente de facto da Galiza. Controlava as fortalezas do arcebispado de Santiago, dominava a maior parte do reino e resistiu a Fernán Pérez de Andrade — o grande partidário dos Trastámara — num cerco de dois meses em Lugo. Depois, na primavera de 1369, com Fernando de Castro ainda invicto no campo de batalha, Enrique assassinou Pedro I com as suas próprias mãos em Montiel, e a guerra passou de confronto dinástico a causa sem rei.

Fernando recusou render-se. Aliou-se a Fernando I de Portugal, que reclamava o trono castelhano, e juntos tomaram quase toda a Galiza. Durante três anos após Montiel, o reino não reconheceu o fraticida. As vilas galegas resistiram. Fernando de Castro resistiu. O último pe-trista de Espanha não dobraria o joelho.

Porto de Bois e o Fim do Reino dos Castros

Em 1370, Enrique II enviou o seu braço armado para ocidente. Pedro Ruiz Sarmiento — um nobre castelhano sem raízes galegas, com o título de Adelantado Mayor de Castilla — chegou à Galiza à frente das temidas *Compañías Blancas*, as companhias de mercenários franceses que haviam ajudado Enrique a tomar o trono. A sua missão era simples: destruir Fernando de Castro e quebrar a última resistência petrística no reino.

Fernando reuniu um exército de leais galegos e aliados portugueses e marchou ao seu encontro. As duas forças chocaram em Porto de Bois, perto de Palas de Rei na província de Lugo, no início de 1371. O local carregava uma sinistra ressonância familiar — o avô de Fernando havia sido morto em combate no mesmo lugar em 1304. A história repetiu-se. Os Castros foram destroçados. Fernando fugiu para sul, atravessando o Miño até Portugal, ferido e derrotado.

O Tratado de Santarém de 1371 obrigou os portugueses a expulsar os exilados petristas. Fernando retirou-se para o castelo de Ourém, depois para Bayonne, na Gasconha, então sob domínio inglês, onde morreu em 1377 — o último senhor da maior casa nobre galega, sepultado no exílio numa cidade estrangeira. O seu túmulo ostentava a inscrição: *Aquí iace Don Fernando Ruiz de Castro, toda la lealtad de España*. O homem que o substituiu — Pedro Ruiz Sarmiento — recebeu o Adelantamiento Mayor de Galicia de Enrique II e, em 1375, o senhorio de Ribadavia. As terras que os Castros haviam controlado ou influenciado durante dois séculos passaram para mãos de forasteiros. Porto de Bois não foi apenas uma batalha. Foi o fim de um mundo.

Seis Arruelas em Campo de Prata

As armas do ramo galego da Casa de Castro ostentam seis arruelas de azul (*roeles de azur*) em campo de prata (*argent*), dispostas 2-2. O ramo português usava treze arruelas em ouro. A arruela — denominada *torteau* no brasonamento francês e *roel* no castelhano — conta-se entre as peças mais antigas da heráldica ibérica, e as armas dos Castro são consideradas um dos mais antigos dispositivos armoriados da península. Com o tempo, à medida que a casa se fundiu com os Osorios para formar a linha Castro-Osorio que possuiu o Condado de Lemos nos séculos XVI e XVII, as armas foram esquarteladas com os lobos passantes dos Osorio — mas as seis arruelas de azul permaneceram como a marca identificadora da casa original.

Murguía chamou aos Castros uma "dinastia semi-real." Hermida Balledo foi mais além: "a única linhagem que poderia ter forjado uma dinastia de reis na Galiza." As armas sobrevivem em igrejas e pazos por todo o interior da Galiza — de Monforte de Lemos a Castro Caldelas até às ruínas de casas senhoriais na Ribeira Sacra. Quando a linha principal dos Castro se extinguiu por falta de herdeiros, o Condado de Lemos passou pelos Osorios e acabou por chegar à Casa de Alba, onde o título repousa hoje. Mas as seis arruelas de azul em prata — a mais antiga marca heráldica do senhorio galego — perduram em lintéis de pedra e muros de igrejas por todo o reino que os Castros outrora governaram.

Casa de Zúñiga — De Biedma a Monterrei

OS BIEDMA Final do Século XIII

Homens de Fronteira: De Castela às Marcas Meridionais da Galiza

Os Biedma eram uma linhagem militar castelhana — não galegos de origem, mas enviados à Galiza como braço executor da coroa. No final do século XIII, Sancho IV enviou Fernán Ruiz de Biedma para ocidente como merino-mor do reino, com ordens de manter os territórios fronteiriços do sul de Ourense contra as incursões portuguesas e de servir como aio — tutor e guardião — do Infante Filipe, irmão do rei. Os Biedma não provinham dos antigos reinos do oeste, mas do coração de Castela, com ramos andaluzes já estabelecidos em Jaén desde a reconquista de Fernando III. O seu parente Rodrigo Iñiguez de Biedma combatera ao lado do rei santo e fundara uma casa em Jaén, frente ao antigo convento da Mercê. Os Biedma que chegaram à Galiza traziam consigo uma estirpe guerreira e um mandato régio.

Fernán Ruiz casou com Marina Páez de Sotomayor, filha do grande trovador-almirante Payo Gómez Charino, enraizando a família na aristocracia galega. O seu filho Ruy Páez de Biedma tornou-se adiantado da Galiza e copeiro do Infante Pedro, detendo os castelos estratégicos de Allariz e Monterrey — as duas fortalezas gémeas que comandavam o vale do Támega e o caminho para Portugal. Quando Afonso XI concedeu a Ruy Páez o senhorio de Portela, Abavides e o castelo de A Pena em A Limia, lançaram-se os alicerces de um novo poder galego

na ampla planície a sul de Ourense, precisamente o território que um dia se tornaria o grande estado de Monterrey.

A GUERRA 1340 — 1369

Salado, Montiel e o Lado Oposto da Lealdade

Em 1340, os irmãos Biedma cavalgaram para sul para combater ao lado de Afonso XI na Batalha do Salado — a mesma batalha em que Pedro Fernández de Castro tomou as esporas de ouro do sultão marroquino. As duas grandes casas do sul da Galiza combateram no mesmo campo naquele dia. Seria a última vez que lutariam juntas.

Juan Rodríguez de Biedma, o terceiro senhor, herdou os cargos do pai e a tenência de Allariz e Monterrey. Serviu Pedro I como copeiro-mor — posto de confiança íntima junto do rei. Mas quando o monarca ordenou a execução do filho e herdeiro de Juan Rodríguez, Rodrigo Yáñez de Biedma, por ter incorrido no que a coroa chamou «desserviço régio», a lealdade do pai quebrou-se. O senhor de Biedma mudou de campo para Henrique de Trastâmara — e ao fazê-lo colocou-se no lado oposto da história em relação a Fernando de Castro, o grande legitimista petrista que manteria a Galiza durante três anos após o assassinio do seu rei.

Os Biedma combateram contra os Castros. Quando Fernando de Castro mantinha as fortalezas da Galiza por Pedro I, Juan Rodríguez de Biedma defendia as torres dos vales do Támega, Limia e Arnoya pelo pretendente Trastâmara. Foi cercado em Allariz por Fernando de Castro e forçado a fugir para Monterrey, onde resistiu até ao fim. Quando Henrique assassinou Pedro I pelas suas próprias mãos em Montiel, a 23 de março de 1369, Juan Rodríguez de Biedma estava presente. Escolhera o lado vencedor.

E foi recompensado por isso. Entre 1368 e 1369, Henrique II acumulou o senhor de Biedma com doações que definiriam o mapa do sul da Galiza durante séculos. Em janeiro de 1368: Loveira, Entrimo, Araúxo e Abelenda. Em abril de 1369: Vilanova dos Infantes, Castrelo e Espinoso. Em julho de 1369: Xinzo de Limia, Gánade, Miño e Barbantes. E em outubro, a grande doação final, emitida em Bragança: «Villa de Rey con todos sus alfoces, e Soto Bermud, con Val de Laza, y el castillo de Santibáñez de Barra, con las tierras de Todea e de Peñafiel.»

A ironia era amarga. Vilanova dos Infantes, Castrelo e Espinoso — os três lugares concedidos aos Biedma em abril de 1369 — haviam pertencido aos Castros. Tinham feito parte do dote trazido a Pedro Fernández de Castro «el de la Guerra» pela sua mulher Isabel Ponce de León. As terras que o maior senhor dos Castro possuía por casamento foram arrancadas à causa derrotada do seu filho e entregues à família que ajudara a destruí-lo.

OS ZÚÑIGA Navarra a Castela

Reis de Pamplona: O Sangue Navarro de Monterrey

Os Zúñiga não eram galegos. Nem sequer eram castelhanos. Eram navarros — descendentes, segundo a tradição, do primeiro rei de Pamplona, Íñigo Arista — e tomaram o seu nome da aldeia de Zúñiga na merindade de Estella. Em 1274, quando a guerra civil deflagrou em Navarra pela tutela da rainha-menina Joana I e o seu casamento francês, Iñigo Ortiz de Stúñiga, senhor de Stúñiga e alferes-mor do reino, recusou apoiar o partido francês. Partiu de Navarra com toda a sua família e entrou ao serviço da Coroa de Castela. Os Zúñiga nunca regressaram.

Em Castela ascenderam rapidamente. No início do século XV, a Casa de Zúñiga era uma das quinze famílias de ricos-homens do reino — o mais alto escalão da nobreza castelhana. Diego López de Stúñiga el Viejo serviu como Justiça-Mor do reino. O seu neto homónimo, Diego López de Stúñiga el Mozo, recebeu o castelo de Monterrey de Juan II de Castela em 1432. Mas foi pelo casamento, e não por mercê régia, que os Zúñiga adquiriram o seu verdadeiro poder galego.

Em 1406, Diego López de Stúñiga el Mozo casou com Elvira de Biedma, filha única e herdeira universal de Juan Rodríguez de Biedma. A linha masculina dos Biedma extinguiu-se. O grande senhorio de fronteira — todos os vales do Támega, Limia e Arnoya, todas as fortalezas de Monterrey a Xinzo de Limia — passou para mãos dos Zúñiga. O ramo menor de uma casa navarresa tornou-se herdeiro do estado dos Biedma: um território bem cimentado e homogéneo no sul de Ourense, construído para guardar a fronteira com Portugal. Monterrey não fazia originalmente parte do senhorio dos Biedma, mas os dois em breve se tornariam um só.

O CONDADO Séculos XV — XVII

O Condado de Monterrey: Da Galiza às Américas

Do casamento de Diego e Elvira vieram duas linhas de descendentes — e décadas de litígios. Juan de Stúñiga, o primogénito, herdou os morgadios dos Biedma e dos Zúñiga e recebeu o título de Visconde de Monterrey de Juan II de Castela. Mas o segundo casamento de Diego, com Constanza Barba de Monsalve, produziu uma linha rival, e os dois ramos disputaram o castelo e os senhorios durante meio século. Em 1474, os Reis Católicos cortaram o nó ao conceder o título de primeiro Conde de Monterrey a Sancho Sánchez de Ulloa, que casara com Teresa de Zúñiga y Biedma, a segunda viscondessa. O nome

dos Ulloa entrou na equação, mas o património subjacente — o senhorio dos Biedma, os títulos dos Zúñiga, o castelo sobranceiro ao vale do Tâmega — permaneceu.

O condado tornou-se um dos grandes estados nobres da Galiza da época moderna. Os condes de Monterrey detinham a Pertiguería Mayor de Santiago — o mesmo governo militar que os Castros haviam exercido no século XIII — e exerciam autoridade jurisdicional sobre dezenas de paróquias no sul de Ourense. Construíram o Palacio de los Condes dentro das muralhas do castelo, ergueram a Torre del Homenaje que ainda domina o horizonte acima de Verín e fundaram um colégio jesuíta dentro das muralhas da fortaleza onde os seus filhos eram educados.

Mas o Monterrey mais extraordinário foi Gaspar de Zúñiga y Acevedo, o quinto conde, nascido dentro do castelo em 1560. Nascido senhor de Biedma, Ulloa e da Casa de la Ribera, e pertigueiro-mor de Santiago, Gaspar estudou com os jesuítas que o seu avô instalara na fortaleza, e depois entrou ao serviço de Filipe II. Comandou a milícia galega durante a campanha portuguesa, defendeu A Corunha contra o corsário inglês Francis Drake em 1589, e em 1595 foi nomeado vice-rei da Nova Espanha. A 20 de setembro de 1596, Diego de Montemayor fundou uma cidade nos confins setentrionais do vice-reinado e deu-lhe o nome do representante do seu soberano: Nuestra Señora de Monterrey. Monterrey, México) — a grande capital industrial do norte do México — leva o nome de um castelo em Ourense. Quando Sebastián Vizcaíno explorou a costa da Califórnia em 1602, deu à mais bela baía que encontrou o nome do mesmo vice-rei: Baía de Monterey. Da Galiza ao México e à Califórnia — o nome de uma família navarro-galega de fronteira inscrito no mapa de dois continentes.

Gaspar morreu em Lima em 1606, tendo servido como vice-rei do Peru após a Nova Espanha. As suas dívidas eram tão avultadas que a Real Audiência teve de custear o seu funeral. O seu corpo foi trasladado para Espanha e sepultado na igreja jesuíta dentro do castelo de Monterrey — a mesma fortaleza onde nascera.

AS ARMAS Heráldica

Uma Banda Negra, uma Cadeia de Ouro e Oito Caldeiras

A Casa de Zúñiga-Biedma ostentava dois escudos de armas, cada qual com a sua própria história. O escudo dos Zúñiga — de prata, uma banda de negro, brocante sobre o todo uma cadeia de oito elos de ouro em orla — figurava entre os emblemas heráldicos mais reconhecíveis de Espanha. O escudo dos Biedma — de ouro, um palo de vermelho entre oito caldeiras de negro, quatro de cada lado — assinava a herança militar de uma casa de fronteira encarregada de defender os acessos meridionais da Galiza.

As armas dos Zúñiga mudaram duas vezes. O emblema original era uma banda dourada sobre vermelho. Após a Batalha de Las Navas de Tolosa em 1212, quando os cavaleiros navarreses romperam a muralha humana encadeada da Guarda Negra do califa almóada, os Zúñiga acrescentaram uma cadeia de ouro de oito elos em bordadura — o mesmo emblema que entrou nas armas do Reino de Navarra. Em 1270, Diego López de Stúñiga alterou as cores novamente, para prata, negro e ouro, em luto pelas mortes de São Luís IX de França e Teobaldo II de Navarra durante a Oitava Cruzada. As armas permaneceram inalteradas desde essa data. A banda negra sobre campo de prata, envolta por uma cadeia de ouro, foi levada de Navarra a Castela, de Castela à Galiza, da Galiza às Américas.

As caldeiras dos Biedma — os caldeirões heráldicos que denotavam o direito de manter homens de armas e alimentar uma hoste de guerra — marcavam a família como ricos-homens, magnates do primeiro escalão. Os dois escudos uniram-se em 1406. Quando aparecem juntos na fachada de uma igreja em Cartelle, na província de Ourense, continuam a falar através de sete séculos.

Os Fidalgos do Ribeiro

A REDE Séculos XV — XVIII

A rede fidalga do vale do Ribeiro

A baixo dos grandes senhores — os condes Sarmiento de Ribadavia, os Castro senhores de Lemos, os condes Zúñiga-Biedma de Monterrey — existia uma camada de poder local mais densa e mais permanente. Eram os *fidalgos*: a pequena nobreza de sangue comprovado que detinha as torres fortificadas, as casas solares e os paços que pontilham a paisagem do vale do Ribeiro. Serviam como regedores de Ourense, capitães de milícias locais, administradores de dízimos e impostos. Provavam a sua condição nobre perante a Real Chancelaria de Valladolid, ingressavam nas ordens militares e — acima de tudo — casavam-se entre si.

Três famílias dominavam a rede fidalga de Castrelo de Miño e Ribadavia: os **Armada, cuja casa solar se erguia na paróquia de Vide do Miño; os Puga, cuja torre fortificada comandava as alturas sobre o vale do Minho a partir de Toen; e os Mosquera**, cujos escudeiros aparecem nos registos de Ribadavia desde finais do século XV. Juntamente com os Feijóo, os Araújo, os Noboa e os Villamarín, formavam uma rede interligada de alianças matrimoniais, jurisdições partilhadas e armas esquarteladas que unia a pequena nobreza da região num único sistema. A Casa da Señora em Lapela — onde as armas dos Armada aparecem esquarteladas com as dos Sarmiento, Castro, Feijóo e Araújo — é a prova material de quão estreitamente estas famílias estavam entrelaçadas.

Para compreender os fidalgos, é preciso compreender o foro — a instituição que tornou possível o seu mundo. O sistema foral era um arrendamento hereditário: um mosteiro ou casa grande concedia o uso da sua terra a uma família em troca de uma renda fixa, geralmente pagável em vinho, cereais ou dinheiro. O arrendatário — o foreiro — mantinha a terra por três vidas (frequentemente interpretadas como três gerações), após as quais revertia ao proprietário original, salvo renovação. Na prática, muitos foros tornaram-se efectivamente perpétuos.

O sistema criava uma hierarquia de posse da terra. No topo sentavam-se os grandes mosteiros — Celanova, Oseira, San Clodio — e os senhores das fortalezas que tinham recebido as suas terras da coroa. Abaixo, os fidalgos geriam os assuntos quotidianos da paróquia: cobrar rendas, manter estradas e pontes, arbitrar disputas menores e assegurar que as obrigações forais fossem cumpridas. Abaixo dos fidalgos, os lavradores trabalhavam os vinhedos em socalcos e os soutos de castanheiros que cobriam cada encosta voltada a sul no Ribeiro. O fidalgo não era nem senhor nem camponês — era a camada intermédia indispensável, o homem que mantinha o sistema a funcionar. O seu pazo, com o brasão de granito sobre a porta, era simultaneamente casa e escritório — o centro administrativo de uma economia paroquial construída sobre o vinho.

CASA DE ARMADA Séculos XV — XVIII

De Vide do Miño aos Marqueses de Santa Cruz de Ribadulla

A casa solar dos Armada era a **Casa do Casar**, na paróquia de San Salvador de Vide do Miño, município de Castrelo de Miño — situando-os no coração geográfico do vale do Ribeiro, com vista para Ri-

badavia do outro lado do rio. O apelido é toponímico, derivado dos vários lugares na Galiza chamados «A Armada», embora a tradição genealógica faça remontar as raízes mais profundas da família a Riva-dulla, nas margens do rio Ulla à sombra do Pico Sacro. A Casa do Casar ainda hoje se mantém de pé, classificada como bem patrimonial pela Xunta de Galicia.

O primeiro chefe de linhagem documentado foi o **Capitão Juan de Armada, proprietário da Casa do Casar, falecido em outubro de 1629. Casou com Francisca Fernández de Araújo — a ligação aos Araújo, tal como as alianças com os Feijóo e os Mosquera que se seguiriam, era típica da rede matrimonial fidalga local. O seu filho, também Capitão Juan de Armada, serviu como regedor e alguacil de millones** (administrador fiscal) de Ourense, casando com Isabel Salgado y Taboada, senhora da Casa de Gargalo de Monterrey. A trajetória da família era clara: capitães locais e proprietários que ascendiam pelo serviço municipal e o casamento estratégico.

O salto decisivo deu-se com **Pedro Manuel de Armada y Taboada, batizado em 1645, que se tornou regedor de Ourense e — a 7 de novembro de 1668 — foi admitido como Cavaleiro da Ordem de Santiago. A admissão em Santiago exigia prova rigorosa de sangue nobre ao longo de quatro gerações, limpeza de sangue** e a ausência de qualquer ofício mecânico. Era o padrão máximo da fidalguia comprovada, e a admissão de Pedro Manuel colocou definitivamente os Armada entre a elite militar do reino.

A transformação da família, de fidalgos locais a nobreza titulada, deu-se através de **Ignacio Antonio de Armada y Salgado de Mondragón, batizado em Vide do Miño em 1690. Serviu como regedor-mor e alcaide de millones de Ourense e, por meio de uma herança complexa*

*pela linha materna dos Mondragón, tornou-se Marquês de Santa Cruz de Ribadulla** — título originalmente criado por Carlos II em 1683. O nome Armada ficava agora associado a uma das propriedades mais célebres da Galiza: o Pazo de Santa Cruz de Rivadulla, um jardim renascentista de trinta hectares considerado o mais belo do reino.

CASA DE PUGA Séculos XIII — XVII

A torre nas alturas: senhores de Puga e vassalos dos Reis Católicos

Os Puga retiraram o nome do seu solar primitivo — a **Torre de Puga, na paróquia de San Mamede de Puga, município de Toen, no coração da região vinícola de O Ribeiro. A torre erguia-se a 180 metros de altitude sobre um afloramento granítico acima do vale do Minho, dominando a paisagem que é hoje a albufeira de Castrelo de Miño e a entrada do vale do Barbantino — duas vias fundamentais que ligavam Ourense à costa e à província setentrional. A sua proximidade com Portugal fazia dela um posto de observação de excecional importância estratégica. Os Puga possuíam uma segunda sede ancestral — a Torre de Louredo em Cortegada, doze quilómetros a sul de Ribadavia — que dominava o vale do Minho a jusante da vila. A torre foi arrasada durante a revolta irmandiña de 1467, quando os exércitos camponeses destruíram as fortalezas feudais da nobreza galega; a posterior política de doma y castración** dos Reis Católicos proibiu a reconstrução militar integral, e a torre foi reerguida apenas como residência. As suas ruínas ainda subsistem na aldeia de Louredo, junto aos restos da antiga igreja barroca.

O primeiro registo documental do apelido data de 1276, quando *Migee Eanes de Puga* aparece em diplomas medievais galegos. As fontes heráldicas fazem remontar a linhagem mais atrás, ao século XII, durante

o reinado de Afonso VII. A própria Torre de Puga — construída nos séculos XV e XVI — era uma casa fortificada dividida em vários recintos, com muros defensivos exteriores, uma torre central, dependências auxiliares que incluíam adegas e palheiros, e três escudos nobiliários com as armas dos Puga nas fachadas da entrada e da torre. Uma cornija ornamental com pináculos esféricos de estilo barroco coroava a torre nos quatro cantos.

A figura mais destacada da casa foi **Gonzalo de Puga (m. c. 1512), cavaleiro e senhor da Torre de Puga e da Casa de Maceda*, vasallo de los Reyes Católicos* (vassalo de Fernando e Isabel) e regedor de Ourense. O seu casamento com Teresa de Noboa ligou os Puga à antiga linhagem dos Noboa; a sua capela funerária na Igreja de San Francisco de Ourense é uma obra-prima da escultura plateresca do início do século XVI. A efígie jacente de Gonzalo mostra-o com armadura completa e elmo, mãos cruzadas sobre o peito, cabeça apoiada em duas almofadas, pés sobre um galgo, e um anjo com um livro de orações ao seu lado. A heráldica dos túmulos liga os Puga à Casa de Villamarín.

A filha de Gonzalo, Susana, casou com Suero Feijóo — filho de Diego Feijóo «o Bravo», senhor de Soto de Penedo — forjando mais um elo na rede fidalga do vale. O adjacente Pazo de Olivar, construído no século XVII quando a família se transferiu da torre para uma casa solaranga mais confortável, ostenta um escudo com uma águia de asas abertas (a ligação aos Novoa) a abrigar as armas dos Puga, Villamarín e possivelmente Araújo ou Deza. Em meados do século XIX, o paço pertencia a *D. Fernando de Puga*, descrito como «proprietário e senhor de muitas terras e casas da região».

Dos escudeiros de Ribadavia aos senhores de Guimarei

Os Mosquera eram uma das famílias mais antigas da Galiza. Segundo os *Linajes y Blasones de Galicia* do Padre Crespo, a sua primeira casa ancestral foi a **Casa de Lodoira**, nas terras de Mesía, perto de Santiago de Compostela. O tronco fundador foi Don Pedro Vidal de Santiago, que casou com Doña Teresa Sánchez de Ulloa; o seu filho, Lope Sánchez de Moscoso, herdou a casa de Lodoira, da qual descendiam tanto os Moscoso como os Mosquera. O apelido Mosquera, dito de outro modo, partilhava sangue com os Moscoso — uma das quatro casas solares mais antigas do reino da Galiza.

A tradição militar dos Mosquera era profunda. No início do século XV, **Pedro López Mosquera «o Velho» serviu como alferes-mor de Don Fadrique, Duque de Arjona) e castelão do Castelo de Alba. A 29 de novembro de 1425, compareceu perante o Cabido de Ourense a pedir absolvição depois de o seu escudeiro ter morto o bispo em Pozo Meimón — um incidente dramático registado nos arquivos da catedral e estudado por Eduardo Pardo de Guevara. A sua neta Violante López Mosquera casou com Afonso Vázquez de Vilar e estabeleceu-se em Prado de Miño, Castrelo de Miño, recebendo um foro do Mosteiro de Oseira em 1474. A sua filha Sancha Bello de Mosquera casou com Pedro Vázquez de Puga do ramo de Louredo — o casamento que fundiu as linhagens Puga e Mosquera no coração do vale do Ribeiro. Entretanto, em 1489, um escudeiro de nome Ares Mosquera aparece nos registos de Ribadavia, e em 1504, Pedro López Mosquera renovou o foro familiar no couto de Castrelo. O investigador Pablo S. Otero Piñeyro Maseda estudou-os especificamente como uma linhagem de escuderos* (escudeiros) — os escalões inferiores da baixa nobreza galega — num trabalho publicado pelo Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento do CSIC.*

Mas os Mosquera não estavam destinados a permanecer escudeiros. O ramo principal da família acumulou uma série extraordinária de admissões nas ordens militares: **Ordem de Santiago (1541, 1619, 1631, 1647, 1667, 1751), Ordem de Calatrava (1532, 1717) e Ordem de Alcântara** (1638). Cada admissão exigia prova formal de sangue nobre — os processos genealógicos dos Mosquera, apresentados e aceites vezes sem conta ao longo de dois séculos, constituem um dos registos documentais mais completos de fidalguia provincial na Galiza.

A sede física do poder dos Mosquera era a **Torre e Paço de Guimarei em A Estrada, Pontevedra — um complexo fortificado com uma torre dos séculos XII-XIII e um paço de finais do século XVII. A torre, com 6,6 por 6,6 metros e espessos muros de cantaria que se elevam a quinze metros de altura, foi danificada durante as revoltas irmandiñas da década de 1460 e posteriormente reconstruída. Antonio de Mosquera Novoa, nascido em 1589 e senhor de Villar de Payo Muñiz, foi Cavaleiro de Alcântara (1638) e o primeiro habitante documentado do paço. O seu descendente Melchor de Mosquera y Sarmiento*, senhor da fortaleza de Guimarei, tornou-se Cavaleiro de Santiago em 1667. O Marquesado de Guimarei foi criado por Filipe V a 30 de setembro de 1716 em favor de Frei Pedro Mosquera Pimentel de Sotomayor, cavaleiro da Ordem de São João e Grão-Prior de Castela da Ordem de Malta.*

A TRAMA Séculos XV — XVIII

As alianças matrimoniais que uniram o vale

As famílias fidalgas do Ribeiro não casavam ao acaso. Casavam entre si, geração após geração, segundo um padrão tão consistente que os registos genealógicos se leem como uma tabela periódica da nobreza local. A aliança mais determinante foi o casamento **Puga x*

Mosquera: Pedro Vázquez de Puga, senhor da Torre de Louredo, regedor de Ribadavia e alcaide do Castelo de Roucos, casou com Sancha Bello de Mosquera — cuja mãe Violante López Mosquera trouxera a família para Prado de Miño, Castrelo de Miño, por meio de um foro do Mosteiro de Oseira. Pedro e Sancha foram sepultados na capela absidal da Igreja de Santo Domingo de Ribadavia, os seus sarcófagos esculpidos com os caldeirões dos Puga e os lobos dos Mosquera. A sua filha Violante casou com Lope García de Baamonde, senhor de Regodeigón, e por volta de 1533 a família consolidou as suas posses através de um vínculo. Os cinco escudos heráldicos na fachada da Casa de la Inquisición na judiaria de Ribadavia — Puga, García Camba, Bahamonde, uma casa não identificada e Mosquera-Sandoval — são o testemunho em pedra desta rede.*

As armas esquarteladas nos paços e fachadas de igrejas do Ribeiro são o registo permanente destas alianças. No Pazo de Olivar em Puga, o escudo mostra a águia dos Novoa a abrigar as armas dos Puga e dos Villamarín. No Paço de Guimarei, as cabeças de lobo dos Mosquera ladeiam as arruelas dos Sarmiento e as bandas dos Villar. Na Casa da Señora em Lapela, as armas dos Armada estão esquarteladas com as dos Sarmiento, Castro, Feijóo e Araújo. Cada escudo de pedra é um contrato matrimonial tornado permanente — a declaração de que duas famílias haviam fundido o seu sangue, os seus bens e as suas pretensões à condição nobre.

A lógica era simples. Numa sociedade onde a fidalguia se transmitia pelo sangue, e onde a Real Chancelaria exigia prova de linhagem nobre por ambas as linhas ao longo de quatro gerações, casar dentro da rede garantia que os netos passariam a prova. Casar fora dela — com uma família de condição incerta ou não nobre — arriscava contaminar o sangue e desqualificar as gerações vindouras das ordens militares,

dos cargos municipais e dos privilégios legais que faziam da vida de fidalgo algo distinto da vida de plebeu. A rede não era sentimental. Era estrutural.

CASA DE FEIJÓO Séculos X — XVIII

Senhores de Arenteiro, Cavaleiros de Malta e a Paróquia do Vinho

Os Feijóo eram uma das linhagens mais antigas da Galiza. O apelido deriva do galego *feixón* ("fava", do latim *faseolus*), enraizando a família na paisagem agrícola do sul da Galiza. A tradição genealógica remonta a linhagem a **Giraldo Feijóo, um cavaleiro de estirpe goda que viveu no século X e que terá fundado a vila de Freixo de Espada à Cinta em Trás-os-Montes, Portugal. A sua ascendência liga-se ao Duque Hermenegildo, cujo filho Gutier recebeu o condado de Celanova; o filho de Gutier, San Rosendo**, fundou o grande Mosteiro de Celanova em 936. Numerosos cavaleiros Feijóo estão sepultados no seu claustro.

O tronco documentado começa com **Juan Feijóo de Prado "el Bueno", escudeiro, sepultado em Celanova. O seu descendente Gonzalo Méndez Feijóo Sotelo deteve os senhorios de Vilardecas, Fruíme e Potentes. Desta linha descendeu Diego Feijóo "el Bravo" — senhor de Sorga, Freixo e Sotopenedo — cujo casamento com Berenguela de Noboa (da casa de Villamarín) integrou os Feijóo na rede mais ampla do Ribeiro. O seu filho Suero Feijóo tornou-se alcaide e merino de Sarria, senhor de Bóveda de Limia e dos coutos de Sorga e Sotopenedo. Casou com Susana de Puga**, filha de Gonzalo de Puga e Teresa de Noboa — ligando a linhagem dos Feijóo directamente aos senhores das torres do Ribeiro.

O capital espiritual e económico da família era **Pazos de Arenteiro — uma paróquia no município de Boborás que detém a distinção de ser o único povoado rural da Galiza declarado Conjunto Histórico-Artístico (17 de agosto de 1973). O conjunto inclui sete casas nobres — entre elas o Pazo dos Feixóo (1553), com a sua solaina de arcos semicirculares sobre pilares e três escudos heráldicos sobre a entrada — a Igreja Românica de San Salvador do século XIII, duas pontes medievais e o Pazo de la Encomienda, cujas paredes estão cravejadas de cruces de Malta. A Ordem do Santo Sepulcro estabeleceu primeiro uma comenda em Arenteiro no século XII; em 1542* a Ordem de Malta assumiu o controlo — uma de apenas quatro comendas maltesas na Galiza — controlando a cobrança de impostos e o comércio de vinho em direcção a Santiago de Compostela.*

O filho mais famoso dos Feijóo veio deste mundo de vinho e saber. **Benito Jerónimo Feijóo y Montenegro (1676–1764) nasceu no pazo familiar de Casdemiro, na paróquia de Santa María de Melías, perto do Miño. A sua mãe — Doña María de Puga Sandoval Novoa y Feijóo — levava os apelidos Puga e Novoa, situando o grande erudito beneditino na intersecção da rede de fidalgos do Ribeiro. Renunciou aos seus direitos de primogenitura sobre o morgadio familiar ao entrar no mosteiro e tornou-se o intelectual espanhol mais influente do século XVIII, um Iluminismo feito homem cujo Teatro Crítico Universal* desmantelou a superstição em favor da razão empírica.*

CASA DE NOBOA Séculos XII — XVIII

Senhores de Pena Novoa, Alcaides de Maceda e os Túmulos Platerescos

Os Noboa — também grafados Novoa — eram uma das casas nobres mais antigas da Galiza. O seu solar primitivo ficava em

Pena Novoa, na paróquia de Novoa, no distrito de Ribadavia, província de Ourense. Deste castelo a família tomou o seu nome. Eram senhores da terra de Novoa e do seu castelo, e casaram várias vezes com descendentes da Casa Real de Castela e Leão.

Um ramo fundamental enraizou-se no **Castelo de Maceda — uma fortaleza do século XI na região de Allariz, em Ourense, notável pelas suas enormes muralhas de granito. No século XII, o castelo foi dado como dote a Doña María Fernández, filha de Teresa de Portugal (filha de Afonso VI) e — segundo a tradição — do Conde Pedro Froilaz de Traba, embora alguns genealogistas atribuam a paternidade ao seu filho Fernando Pérez de Traba. O seu casamento com Juan Ares de Novoa estabeleceu a linhagem dos Noboa em Maceda, onde se manteve até ao século XVII. O castelo acolheu o jovem Afonso X o Sábio** (com onze anos de idade), que estudou a língua galega dentro das suas muralhas — um pormenor que liga os Noboa às próprias origens da cultura literária galega. Declarado Monumento Histórico-Artístico em 1949 e Bem de Interesse Cultural em 1994, o castelo funciona actualmente como hotel-monumento.

O testemunho mais vívido dos Noboa está esculpido em pedra. Na **Igreja de San Francisco de Ourense, quatro túmulos platerescos do início do século XVI preservam a memória da aliança Noboa-Puga. Teresa de Noboa**, esposa de Gonzalo de Puga, jaz sob um arco ornamental — a sua efígie com as mãos unidas em oração, dois pequenos cães a brincar aos seus pés. O túmulo adjacente de Gonzalo mostra-o em armadura completa, elmo, mãos sobre o peito, cabeça apoiada em duas almofadas, um galgo aos seus pés, um anjo segurando um livro de orações ao seu lado. O seu epitáfio — o mais extenso e laudatório de todo o conjunto funerário — declara-o vassalo de Fernando e Isa-

bel e regedor de Ourense. A heráldica nos túmulos liga ambas as famílias à casa de Villamarín.

Dois outros túmulos completam o conjunto: **Juan de Noboa, em traje de batalha com as mãos unidas em oração, e a sua neta Elvira de Noboa — descrita como a décima oitava senhora da casa de Maceda. O arcosólio de Elvira apresenta um vultus trifrons** esculpido (cabeça de três rostos partilhando apenas quatro olhos) — um elemento iconográfico extremamente raro que atesta a sofisticação teológica dos mecenas que o encomendaram. Ela calça sapatos de plataforma, segura um rosário e apoia a cabeça em almofadas ricas, enquanto um pequeno cão faz uma pausa ao roer um osso aos seus pés.

CASA DE VILLAMARÍN Séculos XIV — XVIII

De Rendeiros de Oseira a Senhores da Fortaleza: O Pazo-Fortaleza de Vilamarín

A história dos Villamarín é a ascensão social mais dramática da rede do Ribeiro — de rendeiros monásticos a senhores de fortaleza em três gerações. A propriedade que se tornou a sua sede chamava-se originalmente **Casal de Bouzoa, sob o domínio do Mosteiro de Oseira — a grande casa cisterciense de Ourense. Em 1321, o administrador monástico arrendou-a por oito anos a Gil Fernández de Vilamarín** — o homem cujo nome se tornaria o apelido da família e o nome da própria fortaleza.

A transformação de rendeiro a senhor ocorreu em **1372, quando o Rei Enrique II concedeu o distrito e a jurisdição de Vilamarín a Alfonso Ougea de Vilamarín** e aos seus descendentes. Esta concessão régia converteu o que tinha sido um arrendamento num senhorio. Os senhores de Vilamarín construíram a sua fortaleza no terreno arrendado en-

quanto continuavam nominalmente a pagar tributo a Oseira, mas com o tempo os pagamentos foram sendo negligenciados e a família reivindicou a posse plena. Um litígio com o mosteiro surgiu no início do século XVI e foi presumivelmente resolvido a favor da família — a essa altura, a fortaleza que haviam construído era a residência privada mais imponente da província.

*O *Pazo-Fortaleza de Vilamarín ergue-se a quase 450 metros de altitude sobre uma formação rochosa. A sua planta é um polígono irregular com sete cantos — uma espécie de hexágono alongado — construído em alvenaria de granito. Cinco torres ameadas elevam-se das muralhas — três circulares e duas quadradas segundo a Wikipédia galega, embora outras fontes como a Galicia Máxica descrevam quatro circulares e uma quadrada — todas apoiadas em cachorros. A entrada central, um portal de arco de volta inteira ladeado por torres semicirculares, conduz a um complexo que inclui uma barbacã nos lados menos protegidos, quatro chaminés (só a chaminé da cozinha mede mais de dois metros de lado) e múltiplas fases construtivas do século XIV ao XVIII. Terá sofrido danos durante a revolta Irmandiña de 1467 — embora nenhuma prova documental confirme a destruição total — e foi reconstruído com acrescentos barrocos, tendo sido declarado Monumento Histórico-Artístico* em 1977. Propriedade da Diputación Provincial de Ourense desde 1976, funciona actualmente como museu.*

O nome Villamarín aparece por toda a heráldica da rede. **Leonor López de Noboa Villamarín casou com a família Neira; o seu filho Suero de Neira Villamarín casou com Constanza Feijóo — ligando Noboa, Villamarín e Feijóo numa única aliança. Catalina Feijóo "da casa de Villamarín" casou com Cristóbal Rodríguez de Noboa — unindo novamente os três apelidos. No Pazo de Olívar em Puga, as armas dos Villamarín figuram ao lado das de Puga e Novoa no escudo combinado. E Suero*

de Villamarín* cedeu o senhorio de Maceda ao seu meio-irmão Juan Pérez de Novoa — vinculando as casas de Villamarín e Noboa através de jurisdição partilhada sobre uma das maiores fortalezas de Ourense.

AS ARMAS Heráldica

Três escudos, um vale

Os Armada ostentavam armas com **guerreiros empunhando espadas e estandartes**, castelos e torres defendidos por figuras armadas — vocabulário marcial apropriado para uma família cujo nome evoca uma frota. Estão documentadas sete variantes distintas, certificadas pelo Cronista e Decano Rei de Armas Don Vicente de Cadenas y Vicent. Os esmaltes privilegiavam o sable, azur, goles e prata — cores escuras e militares. As armas figuram na fachada do Pazo dos Armada no centro histórico de Ourense e na Casa do Casar em Vide do Miño.

Os Puga ostentavam duas figuras principais. A mais antiga, dos *Blasones y Linajes de Galicia* do Padre Crespo, mostra um campo de **azur com dois caldeirões de prata (calderas de plata), um em chefe e outro em ponta, com duas esporas de ouro nos flancos. A variante alternativa mostra um campo de goles com um leão rampante de ouro** rodeado de quatro flores-de-lis de ouro. Estão documentadas treze variantes no total. Três escudos com as armas dos Puga subsistem na própria Torre de Puga.

Os Mosquera ostentavam um campo de **azur com cinco moscas de ouro (moscas de oro) dispostas em aspa — armas falantes derivadas das origens Moscoso da família (mosca* = mosca)*. O brasonamento alternativo — prata, cinco cabeças de lobo de sable — figura no escudete de pedra do Paço de Guimarei. As cabeças de lobo, linguadas e

cortadas de goles, são a variante mais comum nas esculturas de pedra que se conservam. Em Guimarei, os lobos dos Mosquera partilham um escudo esquartelado com as bandas dos Villar, as arruelas dos Sarmiento e um leão dos Aranda — quatro famílias, uma pedra.

PARTE IV

As Vilas

A história de uma região é, em último caso, a história dos seus lugares. Ribadavia, Castrelo de Miño e Cartelle não são apenas pontos num mapa. São as paróquias cujos arquivos guardam seis gerações de registos familiares e cujas paisagens ainda conservam os vestígios de três milénios de povoamento.

Ribadavia — Capital Real e Idade de Ouro

A VILA Geografia e Enquadramento

Onde o Avia desagua no Miño

Ribadavia (do latim *ripa Aviae*, "margem do Avia") situa-se na margem direita do rio Miño, precisamente onde o rio Avia nele desagua. Capital da comarca de O Ribeiro, na província de Ourense, tem sido o coração comercial e administrativo da mais célebre região vinícola da Galiza ao longo de quase mil anos.

Abrigada por montanhas que lhe conferem um microclima bem mais quente e seco do que o da costa atlântica, a posição de Ribadavia na confluência de dois rios fez dela um lugar natural de povoamento e agricultura desde tempos remotos. O núcleo medieval, sobranceiro às margens dos rios, conserva uma das paisagens urbanas mais notáveis de toda a Galiza.

Situada no sudoeste da província de Ourense, Galiza, na confluência do Avia com o Miño

ORIGENS ANTIGAS Pré-história — Séc. V d.C.

Dos castros às calçadas romanas

Os vales fluviais em redor de Ribadavia eram habitados muito antes da história escrita. Comunidades neolíticas ergueram monumentos megalíticos — dólmenes e mámoas — datados de aproximadamente 4000-3000 a.C. pelas encostas. Na Idade do Bronze, desenvol-

veu-se uma metalurgia sofisticada, como atestam os ornamentos de ouro e ferramentas de bronze encontrados no vale do Miño. Os famosos castros — povoados celtas fortificados nos cimos das colinas — pontilhavam a paisagem, com exemplos notáveis em Castromao.

A conquista romana da Galécia no século I a.C. trouxe mudanças profundas. Os romanos introduziram a viticultura sistemática, tirando partido das videiras silvestres nativas. A produção de vinho já estava consolidada no século II a.C., como confirmam os lagares descobertos na zona. As calçadas romanas, incluindo a Via XVIII que ligava Bracara Augusta (Braga) a Asturica Augusta (Astorga), facilitaram o comércio em toda a região.

CAPITAL REAL 1065 — 1071

Capital do Reino da Galiza

Em 1065, o rei Fernando I de Leão repartiu as suas terras pelos três filhos. O mais novo, Garcia II, recebeu o Reino da Galiza — abrangendo o que viria a ser a Galiza e Portugal. Garcia escolheu Ribadavia como capital e intitulou-se "Rei da Galiza e de Portugal", tornando-se o primeiro monarca a ostentar o título de "Rei de Portugal". Este breve mas decisivo reinado (1065-1071) transformou um povoado ribeirinho numa sede real. Garcia II era ele próprio descendente de Ordonho II e Elvira Menéndez pela linhagem real leonesa — sendo Elvira filha do conde Hermenegildo Gutiérrez, antepassado tradicional da Casa de Sande.

Embora o reinado de Garcia tenha terminado quando os seus irmãos Afonso VI e Sancho II o aprisionaram, o período como capital real impulsionou o crescimento da vila. Ribadavia recebeu a sua carta fundacional (foro) por volta de 1065, constituindo-a como município formal.

Os historiadores situam tradicionalmente o primeiro povoamento judaico em Ribadavia neste período, atraído pelas oportunidades da corte real e da vila em expansão — embora não sobrevivam documentos municipais que o confirmem, e a primeira menção registada de judeus em Ribadavia date de 1386. Comunidades judaicas já estavam presentes na região envolvente: documentos dos arquivos do mosteiro vizinho de Celanova registam mercadores judeus sob proteção nobre já em 1044.

Garcia II escolheu Ribadavia como capital do Reino da Galiza e Portugal (1065-1071)

O CASTELO Séc. IX — XVII

Castelo dos Condes de Sarmiento

O Castelo dos Condes de Sarmiento ergue-se num promontório sobranceiro ao rio Avia. As suas origens remontam ao século IX, embora a construção definitiva tenha sido concluída na segunda metade do século XV. Em 1375, o rei Henrique II de Trastâmara concedeu o Senhorio de Ribadavia a Pedro Ruiz Sarmiento como recompensa pelo apoio prestado na guerra dinástica contra Pedro I "o Cruel". Já existia uma casa-torre no local.

Em 1476, os Reis Católicos elevaram o senhorio a condado, concedendo o título de Conde de Ribadavia a Bernardino Pérez Sarmiento pelo auxílio prestado contra Joana a Beltraneja. A família Sarmiento residiu no castelo do século XV ao XVII, altura em que se transferiu para o Pazo dos Condes, na Plaza Mayor. O conjunto do castelo conserva uma necrópole singular com uma dúzia de sepulturas antropomorfadas talhadas na rocha (séculos IX-XII).

Em 1476, elevado a condado pelos Reis Católicos para Bernardino Pérez Sarmiento

IDADE DE OURO Séc. XIV — XVI

Quando o vinho de Ribadavia conquistou o mundo

Os séculos XIV a XVI representam o apogeu da prosperidade de Ribadavia. Em 1386, o exército inglês de João de Gante cercou e saqueou Ribadavia — mas, ao fazê-lo, descobriu o vinho do Ribeiro e abriu inadvertidamente o mercado inglês, onde ficou conhecido simplesmente como "Ribadavia". Em 1492, vinho de Ribadavia foi embarcado nas caravelas de Colombo rumo à América — tornando-o o primeiro vinho europeu a atravessar o Atlântico. Um sacerdote que adoeceu durante a viagem pediu a Colombo mais do "bom vinho de Ribadavia".

Em 1564, foi cuidadosamente redigida uma denominação geográfica de origem "Ribadavia" para impedir vendas fraudulentas. Em 1579, as Ordenanças de Ribadavia instituíram aquela que poderá ser a denominação de origem vinícola mais antiga do mundo — 177 anos antes da região do Douro. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) reconhece estas ordenanças como o mais antigo documento regulador de Denominação de Origem em Espanha.

1386: O exército de João de Gante descobre o vinho do Ribeiro — abre-se o mercado inglês

A INQUISIÇÃO Séc. XV — XVII

Expulsão, conversão e perseguição

A 30 de março de 1492, o Édito de Expulsão dos Reis Católicos chegou a Ribadavia, concedendo um prazo de quatro meses para deixar Espanha. A maioria dos judeus de Ribadavia optou pelo batismo e permaneceu como conversos, mas a Inquisição de Santiago tomou medidas implacáveis contra eles. A Casa da Inquisición, construída no século XVI, albergou as atividades inquisitoriais. O seu portal ostenta cinco brasões que representam as cinco famílias locais incumbidas de aplicar a Inquisição.

Um episódio particularmente negro ocorreu no início do século XVII: Xerónimo Bautista de Mena, conhecido localmente como "o delator", entregou às autoridades inquisitoriais uma lista com os nomes das famílias locais que continuavam a praticar o judaísmo em segredo. Tal denúncia desencadeou devastadores autos de fé, confiscos de bens e encarceramentos que arruinaram a comunidade conversa. A perda das redes mercantis judaicas, que haviam impulsionado as exportações internacionais de vinho, devastou a economia de Ribadavia ao longo de gerações.

1492: Édito de Expulsão — a maioria dos judeus de Ribadavia optou pelo batismo, permanecendo como conversos

ERA MODERNA Séc. XVII — XX

Declínio, caminho de ferro e transformação

A pós a destruição das redes mercantis judaicas, Ribadavia mergulhou num longo declínio. A estagnação económica, a concorrência de outras regiões vinícolas e a pobreza rural conduziram ao abandono das vinhas e a uma emigração em massa. A 4 de março de 1881, a estação ferroviária de Ribadavia foi inaugurada na linha Vigo-Ourense, li-

gando a vila à modernidade, mas sem conseguir inverter a maré do declínio.

A devastadora praga da filoxera atingiu o Ribeiro por volta de 1882-1886, destruindo praticamente todas as vinhas. A recuperação foi lenta: muitos replantaram com a casta inferior Palomino, em detrimento das variedades tradicionais. Mais de 80% dos socalcos históricos foram abandonados. A D.O. Ribeiro foi oficialmente criada em 1957, mas a verdadeira transformação deu-se nas décadas de 1980-1990, quando enólogos pioneiros encetaram a recuperação de castas autóctones como a Treixadura, devolvendo ao Ribeiro a sua reputação de qualidade.

PATRIMÓNIO VIVO 1693 — Presente

A Festa da Isteria

A Festa da Isteria é uma das celebrações culturais mais importantes da Galiza, declarada Festa de Interesse Turístico Nacional em 1997. As suas origens remontam a 1693, estando documentadas nas atas municipais de 1693 a 1865. As festividades originais duravam entre quatro e oito dias, atraindo gentes de todo o Reino da Galiza. Os vereadores percorriam a vila a cavalo, convidando todos a reunirem-se na praça principal para assistir a uma representação teatral — uma "historia" ou "istoria" em galego medieval.

O festival moderno foi recuperado em 1989 e atrai atualmente cerca de 75.000 visitantes por ano. Transporta os visitantes à idade de ouro de Ribadavia, por volta de 1600, quando as exportações internacionais de vinho atingiram o seu apogeu. Entre os pontos altos contam-se banquetes medievais, demonstrações de falcoaria, torneios de tiro com arco, xadrez humano, combates de cavaleiros e um casamento

judaico pelo rito sefardita — uma homenagem singular ao património multicultural da vila. Uma moeda local, o maravedí, é utilizada em todas as transações durante o festival.

A Festa da Istoria é mais do que um festival de património — é um acto de memória colectiva. Cada ano, as ruas medievais sob o castelo em ruínas dos Sarmiento enchem-se dos sons e cheiros de uma idade de ouro recriada: falcoeiros, arqueiros e mercadores comerciam em maravedis, a moeda medieval cunhada para a ocasião. O mais notável: celebra-se um casamento judeu pelo rito sefardita na antiga judiaria — único em Espanha, e um reconhecimento público da comunidade que a Inquisição tentou apagar. Os mil e quinhentos visitantes que Froisart afirmou encontrar em 1386 reconheceriam as ruas. Os setenta e cinco mil que acorrem cada agosto asseguram que a história não seja esquecida.

Castrelo de Miño — Dos Castros às Termas

A TERRA Geografia e Paisagem

Nas margens do Minho

Castrelo de Miño situa-se na margem esquerda do rio Minho, a grande artéria da Galiza, no coração da comarca vinícola de O Ribeiro na província de Ourense. O município abrange 39,74 quilómetros quadrados de colinas suaves, relevos montanhosos e extensos vinhedos que descem pelas encostas abrigadas em direção ao rio. O seu nome deriva do latim "castrum" — uma pequena fortaleza — evocando a antiga fortificação celta, Castrum Minei, que outrora dominava a passagem do rio.

A paisagem é moldada pela sua relação com o Minho. A albufeira de Castrelo, criada quando o rio foi represado em 1968, estende-se hoje por mais de 10 quilómetros, transformando radicalmente o que fora um fértil vale agrícola num vasto lago interior ladeado por vinhedos e florestas. O município situa-se na confluência dos climas atlântico e mediterrâneo, com montanhas que proporcionam um microclima protetor ideal para a viticultura — verões quentes, uma média anual de 14,5°C e 1.915 horas de sol.

PRÉ-HISTÓRIA IV Milénio a.C. — Séc. I a.C.

Megálitos, petróglifos e castros

A presença humana em Castrelo de Miño remonta ao Neolítico, atestada pelos túmulos funerários megalíticos (mámoas) da Veiga

de Arriba em Reigoso — uma necrópole de cinco túmulos — e pelo Vedado do Roxón em Macendo, com mais três. Estas sepulturas antigas, datadas de aproximadamente 4000-3000 a.C., testemunham a presença de comunidades já atraídas por estes férteis terraços fluviais e pelo seu microclima abrigado.

A Idade do Bronze (1800-700 a.C.) deixou notáveis petróglifos em Reigoso, com desenhos geométricos — covinhas, formas cruciformes, círculos e padrões alinhados gravados no afloramento granítico. Durante a Idade do Ferro (700-19 a.C.), a cultura castreja floresceu por todo o município. Povoados fortificados de altura, como o Castro de Las Cavadas (o lendário *Castrum Minei*), o Castro de Macendo, o Castro de Outeiro e o arqueologicamente notável Castro de Santa Lucía, formavam uma rede defensiva que guardava as margens do Minho entre Ourense e Ribadavia.

ÉPOCA ROMANA Séc. I a.C. — Séc. V d.C.

Ouro, estradas e o primeiro vinho

A conquista romana, no final do séc. I a.C., integrou Castrelo de Miño na província da Gallaecia, transformando a paisagem através da mineração, da construção de estradas e da introdução de uma agricultura organizada. Foram estabelecidas explorações auríferas em Los Cotos (entre Prado e Astariz), Monte Rosario (Macendo) e no Lavadero de Prado de Miño. Quatro vias romanas cruzavam o território, ligando Castrelo a Ourense, Arnoia, Celanova e além — caminhos que haveriam de servir como rotas medievais durante séculos.

A descoberta mais extraordinária ocorreu em 2016-2017, quando arqueólogos da Universidade de Vigo escavaram o Castro de Santa Lucía em Astariz. Entre habitações circulares castrejas e estruturas de

época romana, descobriram um lagar rupestre galaico-romano, datado por uma moeda de 235 d.C. Isto provou que o cultivo da vinha e a produção de vinho em Castrelo de Miño remontam pelo menos aos séc. I-III d.C. — tornando-o um dos mais antigos sítios vinícolas documentados em toda a Galiza. Os romanos estabeleceram igualmente termas em El Diestro, aproveitando as fontes termais naturais que brotam ao longo do Minho.

ALTA IDADE MÉDIA Séc. V — X

Reis, rainhas e o mosteiro

A chegada dos Suevos no séc. V estabeleceu o Reino da Gallaecia, e no séc. IX — após a descoberta do túmulo do Apóstolo Santiago — a região entrou numa nova era de esplendor. Castrelo de Miño ganhou fama como parte de "A Castela Auriense" (a Terra das Fortalezas de Ourense), assim chamada pela quantidade de fortificações que guardavam o vale do Minho, com destaque para o *Castrum Minei*.

No coração da identidade medieval de Castrelo erguia-se o seu mosteiro — uma casa "dúplice" para monges e monjas, construída sobre o local de um antigo castro. O rei Sancho Ordóñez (c. 895-929), filho de Ordonho II de Leão e de Elvira Menéndez — e neto do poderoso conde Hermenegildo Gutiérrez, antepassado tradicional da Casa de Sande — foi rei da Galiza de 926 até à sua morte. Como a maioria dos monarcas medievais, a sua corte era itinerante, mas o vale do Minho permaneceu estreitamente ligado à sua casa real. Foi sepultado no Mosteiro de Castrelo de Miño. A sua viúva, Dona Goto (c. 900-964), entrou no mosteiro e tornou-se abadessa — está documentada nesse cargo em 947, quando o rei Ramiro II de Leão fez uma doação à comunidade. O mosteiro foi ainda palco de outra morte régia: o rei Sancho I de Leão, conhecido como "O Craso" (O Gordo), terá sido envenenado

aqui pelo conde rebelde Gonzalo Menéndez, que lhe ofereceu uma maçã envenenada.

O rei Sancho Ordóñez, rei da Galiza (926-929), foi sepultado no mosteiro — neto do conde Hermenegildo Gutiérrez, antepassado da Casa de Sande

IDADE MÉDIA CENTRAL Séc. XI — XV

A fortaleza perdida

Duas posições fortificadas guardavam a passagem do rio em Castrelo — uma no local do mosteiro, outra na margem oposta do Miño. Esta passagem estratégica tornou-se palco de alguns dos episódios mais dramáticos da história medieval galega. Em 1110-1111, após a morte do rei Afonso VI, eclodiu uma guerra civil entre os partidários da sua filha, a rainha Urraca, e os que apoiavam o seu jovem filho Afonso. O conde Pedro Froilaz de Traba tomou a fortaleza de Castrelo de Miño e instalou o príncipe de seis anos sob a sua proteção. Quando o arcebispo Diego Gelmírez de Santiago de Compostela chegou para negociar, foi brevemente preso por Arias Pérez. Libertado pouco depois, Gelmírez coroou pessoalmente o rapaz como rei Afonso VII da Galiza a 17 de setembro de 1111 na Catedral de Santiago. Uma célebre lenda conta que uma águia avisou o arcebispo da traição.

Uma década mais tarde, em 1121, a rainha Urraca mandou prender o arcebispo novamente em Castrelo de Miño, quando este regressava de Portugal — episódios documentados na *Historia Compostelana*. A ponte medieval, supostamente construída por São Telmo e que teria oito arcos, foi destruída por uma cheia em meados do séc. XVI, quando uma enorme noqueira se encravou num dos seus arcos. O séc. XV trouxe a Revolta Irmandiña (1467-1469), quando cerca de

80.000 camponeses, pescadores e artesãos se levantaram contra a nobreza feudal em toda a Galiza, transformando a ordem social.

PATRIMÓNIO VINÍCOLA Séc. III d.C. — Presente

Coração do Ribeiro

Castrelo de Miño situa-se no coração da D.O. Ribeiro, uma das mais antigas denominações de origem protegidas de Espanha. A descoberta do lagar rupestre do séc. III no Castro de Santa Lucía prova que este município produz vinho há quase dois milénios — um dos mais antigos sítios vinícolas documentados na Galiza. A viticultura é o motor económico de Castrelo, com 10 adegas e 14 viticultores a cuidar dos vinhedos nas encostas abrigadas em torno da albufeira.

Os vinhos do Ribeiro alcançaram "renome mundial" no séc. XVI, mencionados pelo próprio Cervantes e exportados para a Flandres, a Alemanha e toda a Europa. Em 1592, 127 barris de vinho do Ribeiro embarcados em Ferrol navegaram com Colombo rumo à América. Hoje, as adegas de Castrelo dão continuidade a este legado: as Bodegas Eduardo Peña conquistaram o Acio de Ouro (Cacho de Ouro) de melhor vinho branco de toda a Galiza. A casta predominante é a Treixadura, a "Rainha do Ribeiro", que produz brancos elegantes caracterizados por elevada acidez, notas florais, mel e ervas aromáticas.

ÁGUAS CURATIVAS Época Romana — Presente

Fontes termais sob o lago

As fontes termais de Castrelo de Miño são conhecidas desde a época romana, quando as termas de El Diestro serviam os viajantes ao longo do vale do Minho. Em 1772, os Banhos de Santa María foram formalmente construídos sobre os vestígios de um povoado cas-

tro-romano, captando duas nascentes: a Burga Alta (60°C) e a Burga de Abaixo (47°C). As águas sulfurosas-cloretadas-sódicas eram contidas em pequenos tanques de granito de apenas 178 centímetros de comprimento e 50 de profundidade. Em 1888, estas águas representaram a província de Ourense na Exposição Universal de Barcelona.

Quando a albufeira foi enchida em 1968-1969, as termas de Santa Maria desapareceram sob as águas — mas, facto notável, as nascentes continuam ativas. Durante as estações secas, quando o nível da albufeira desce, os tanques de pedra originais emergem do lago e ainda podem ser utilizados, com a água quente a brotar como o faz há milénios. As autoridades locais instalaram passadiços de madeira para facilitar o acesso nestes períodos. As Termas de O Diestro, junto à central elétrica, também permanecem acessíveis, com as suas águas curativas a constituir um elo vivo com o passado romano. A província de Ourense, conhecida como a "Capital do Termalismo" em Espanha, conta estas entre as suas estâncias termais mais emblemáticas.

As águas termais de Castrelo são um lembrete de que a história mais profunda de um lugar é geológica, não humana. A água quente que brota a sessenta graus do leito de granito tem-no feito desde muito antes de os celtas construírem os seus castros nos cumes. Quando a barragem engoliu os velhos banhos em 1968, pareceu que esta continuidade se tinha partido. Mas nos anos secos, quando o nível da água baixa, as piscinas de pedra originais de 1772 emergem do lago como uma memória que aflora — as nascentes termais ainda activas, ainda curativas, indiferentes à barragem que tentou contê-las. Os locais caminham por passadiços de madeira para se banharem nas mesmas águas que os romanos conheceram.

Cartelle — De Trelle à Emigração

A TERRA Geografia e Paisagem

Entre o Minho e o Arnoia

Cartelle situa-se no extremo sudoeste da Depressão de Ourense, um município de 94 quilómetros quadrados onde os vales dos rios Minho e Arnoia definem a paisagem. O território pertence à comarca de Terra de Celanova, uma terra de afloramentos graníticos, densas florestas de coníferas e encostas em socacos que ainda guardam as marcas de séculos de viticultura e agricultura de subsistência.

O rio Arnoia — o rio mais longo inteiramente dentro da província de Ourense com 84,5 quilómetros — escava um vale profundo e encaixado através do sector sul do município, criando o espetacular "canão de Cartelle". Ao longo das suas margens, socacos abandonados testemunham o cultivo passado de vinho e milho, enquanto antigos moinhos de farinha permanecem como testemunhas silenciosas de um modo de vida desaparecido.

O Rio Gato atravessa o território, com um canão de terras abandonadas e uma cascata no final de um percurso pedestre de 6,7 km

ÉPOCA ROMANA Séc. II — V d.C.

A ponte e o caminho

Muito antes da fortaleza medieval ou das igrejas barrocas, os engenheiros romanos deixaram a sua marca em Cartelle. A Ponte do Freixo — uma magnífica ponte de quatro arcos sobre o rio Arnoia

entre Cartelle e Celanova — é uma das poucas pontes genuinamente romanas que sobrevivem na Galíza. Construída com silhares almofadados, arcos de volta inteira e inclinação horizontal, transportava viajantes por uma rota secundária da Via Nova.

Mais evidências da presença romana encontram-se embutidas nas próprias paredes da Igreja de Santa Maria de Cuxil, onde um altar romano (ara romana) com inscrições foi incorporado no exterior do edifício — uma notável sobrevivência do culto pré-cristão reutilizada por gerações posteriores.

A Via Nova ligava Aquis Querquennis (perto de Bande) a Lucus Augusti (atual Lugo), atravessando o território de Cartelle

PERÍODO MEDIEVAL Séc. X — XV

Sob a sombra de Celanova

A história de Cartelle é inseparável do Mosteiro de San Salvador de Celanova, uma das abadias beneditinas mais poderosas de toda a Galíza. Fundado em 936 por San Rosendo — nobre, Bispo de Dúmio e de Íria-Santiago, e Vice-rei da Galíza — o mosteiro acumulou vastos domínios entre os rios Minho, Arnoia e Límia.

Através de generosas doações reais, o mosteiro estabeleceu priorados dependentes por toda a região, cobrando rendas e impostos, gerindo fazendas, 42 celeiros paroquiais, lagares e adegas. Perto do Minho, os monges promoviam ativamente a viticultura. O abade do mosteiro acumulava títulos prestigiosos: Conde de Bande, Marquês da Torre de Sande e Capelão da Casa Real.

San Rosendo (907–977) fundou Celanova após servir como Bispo e Vice-rei da

A FORTALEZA Séc. XII — XV

A Torre de Sande

Erguendo-se 13 metros de um afloramento granítico a 506 metros de altitude, a Torre de Sande domina a paisagem entre os vales do Arnoia e do Minho. A sua silhueta é visível a muitos quilómetros — uma declaração deliberada de poder sobre o território circundante.

A primeira menção documentada data de 1141, quando o rei Afonso VII "O Imperador" e a rainha Berengária doaram o Castelo de Sande ao Mosteiro de Celanova. No século XIV, a fortaleza passou para Paio Rodríguez de Araujo, vassalo do rei João I de Castela.

A torre é construída em cantaria de granito com entrada orientada a leste ostentando o brasão da Casa de Sande

REBELIÃO 1467 — 1469

A Revolta Irmandinha

No século XV, a Galiza eclodiu num dos levantamentos sociais mais notáveis da Europa medieval. Impulsados pela fome, epidemias e abusos da nobreza feudal, aproximadamente 80.000 plebeus ergueram-se em armas durante a Grande Guerra Irmandinha (1467–1469). Por toda a Galiza, o povo destruiu entre 130 e 140 castelos, fortalezas e torres.

Os camponeses de Sande participaram na revolta. Enviaram representantes e cartas formais de queixa à Junta de Medina. Os Irmandinos destruíram a Torre de Sande — embora tenha sido posteriormente reconstruída.

A Revolta Irmandinha (1467–1469) foi o maior levantamento camponês da Galiza medieval

PATRIMÓNIO SAGRADO Desde 1646

O Santuário das Marabillas

Em 1646, segundo a tradição, a Virgem Maria apareceu três vezes num local da paróquia de As Marabillas, levando à construção de um dos santuários marianos mais importantes da província de Ourense. O Santuário de Nosa Señora das Marabillas ergue-se imponente num carvalhal centenário.

Todos os anos na segunda-feira de Pentecostes, o santuário acolhe a Romería da Virxe das Marabillas — uma espetacular peregrinação e celebração que é uma das festas marianas mais importantes da província. A procissão distingue-se pelos magníficos ramos de bolas — grandes arcos florais feitos de bolas de papel multicolorido.

TRADIÇÕES VIVAS Desde a década de 1890

O Entroido de Sande: As Bonitas

A tradição cultural mais distintiva de Cartelle é o Entroido de Sande — uma celebração de carnaval cujos personagens emblemáticos, As Bonitas, nasceram após a Guerra Hispano-Americana (1896–1898). Os soldados que regressaram das Filipinas trouxeram xales de Manila em seda bordados com flores, que se tornaram a peça central de um traje de carnaval único em toda a Galiza.

As Bonitas vestem calças e camisa brancas como base, com dois xales de Manila em seda cruzados sobre cada ombro, polainas pretas com guizos e uma máscara de arame pintada. São acompanhadas por

outras figuras: O Oso (o Urso), A Vaca e as misteriosas Avutardas. A tradição foi recuperada em 2001 e em 2026 obteve reconhecimento internacional no Festival Surva na Bulgária.

O Entroido de Sande é a prova mais vívida de que a história do Ribeiro não se confina a arquivos e ruínas. Os xales de Manila que os soldados trouxeram das Filipinas em 1898 tornaram-se a peça central de uma tradição carnavalesca — As Bonitas — que sobreviveu à supressão franquista das festas regionais, à despovoamento rural e a décadas de silêncio antes de ser recuperada em 2001. Quando as Bonitas mascaradas desfilam pelas ruas de Sande acompanhadas por O Oso e A Vaca, perseguindo crianças e recitando Os Números — recitações satíricas que abordam conflitos locais com riso colectivo — mantêm uma tradição nascida do império, da guerra e do regresso a casa. Em 2026, o Entroido de Sande ganhou reconhecimento internacional no Festival Surva da Bulgária. A paróquia de San Salvador de Sande — a mesma paróquia onde a torre medieval continua em perigo de colapso — está viva com sons de guizos, tambores e seda.

TEMPOS MODERNOS Séc. XIX — Presente

Emigração e resiliência

Como grande parte do Ourense rural, Cartelle experimentou uma transformação demográfica dramática. De quase 9.000 habitantes em 1950, a população desceu para aproximadamente 2.500 hoje — reflexo da emigração massiva galega que levou mais de dois milhões de pessoas para as Américas entre 1850 e 1960.

A segunda vaga migratória, entre 1960 e 1990, levou mais de 130.000 pessoas só da província de Ourense para França, Alemanha, Suíça, Países Baixos e Reino Unido. Hoje, a população envelhecida de Car-

telle enfrenta o desafio de preservar o seu extraordinário património. Mas a comunidade perdura: a recuperação do Entroido de Sande e a vitalidade das festas testemunham uma resiliência que define estas comunidades.

A Torre de Sande foi adicionada à Lista Vermelha da Hispania Nostra em 2020

A Comarca do Ribeiro

A TERRA Geografia e Paisagem

Onde três rios se encontram

A região vinícola do Ribeiro situa-se no coração da província de Ourense, na Galiza, onde os vales dos rios Miño, Avia e Arnoia convergem, criando um microclima único. Abrigada por montanhas em todos os flancos, esta bacia interior retém o ar quente que ascende dos vales fluviais, originando condições bem mais quentes e secas do que as do resto da Galiza atlântica.

As vinhas em socalcos descem em cascata pelas encostas íngremes de granito, a altitudes entre os 75 e os 400 metros. Estes antigos terraços de pedra, muitos erguidos à mão ao longo de séculos, constituem uma das paisagens vitícolas mais espetaculares da Europa. Os solos graníticos e aluviais, aliados a uma exposição solar excecional nas encostas orientadas a sul, conferem aos vinhos do Ribeiro a sua mineralidade característica e complexidade aromática.

PRÉ-HISTÓRIA Antes de 1000 a.C.

Os primeiros habitantes

Muito antes dos registos escritos, os vales fluviais do Ribeiro albergavam comunidades neolíticas que deixaram monumentos megalíticos — dólmenes e mámoas (túmulos funerários) — dispersos pelas encostas. Estes primeiros povoadores foram atraídos pelas mesmas qualidades que mais tarde tornariam a região célebre: terraços fluviais férteis, água abundante e um clima abrigado.

Na Idade do Bronze (2000-800 a.C.), os habitantes da região já dominavam técnicas metalúrgicas sofisticadas. Ornamentos de ouro e ferramentas de bronze encontrados no vale do Miño atestam a existência de redes comerciais que se estendiam por toda a Península Ibérica. Os famosos "castros" — povoados fortificados no alto das colinas — começaram a surgir no Bronze Final, muitos deles estrategicamente posicionados sobre as confluências fluviais.

Os monumentos megalíticos nas proximidades de Ribadavia datam de aproximadamente 4000-3000 a.C.

PERÍODO MEDIEVAL Séc. IX — XIII

Mosteiros e o nascimento do vinho do Ribeiro

O período medieval assistiu à emergência do Ribeiro como uma das regiões vinícolas mais célebres da Europa, impulsionada em grande medida pelas ordens monásticas. Os monges cistercienses em mosteiros como San Clodio (fundado em 1225), Oseira e Melón aperfeiçoaram as técnicas vitícolas nas encostas íngremes dos vales, desenvolvendo a paisagem em socalcos que define o Ribeiro até hoje. Os Beneditinos de Celanova, fundado em 936 por San Rosendo, desempenharam igualmente um papel crucial na preservação e no avanço do saber enológico.

O vinho do Ribeiro surge pela primeira vez em documentos do século X e, já no século XII, era exportado para além da Galiza. O crescimento de Ribadavia como capital comercial da região — à qual foi outorgada a sua carta fundacional (foro) por volta de 1065, sob Garcia II, que a elegeu capital do seu Reino da Galiza — deu origem a uma próspera vila mercantil onde o vinho, o comércio e diversas culturas se cruzavam. Garcia II era ele próprio descendente de Ordonho II e de Elvira

Menéndez pela linhagem real leonesa — sendo Elvira filha do conde Hermenegildo Gutiérrez, ancestral tradicional da Casa de Sande. A posição estratégica da vila, na confluência dos rios Avia e Miño, tornava-a um entreposto natural.

As feiras medievais de Ribadavia atraíam mercadores de toda a Ibéria e de mais além

IDADE DE OURO Séc. XIV — XVI

Quando o Ribeiro conquistou o mundo

Os séculos XIV a XVI representam o apogeu absoluto do vinho do Ribeiro. Em 1386, João de Gante, Duque de Lancaster, chegou à Galiza com um exército inglês para reclamar o trono castelhano. O cronista Jean Froissart registou que os soldados ingleses descobriram os vinhos do Ribeiro e ficaram tão encantados — e tão arrasados pelas ressacas — que mal conseguiam marchar. Este episódio abriu o mercado inglês ao vinho do Ribeiro, que ficou conhecido em Londres como "Ribadavia".

O capítulo mais extraordinário chegou em 1492: documentos conservados no Arquivo Geral de Simancas provam que vinho do Ribeiro foi embarcado nas caravelas de Cristóvão Colombo para a viagem que levou à descoberta da América — tornando-o o primeiro vinho europeu a cruzar o Atlântico. Entretanto, em 1579, as Ordenanças de Ribadavia instituíram aquela que poderá ser a mais antiga denominação de origem vinícola do mundo — antecedendo o Douro em 177 anos.

A comunidade judaica de Ribadavia — uma das maiores da Península Ibérica — controlava grande parte do comércio vinícola

Declínio, filoxera e transformação

Os séculos XVII e XVIII trouxeram um declínio gradual ao Ribeiro. A expulsão dos judeus, a crescente concorrência dos vinhos de outras regiões e a estagnação económica geral da Galiza foram corroendo a antiga glória da região. A perda das redes mercantis judaicas, que tinham sido o motor das exportações internacionais, revelou-se particularmente devastadora. Muitas vinhas foram abandonadas, à medida que a pobreza rural empurrava a população para a emigração.

O golpe de misericórdia chegou na década de 1880, quando a praga da filoxera — um pulgão devastador da vinha, oriundo da América do Norte — atingiu o Ribeiro e destruiu praticamente todas as vinhas. Ao contrário de regiões mais prósperas, que podiam custear a replantação imediata com porta-enxertos americanos resistentes, a recuperação do Ribeiro foi lenta e penosa. Quando finalmente se replantaram as videiras, muitos agricultores optaram por castas de elevada produção mas qualidade inferior, como a Palomino (conhecida localmente como Jerez), em detrimento das castas autóctones tradicionais — uma decisão que haveria de ensombrar a reputação da região durante décadas.

A casta Palomino passou a dominar, dando origem a vinhos magros e sem carácter

O renascimento do Ribeiro

O renascimento moderno do vinho do Ribeiro começou com o reconhecimento oficial da Denominación de Origen (D.O.) em 1957 —

tornando-a uma das mais antigas denominações de origem protegidas de Espanha. Contudo, a verdadeira transformação só veio nas décadas de 1980 e 1990, quando enólogos pioneiros como Emilio Rojo, Luis Anxo Rodríguez Vázquez e outros encetaram o trabalho minucioso de recuperação das castas autóctones que haviam tornado o Ribeiro famoso na Idade Média.

Hoje, a D.O. Ribeiro vive uma autêntica idade de ouro em termos de qualidade. Os vinhos brancos — construídos em torno da magnífica casta Treixadura, frequentemente lotada com Torrontés, Godello, Loureira e Albariño — são aromáticos, minerais e complexos, rivalizando com o melhor que a Galiza produz. Os tintos de Caiño, Sousón, Ferrón e Brancellao oferecem expressões singulares do terroir. Uma nova geração de viticultores está a restaurar socalcos abandonados, a praticar viticultura biológica e a produzir alguns dos vinhos mais entusiasmantes de Espanha.

A Treixadura é considerada a casta "rainha" do Ribeiro — aromática, elegante, com notas de fruta de caroço e flores

VITICULTURA As castas do Ribeiro

Variedades autóctones

O maior tesouro do Ribeiro reside na sua extraordinária diversidade de castas autóctones — muitas delas exclusivas deste pequeno recanto da Galiza. A Treixadura branca, considerada a casta emblemática da denominação, produz vinhos de notável complexidade aromática: flores brancas, frutas de caroço maduras e uma vincada estrutura mineral. A seu lado, a Torrontés (não confundir com a variedade argentina) traz notas cítricas e herbáceas, enquanto a Godello acrescenta estrutura e corpo.

As castas tintas são igualmente cativantes. Caíño Tinto, Sousón, Fer-rón, Brancellao e Mencía dão origem a vinhos de surpreendente profundidade e carácter. Muitas destas variedades estiveram à beira do desaparecimento durante a era do Palomino, e a sua recuperação por viticultores dedicados constitui uma das grandes histórias de conservação da viticultura europeia. A regulamentação da D.O. reconhece e protege hoje esta diversidade, assegurando que o património vitícola do Ribeiro perdure para as gerações vindouras.

Algumas videiras centenárias anteriores à filoxera sobrevivem sobre as suas próprias raízes em parcelas isoladas

Glossário

Aljama — Comunidade judaica (ou moura) autónoma dentro de uma vila cristã. Em Ribadavia, a aljama administrava a judiaria, cobrava impostos e mantinha o seu próprio tribunal.

Castro — Fortificação da Idade do Ferro, tipicamente circular com muralhas defensivas concêntricas, do latim castrum. Centenas sobrevivem nos cumes da Galiza.

Converso — Judeu (ou muçulmano) convertido ao cristianismo, frequentemente sob coação após o Édito de Expulsão de 1492.

Encomienda — Domínio territorial concedido a uma ordem militar — templários, hospitalários ou Ordem de Santiago — para administração e defesa.

Foro — Arrendamento hereditário a longo prazo de terras de um mosteiro ou casa nobre a um camponês. O sistema foral estruturou a vida rural galega desde a Idade Média até ao século XIX.

Fidalgo — Membro da baixa nobreza (filho de algo). No Ribeiro, os fidalgos eram proprietários rurais que geriam a vida paroquial e mantinham os pazos.

Irmandiño — Participante na revolta camponesa galega de 1467 (de irmandade). Os irmandiños destruíram torres e castelos nobres por toda a região.

Judiaria — Bairro judeu de uma vila medieval. A judiaria de Ribadavia, centrada na Rúa Nova, foi uma das maiores e mais bem preservadas da Galiza.

Malsín — Delator dentro de uma comunidade judaica que denunciava outros judeus às autoridades cristãs ou à Inquisição.

Pazo — Casa senhorial galega, do latim palatium. Os pazos eram as residências rurais da classe fidalga, frequentemente fortificadas.

Parochiale Suevorum — Documento do século VI que enumera as paróquias do reino suevo — o registo mais antigo conhecido da organização eclesiástica da Galiza.

Reconquista — A campanha cristã de séculos para recuperar a Península Ibérica do domínio muçulmano (711–1492).

Sefardita — Judeus de origem ibérica, do hebraico Sefarad (Espanha). As comunidades sefarditas floresceram em Ribadavia do século XII ao XV.

Bibliografía Seleccionada

Celtic & Castro Culture

Calo Lourido, F. *A Cultura Castrexa*. A Nosa Terra, Vigo, 1993.

González-Ruibal, A. *Galaicos: Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.–50 d.C.)*. Brigantium 18–19, A Coruña, 2006–2007.

Parcero Oubiña, C. *La construcción del paisaje social en la Edad del Hierro del Noroeste ibérico*. Ortegalia 1, Ortigueira, 2002.

Roman Gallaecia

Tranoy, A. *La Galice Romaine: Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Diffusion de Boccard, Paris, 1981.

Rodríguez Colmenero, A. et al. *Corpus de Inscripciones Romanas de Galicia* (CIRG). Fundación Pedro Barrié de la Maza, A Coruña, 1991–2000.

Pérez Losada, F. "Entre a cidade e a aldea: Estudio arqueohistórico dos aglomerados secundarios romanos en Galicia." *Brigantium* 13, A Coruña, 2002.

Suevi & Visigoths

Díaz Martínez, P.C. *El reino suevo (411–585)*. Akal, Madrid, 2011.

David, P. *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. Institut Français au Portugal, Lisbon–Paris, 1947.

Sephardic Jews in Galicia

De Antonio Rubio, M.G. *Los judíos en Galicia (1044–1492)*. Fundación Pedro Barrié de la Maza, A Coruña, 2006.

Lacave, J.L. *Juderías y sinagogas españolas*. MAPFRE, Madrid, 1992.

Roth, N. *Conversos, Inquisition, and the Expulsion of the Jews from Spain*. University of Wisconsin Press, 2002.

Noble Houses & Hidalguía

Pardo de Guevara y Valdés, E. *Los señores de Galicia: Tenentes y condes de Lemos en la Edad Media*. Fundación Pedro Barrié de la Maza, A Coruña, 2000.

García Oro, J. *La nobleza gallega en la Baja Edad Media*. Bibliófilos Gallegos, Santiago de Compostela, 1981.

Military Orders

Barquero Goñi, C. *Los caballeros hospitalarios durante la Edad Media en España*. La Olmeda, Burgos, 2003.

Martínez Díez, G. *Los templarios en los reinos de España*. Planeta, Barcelona, 2001.

Wine History

Huetz de Lempis, A. *Vignobles et vins du Nord-Ouest de l'Espagne*. Féret et Fils, Bordeaux, 1967.

López Ferreiro, A. *Historia de la Santa A.M. Iglesia de Santiago de Compostela*. Imprenta del Seminario, Santiago, 1898–1911.

General Galician History

López Carreira, A. *O reino medieval de Galiza*. A Nosa Terra, Vigo, 2005.

Villares, R. *Historia de Galicia*. Galaxia, Vigo, 2004.

Baliñas Pérez, C. *Gallegos del año mil*. Fundación Pedro Barrié de la Maza, A Coruña, 1998.

Fontes Online

Spain.info

<https://www.spain.info/en/places-of-interest/monastery-san-clodio/>

Recreación Historia — Templários na Galiza

<https://recreacionhistoria.com/los-templarios-en-galicia/>

Guía Repsol — Santa María de Cartelle

<https://www.guiarepsol.com/es/fichas/localidad/cartelle-1818/>

Concello de Castrelo de Miño

<https://www.castrelo.org>

Dialnet — Universidad de La Rioja

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1301955>

Heráldica Apellido

<https://heraldicapellido.com/S2/Sande.htm>

Lista Roja — Hispania Nostra

<https://listaroja.hispanianostra.org/ficha/torre-de-sande/>

PARES — Archivos Estatales

<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/4802428>

Galicia Máxica

<https://www.galiciamaxica.eu/galicia/ourense/torresande/>

Dialnet — Universidad de La Rioja

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7353307>

Real Academia de la Historia — Pedro Ruiz Sarmiento

<https://dbe.rah.es/biografias/53267/pedro-ruiz-sarmiento>

Turismo Ribadavia — Os Xudeus de Ribadavia

<https://turismoribadavia.gal/en/museo-etnoloxico/os-xudeus-de-ribadavia/>

Real Academia de la Historia — Bernardino Pérez Sarmiento

<https://dbe.rah.es/biografias/53278/bernardino-perez-sarmiento>

Real Academia de la Historia — Esteban Fernández de Castro

<https://dbe.rah.es/biografias/15773/esteban-fernandez-de-castro>

UCM — Fidalgos e fidalguia na Galiza baixo-medieval
<https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/88022>

Xenealoxía — Armada, Vide do Miño
<https://xenealoxia.org/linajes/ourense/1568-armada-vide-do-mino>

Galicia Máxica — Torre de Puga
<https://www.galiciamaxica.eu/galicia/ourense/torrepuga/>

CSIC — Apontamentos genealógicos dos Mosquera (século XV)
<https://digital.csic.es/handle/10261/29951?locale=en>

Turismo de Galicia — Pazos de Arenteiro
https://www.turismo.gal/recurso/-/detalle/21405/pazos-de-arenteiro?langId=en_US&tp=7&ctre=27

Mercedes Gallego — Los sepulcros de San Francisco de Ourense
<https://www.mercedesgallego.es/index.php/articulos/49-los-sepulcros-de-la-iglesia-de-san-francisco-de-ourense>

Galicia Máxica — Fortaleza-Pazo de Vilamarín
<https://www.galiciamaxica.eu/galicia/fortaleza-pazo-de-vilamarin/>

D.O. Ribeiro
<https://www.ribeiro.wine/>